

# **Arquitetura e Integração Social**

**Centro de Acolhimento Temporário no Ilhéu de Câmara de Lobos**

Versão final após defesa

**Carlota Maria Santos Freitas**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Arquitetura**

(Mestrado integrado)

Orientador: Professor Doutor Tiago Cardoso de Oliveira

**Agosto de 2025**

**Folha em branco**

## **Declaração de Integridade**

Eu, Carlota Maria Santos Freitas, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição 39787 de Arquitetura da Faculdade, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 4 de agosto de 2025

*Carlota Maria Santos Freitas*

**Folha em branco**

## Agradecimentos

Ao alcançar o final desta etapa académica, sinto um profundo agradecimento por tudo o que vivi e aprendi ao longo deste percurso. Esta última fase representou um período de grande crescimento, a nível pessoal, marcado por desafios, adversidades e também momentos inesperados que tornaram esta caminhada ainda mais enriquecedora.

Quero expressar um agradecimento especial à minha irmã Petra Freitas, que desempenhou um papel inestimável não só nesta etapa, mas em toda a minha vida. Sendo irmã mais velha, foi sempre um exemplo de dedicação e conhecimento, proporcionando-me apoio incondicional em cada passo do caminho. Tudo o que aprendeu, fez questão de ensinar-me, partilhando comigo a sua experiência, os seus conselhos e o seu olhar atento, ajudando-me a crescer tanto pessoal como academicamente. Mais do que uma irmã, foi um verdadeiro pilar de força e inspiração, tornando esta caminhada mais segura e significativa.

Quero agradecer igualmente profundo ao professor orientador Tiago Oliveira, que desempenhou um papel crucial ao longo deste processo. Sempre disponível e empenhado, acompanhou cada fase do projeto com dedicação, desde as orientações académicas até às idas à Madeira e visita ao local, enriquecendo o trabalho com o seu conhecimento e experiência. As suas histórias vividas, partilhadas com entusiasmo e sabedoria, ajudaram-me a compreender melhor o contexto do local e a encontrar caminhos mais sólidos para o contexto do projeto.

Aos colegas e amigos que a Covilhã me deu, agradeço por todas as memórias construídas ao longo desta jornada académica, desde as aulas às festas, das partilhas aos momentos de convívio que fizeram parte desta experiência. Foram essenciais para tornar este percurso mais leve e repleto de boas recordações.

Por fim, um agradecimento especial às minhas amigas, que estiveram sempre presentes, acompanhado cada etapa desta jornada. Mais do que um apoio nos momentos mais desafiantes, foram uma base sólida, trazendo força e motivação e a certeza de que nunca estive sozinha. A vossa amizade foi, e sempre será a confiança para seguir em frente.

**Folha em branco**

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo primordial realizar uma ponte entre a reabilitação de uma zona urbana central e muito característica da cidade de Câmara de Lobos e a abordagem ao problema das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), resultando no projeto de um centro de acolhimento temporário num dos pontos mais emblemáticos da cidade de Câmara de Lobos, ilha da Madeira, assim como dos arranjos exteriores e acessibilidades dessa área, designada por Ilhéu.

Este projeto é uma reflexão sobre o papel da arquitetura enquanto elemento de ligação entre memória, paisagem e vivência humana. Para além da sua materialidade e função, a proposta assume-se como um manifesto espacial, onde cada forma, percurso e estrutura é pensado para acolher, inspirar e transformar.

A intervenção articula-se a partir de uma praça, ponto de convergência e interação, onde se organizam os percursos que conectam os diferentes espaços, como o centro de acolhimento, a área administrativa, os módulos habitacionais temporários, os espaços comerciais comunitários, bem como as zonas destinadas ao lazer, ao desporto e à contemplação. A marcação dos elementos verticais, incluindo o elevador-miradouro e as estruturas de observação, reforça o dinamismo e a identidade do lugar, e cria novas relações com a paisagem envolvente.

O ilhéu deixa de ser apenas um fragmento da paisagem para se tornar um lugar ativo, vivido e partilhado por todos.

## **Palavras-chave**

Arquitetura; Reabilitação urbana; Integração Social; Centro de Acolhimento; Pessoas em Situação de Sem-abrigo; Comunidade; Câmara de Lobos

**Folha em branco**

## **Abstract**

The main objective of this work is to bridge the gap between the rehabilitation of a central urban area that is very characteristic of the city of Câmara de Lobos and the approach to the problem of homeless people, resulting in the design of a temporary reception center in one of the most emblematic points of the city of Câmara de Lobos, Madeira Island, as well as the exterior arrangements and accessibility of this area, known as Ilhéu.

This project is a reflection on the role of architecture as a link between memory, landscape and human experience. Beyond its materiality and function, the proposal is a spatial manifesto where each form, route and structure is designed to welcome, inspire and transform.

The intervention is articulated from a square, a point of convergence and interaction, where the routes that connect the different spaces are organized, such as the reception center, the administrative area, the temporary housing modules, the community commercial spaces, as well as the areas for leisure, sport and contemplation. The marking out of the vertical elements, including the observation lift and structures, reinforces the dynamism and identity of the place and creates new relationships with the surrounding landscape.

The islet ceases to be just a fragment of the landscape and becomes an active place, lived in and shared by all.

## **Keywords**

Architecture; Urban rehabilitation; Social integration; Shelter center; Homeless people; Community; Câmara de Lobos

**Folha em branco**

# Índice

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>IV</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>VI</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>VIII</b>
<b>Lista de Figuras .....</b>	<b>XIII</b>
<b>Lista de Acrónimos.....</b>	<b>XVI</b>
<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
1.1. Justificação da Temática .....	1
1.2. Objetivos .....	2
1.3. Metodologia .....	4
1.4. Organização da dissertação.....	5
<b>2. A integração social e as PSSA em Câmara de Lobos.....</b>	<b>6</b>
2.1. Conceito de PSSA.....	6
2.1.1. PSSA no Concelho de Câmara de Lobos .....	8
2.2. Exclusão Social e Inclusão Social .....	9
2.2.1 Problemática dos bairros sociais .....	10
2.2.2. A Reinserção social.....	12
<b>3. A Arquitetura como promotora de inclusão.....</b>	<b>13</b>
3.1. A Arquitetura inclusiva .....	13
3.2. A arquitetura e o espaço social.....	14
3.3. A inclusão na Arquitetura .....	15
<b>4. Contextualização .....</b>	<b>18</b>
4.1. Memória de um Bairro Piscatório .....	19
4.2. Casos de Estudo .....	28
4.2.1. Champalimaud Centre / Charles Correa Associates .....	28
4.2.2. Parque Comunidade de Songzhuang – Crossboundaries.....	31
4.2.3. Parc de la Villette - Bernard Tchumy .....	33
<b>5. Proposta .....</b>	<b>36</b>

5.1. Estratégia de Intervenção .....	36
5.1.1. Requalificação do Planalto do Ilhéu .....	37
5.1.2. Centro de Acolhimento Temporário.....	53
<b>6. Considerações Finais.....</b>	<b>63</b>
<b>7. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
<b>8. Apêndice.....</b>	<b>70</b>
8.1. Imagens da maquete de estudo .....	70
8.2. Desenhos Técnicos do Projeto.....	73

**Folha em branco**

## Lista de Figuras

Fig. 1: Esquema Principais áreas de atuação para reintegrar pessoas em situação de sem-abrigo.....	12
Fig. 2: Esquema Principais áreas de atuação para a arquitetura como catalisadora de inclusão.....	17
Fig. 3: Foto Figueiras-Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos_ anterior a 1945.....	18
Fig. 4: Foto Figueiras-Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos_ anterior a 1945.....	18
Fig. 5: Foto Figueiras - Preparação dos anzóis dentro da embarcação, para a pesca do peixe-espada preto no mar, os pescadores encontram-se dentro da embarcação na baía de Câmara de lobos. Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos_ a 1966.....	20
Fig. 6: Foto Museu Photographia Vicentes - Barcos de pesca e pescadores na praia de Câmara de Lobos, Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos_ entre 1936 e 1982.....	20
Fig. 7: Fotos da envolverência da Baía de Câmara de Lobos e dos Barcos de Pesca embarcados na Baía, Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos.....	22
Fig. 8: Fotos da envolverência da Baía de Câmara de Lobos e dos Barcos de Pesca embarcados na Baía, Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos.....	22
Fig. 9: Foto Perestrellos Photographos- Bairro do Ilhéu, freguesia e concelho de Câmara de Lobos_ entre 1945 a 1970.....	23
Fig. 10: Foto Habitações do bairro do Ilhéu, também como conhecido por Bairro dos Pescadores, freguesia e concelho de Câmara de Lobos_ a 1945.....	25
Fig. 11: : Fotos da problemática de Câmara de lobos, no planalto do ilhéu e em plena cidade de Câmara de Lobos, pessoas em situação de sem-abrigo, freguesia e concelho de Câmara de Lobos. ....	26
Fig. 12: Fotos da problemática de Câmara de lobos, no planalto do ilhéu e em plena cidade de Câmara de Lobos, pessoas em situação de sem-abrigo, freguesia e concelho de Câmara de Lobos. ....	26
Fig. 13: Fotos José Campos, arqf. Archdaily, dualidade de espaços livre e espaço de tratamento.....	28
Fig. 14: Fotos Yu Bai. Archdaily, interações distintas de atividades no parque, espaço urbano.....	31

Fig. 15: Fotos. <i>Archdaily</i> , interações distintas de atividades no parque, espaço urbano	33
Fig. 16: Vista aérea de concelho de Câmara de Lobos, marcada pela zona a intervir. ...	36
Fig. 17: Vista aérea de concelho de Câmara de Lobos, esquema explicativo dos percursos .....	36
Fig. 18: Ortofotomapa do Bairro do Ilhéu, implantação da construção do Bairro 1945, sobreposta a fotografia aérea do ilhéu em 2021. ....	37
Fig. 19: Esquema da diferença de alturas em relação a Rua Nova da Praia e do ilhéu, a partir de uma fotografia aérea. ....	38
Fig. 20: Esquízo da proposta, sob uma fotografia do ilhéu em 2024, tirada a partir do miradouro do Pico da Torre, Câmara de Lobos.....	39
Fig. 21: Axonometria da proposta de habitação temporária.....	40
Fig. 22: Esquízo da proposta da praça que une os dois volumes.....	41
Fig. 23: Esquízo da proposta, espacialidade.....	42
Fig. 24: Esquízo da proposta, espacialidade da estrutura cúbica vermelha.....	43
Fig. 25: Esquízo da proposta, espacialidade do novo elemento vertical, elevador.....	44
Fig. 26: Esquízo da proposta, espacialidade do novo elemento vertical, elevador.....	46
Fig. 27: Axonometria da proposta, feira e serviços de administração.....	47
Fig. 28: Esquema da proposta, percursos entre o programa proposto.....	48
Fig. 29: Esquízo da proposta, espacialidade do espaço expositivo.....	49
Fig. 30: Axonometria da proposta, bancos ao longo do programa com o acabamento em madeira e outros com estrutura metálica na cor amarela.....	50
Fig. 31: Esquízo da proposta, espacialidade do parque.....	51
Fig. 32: Esquízo da proposta, espacialidade exterior e interior.....	52
Fig. 33: Levantamento do edifício, antigo infantário.....	53
Fig. 34: Esquízo da proposta, zonas de espaço público dedicado atividade lúdicas e desportivas.....	55
Fig. 35: Vista aérea de concelho de Câmara de Lobos, marcada pelo esquema explicativo de implantação.....	56
Fig. 36: Esquízo da proposta, espacialidade e volumetria.....	57
Fig. 37: Esquízo da proposta, novo elemento vertical de ligação ao planalto.....	58
Fig. 38: Montagem 3D do espaço exterior.....	60
Fig. 39: Montagem 3D do espaço exterior.....	60
Fig. 40: Montagem 3D do espaço exterior.....	61
Fig. 41: Montagem 3D do espaço exterior.....	61
Fig. 42: Montagem 3D do espaço exterior.....	62
Fig. 43: Montagem 3D do espaço exterior.....	62

**Folha em branco**

## **Lista de Acrónimos**

- CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo
- PFM – Projeto final de Mestrado
- PSSA – Pessoa em situação de sem-abrigo

**Folha em branco**

## **SÍSIFO**

Recomeça...  
Se puderes,  
Sem angústia e sem pressa.  
E os passos que deres,  
Nesse caminho duro  
Do futuro,  
Dá-os em liberdade.  
Enquanto não alcances  
Não descanses.  
De nenhum fruto queiras só metade.

E, nunca saciado,  
Vai colhendo ilusões sucessivas no pomar.  
Sempre a sonhar  
E vendo  
Acordado,  
O logro da aventura.  
És homem, não te esqueças!  
Só é tua a loucura  
Onde, com lucidez, te reconheças.

Miguel Torga [1977], Diário: Vols. XIII a XVI. Lisboa: D. Quixote, [1983], p. 20.

**Folha em branco**

# 1. Introdução

## 1.1. Justificação da Temática

Este trabalho tem como ponto de partida a conjugação entre Arquitetura e Processo Terapêutico, mais concretamente para o público das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA). Desta forma é proposto um centro de acolhimento temporário para pessoas em situação de sem-abrigo, que se encontram nesta situação por diversos fatores (saúde mental, consumo de substâncias psicoativas, etc.), a implantar num local definido, o ilhéu de Câmara de Lobos, situado na baía do concelho de Câmara de Lobos, ilha da Madeira.

O local escolhido deve-se às características deste rochedo presente na baía da cidade de Câmara de Lobos, juntamente com a sua localização com uma vista privilegiada para o mar, que reúnem as condições necessárias para incluir a arquitetura na promoção do bem-estar, desenvolvimento pessoal e reinserção do público-alvo. Este local foi anteriormente ocupado por um bairro piscatório, mas agora é apenas uma área pouco utilizada pela comunidade local. O bairro em questão foi construído em 1945 e incluía sete moradias em banda, um infantário e um campo de futebol, que eram frequentados por todos os habitantes do concelho. No entanto todos esses locais foram demolidos em 2004, resultando na configuração atual do ilhéu como uma simples área verde com pouca interação com a comunidade.

A missão da Arquitetura, neste contexto, vai para além da criação de uma residência. O seu foco é estabelecer um lar representativo para os utentes que irão usufruir do espaço, e que contará com as características necessárias, para que se possa promover a saúde física, mental e emocional. Será um espaço que pretende transmitir confiança, segurança e que consiga refletir um lar, do ponto de vista de uma pessoa que precisa de ser acolhida, cuidada e vigiada por uma equipa multidisciplinar que terá um papel fundamental nesta fase. Com o objetivo primordial de reinserir a pessoa na comunidade através das ferramentas adquiridas ao longo do processo terapêutico.

Sendo o direito à habitação um dos pilares para uma sociedade estável e realizada, nas PSSA a questão da habitação pode representar a solução para a problemática tendo sempre em conta, que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar a si e à sua família, a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, à habitação, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, (...)”. (Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, 2008, p.4).

## 1.2. Objetivos

O objetivo primordial deste trabalho é a construção de um Centro De Acolhimento Temporário para as PSSA. Desta forma, haverá novas instalações que irão proporcionar a assistência necessária, superando as adversidades associadas à problemática, como a falta de habitação condigna, e promovendo a prática das competências pessoais e sociais, trabalhando o seu desenvolvimento como pessoa. O propósito final é fechar o ciclo de pobreza e exclusão extrema associado à condição de sem-abrigo e recomeçar uma vida digna com os direitos essenciais ao ser humano.

Há que ter em conta que o concelho de Câmara de Lobos tem características específicas, tais como a ligação ao mar e ao trabalho piscatório, com raízes marcadas por ciclos de pobreza, baixa educação escolar, estruturas familiares disfuncionais, variáveis que caracterizam este concelho com um estigma social que até hoje é combatido. Por outro lado, apresenta uma crescente procura na área do turismo, que procura conhecer a realidade madeirense e a ex-libris da cidade, a baía, assim como o topo do ilhéu que é tratado neste projeto.

O ilhéu de Câmara de Lobos foi o local escolhido para a proposta de intervenção por encontrarmos sentido na simbiose entre a construção de um centro de acolhimento temporário para pessoas em situação de sem-abrigo e a redefinição de espaços comuns para uso da sociedade local, numa zona tão característica que assim é devolvida ao seu povo nativo, mais uma vez com um propósito social.

Desta forma, através da revitalização do antigo infantário e da extensão adjacente que circunda o terreno e que delimita o ilhéu, será possível assumir um papel central na configuração de um novo ambiente, que se destinará a servir como residência, local de trabalho terapêutico e ponto de convívio para a comunidade Camaralobense. Após a revitalização, será possível destinar novas funcionalidades direcionadas para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo da Madeira, tornando este espaço aberto para a promoção da inclusão, envolvendo ativamente a comunidade local.

Os objetivos específicos deste trabalho, concentram-se no reforço das iniciativas lideradas pela Câmara Municipal de Câmara de Lobos (Plano Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 2021), como será detalhado posteriormente, procurando promover a inclusão social e atenuar as lacunas associadas à integração habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo. Neste contexto, propõe-se intervir no acesso à formação, visando auxiliar aqueles que já não residem nas ruas a encontrar uma habitação e a estabelecer rotinas diárias e interações sociais na

comunidade. Além disso, o programa abrange a disponibilização e centralização de serviços e recursos que promovam a inclusão social, tais como assistência médica, apoio jurídico e psicológico, formação profissional e apoio ao emprego. Para que haja uma aproximação controlada à “vida real” e um ganho gradual de autonomia são projetadas algumas tipologias de To para uso dos utentes enquanto não tem habitação própria e condições financeiras para poderem arrendar. É fundamental planear espaços de trabalho onde os utentes possam exercer atividades, produzir e comercializar produtos.

Para além de facultar espaços de produção, o projeto também oferece áreas de exposição e venda, bem como locais para a realização de *workshops* formativos, com o objectivo de envolver e integrar a comunidade local, fomentando, desta maneira, a interação e impulsionando economicamente esta região da cidade, contribuindo para o desenvolvimento do turismo local. Nesse seguimento, outra meta é instituir uma cozinha comunitária que proporcione oportunidades de formação profissional aos indivíduos sem-abrigo no âmbito da restauração, integrando-os num sector laboral específico.

### **1.3. Metodologia**

O projeto apresentado surge de um processo dual, desdobrando-se em duas linhas de investigação que progridem simultaneamente. A primeira delas adota uma abordagem essencialmente teórica, pretendendo um estudo aprofundado do tema, a compreensão das suas origens, a análise das diversas abordagens existentes e a proposição de soluções. Para alcançar esse objetivo, foi crucial realizar uma extensa pesquisa bibliográfica, complementando constantemente a investigação das perspetivas teóricas com métodos de pesquisa adicionais.

Para essa finalidade, empreendemos observações no âmbito da nossa participação em iniciativas de voluntariado na ilha da Madeira, como as da associação CASA (Centro de Apoio ao Sem Abrigo), o que nos permitiu avaliar as carências e escassez de apoio enfrentadas pelas instituições de cariz social. Este acompanhamento mais próximo permitiu identificar dificuldades que poderiam ser minimizadas através das soluções apresentadas neste projeto, tais como a falta de residência, de espaços ocupacionais e de acompanhamento terapêutico. Na fase teórica, revelou-se crucial o aprofundar dos conceitos de reabilitação/requalificação e de arquitetura inclusiva.

A segunda fase do projeto, de caráter prático, envolveu uma análise detalhada do local de intervenção, levando em conta tanto as características físicas e históricas do edifício quanto as necessidades atuais da comunidade atendida. Esse processo incluiu visitas ao terreno, entrevistas com moradores e profissionais da área social, além de uma análise das infraestruturas existentes. A base teórica adquirida na fase inicial foi crucial para a definição das diretrizes do projeto, influenciando a criação de espaços funcionais que favorecem a interação social, a segurança e o acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade. A proposta de intervenção busca não apenas melhorar a habitabilidade do espaço, mas também promover a reintegração social, oferecendo locais para convivência e apoio terapêutico fundamentais para o processo de reabilitação e requalificação urbana.

## 1.4. Organização da dissertação

O Projeto está dividido em 5 capítulos:

No **capítulo 1\_ secção introdutória**, são apresentados o tema e o local eleito para o Projeto Final de Mestrado (PFM), examinando-se a convergência entre a arquitetura e as ciências sociais, explorando e promovendo a sua conexão. Desta forma, são delineados os propósitos do estudo e as problemáticas associadas a ter em conta neste contexto de intervenção.

No **capítulo 2 \_ A promoção da (re)integração das PSSA em Câmara de Lobos**, procurou-se contextualizar este fenómeno da exclusão social, identificando o perfil de pessoa em situação de sem abrigo.

Posteriormente, no **capítulo 3 \_ Arquitetura como catalisadora da inclusão**, foram discutidos conceitos e princípios fundamentais da arquitetura inclusiva, permitindo compreender como a arquitetura pode, por meio das suas intervenções, abordar questões de exclusão social e contribuir para a interação efetiva na sociedade.

No **capítulo 4\_ Memória de um Bairro Piscatório**, são expostos os conceitos relacionados com a reconfiguração do antigo infantário e toda a requalificação do Ilhéu, desde os seus primórdios até ao presente, explorando os fundamentos teóricos e as intervenções realizadas. O contexto de intervenção inclui a memória de um antigo bairro construído para abrigar uma classe social mais vulnerável, predominantemente composta por famílias de pescadores (daí alcunha popular “Bairro dos Pescadores”) e um planalto identificado como Ilhéu, atualmente transformado em vasto espaço verde desprovido de interesse arquitetónico que, apesar da sua localização e orografia extraordinárias, tem neste momento pouco a oferecer tanto à comunidade local como à população turística.

No desfecho, no **capítulo 5\_Proposta**, delineou-se a intervenção de reabilitação urbana do planalto do ilhéu e a visão do projeto, desde a sua manifestação urbana até a sua forma arquitetónica, com o intuito de evidenciar a relevância dos temas explorados anteriormente.

## **2. A integração social e as PSSA em Câmara de Lobos**

### **2.1. Conceito de PSSA**

A constituição da República Portuguesa (1976) estabelece que o Estado tem o encargo de promover o bem-estar, igualdade de direitos, efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientes entre todos os portugueses. Na prática esta harmonização de direitos não funciona tão bem, resultando em diferentes discrepâncias visíveis na sociedade. As pessoas em situação de sem-abrigo são um desses casos. À partida, a sua primeira diferença em relação ao resto da população é a falta de habitação, mas esta problemática vai muito além da falta de um teto.

O conceito de Pessoa em situação de sem-abrigo (PSSA) é multidimensional, resultado de todas as problemáticas subjacentes a esta condição, mas com uma questão em comum, a falta de habitação. Assim, foi criado um termo comum na União Europeia designado por ETHOS pela European Federation of National Organisations Working with the Homeless, para a tipologia Europeia de Exclusão relacionada com a habitação.

Em Portugal, a Estratégia Nacional para a integração de pessoas em situação de sem-abrigo (2021), define como PSSA, todos aqueles que independentemente da sua raça, etnia, nacionalidade, religião, orientação sexual, idade, sexo, condição socioeconómica, saúde física e mental se encontram sem habitação, desde os que vivem em espaços públicos aos que se encontram em alojamentos temporários (ENIPSSA, 2021).

Dentro deste público podemos distinguir as PSSA em dois grupos: os sem teto, que são todos os que vivem em espaços públicos, em condições precárias ou em risco de despejo e em abrigos de emergência; os sem casa, que se encontram em alojamentos temporários encaminhados pelas respostas sociais (ENIPSSA, 2021). Esta resposta é indicada para pessoas adultas em situação de carência (in Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho).

O conceito sem-abrigo surgiu numa tentativa de substituir termos depreciativos como “mendigo” e “vadio” que transportam um estigma negativo e caracterizam a PSSA como um “pedinte”, “que nada faz da vida” (Nascimento, 2016). A definição sem-abrigo sugere a realidade de um dos problemas da situação: a falta de habitação própria aliada a um conjunto de fatores de pobreza e exclusão social (Bento & Barreto, 2002).

De acordo com os autores Pereira & Silva (1999) é possível incluir as PSSA em três categorias: os deslocados, hesitantes e outsiders. Os deslocados por norma tendem a procurar o mais breve possível os serviços sociais após o confronto com a nova realidade. Os hesitantes, como o próprio termo indica, são mais resistentes à procura de ajuda e tentam resolver a sua situação por tentativa e erro. Por último, no grupo dos outsiders, a rua está “enraizada” no seu quotidiano e não estranham este modo de vida, tendo por norma um histórico de consumo de substâncias psicoativas (Pereira & Silva, 1999).

É possível realizar a distinção de PSSA em outras três categorias: crónico, periódico e o temporário. O crónico passou a maior parte da sua vida na rua e adaptou a sua sobrevivência a esta realidade. O periódico tem casa própria, mas apresenta momentos ausentes por diversos motivos, como consumos de substâncias, violência doméstica, saúde mental etc. E, por fim, o temporário que se encontra como PSSA por causa de um episódio imprevisível na sua vida e procura ajuda nas respostas sociais (Rivlin, cit. Por Martins, 2017, p.62). Estas classificações são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, pois permitem diferenciar as necessidades específicas de cada grupo e orientar intervenções personalizadas. Além disso, reforçam a ideia de que a condição de sem-abrigo não é homogénea e que soluções generalizadas podem ser ineficazes para determinados perfis.

Em termos de intervenção social, a abordagem deve ser multidimensional, envolvendo não apenas o acesso à habitação, mas também medidas de reinserção profissional, acompanhamento psicológico, acesso a cuidados de saúde e redes de suporte comunitário. Como argumentam Fitzpatrick, Busch-Geertsema e Edgar (2010), os modelos de Housing First têm demonstrado resultados positivos na estabilização de PSSA, especialmente entre aqueles com perturbações de saúde mental e dependência química.

Por conseguinte, o combate à situação de sem-abrigo deve envolver uma visão holística e integrada, reconhecendo que a habitação, embora essencial, não é suficiente para garantir uma reintegração plena na sociedade. São necessárias políticas de apoio continuado, formação profissional e acompanhamento social para quebrar os ciclos de exclusão que perpetuam essa realidade.

### **2.1.1. PSSA no Concelho de Câmara de Lobos**

O concelho de câmara de lobos, tem sido referenciado como um dos concelhos da ilha com maior número de PSSA, sofrendo uma maior crescente destes números em 2019 com aparecimento da pandemia COVID-19 (Plano Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 2021). Este crescimento pode ser atribuído a múltiplos fatores, incluindo a crise económica resultante da pandemia sofrida em 2020, o aumento do desemprego e a precarização das condições habitacionais, que levaram muitas pessoas à exclusão social (Santos & Oliveira, 2022).

De acordo com os últimos dados registados, as pessoas em situação de sem-abrigo, concentram-se no centro de Câmara de Lobos, deambulando por esta zona histórica durante o dia e a noite em diversos locais de referência (Plano Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 2021). A visibilidade desta população no espaço urbano tem implicações não apenas sociais, mas também urbanísticas, uma vez que a ocupação de determinados locais pode gerar tensões entre os moradores e os serviços municipais (Ferreira, 2020).

Por ser uma problemática sentida no Concelho, foi elaborado em 2021 o Plano Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em parceria com a Câmara Municipal de Câmara de Lobos, que visa criar políticas de igualdade, acompanhar grupos de risco e desenvolver medidas de inclusão social, e com o Centro Social Paroquial do Carmo, que complementa a proposta com as respostas de centro de dia e centro comunitário. No entanto, a eficácia destas políticas depende de um acompanhamento contínuo e da articulação entre diferentes entidades, incluindo organizações não-governamentais, serviços de saúde e estruturas de apoio habitacional (Costa, 2021). Estudos indicam que abordagens integradas e interdisciplinares são mais eficazes na reintegração de pessoas em situação de sem-abrigo, enfatizando a necessidade de acesso a habitação, emprego e cuidados de saúde mental (Rodrigues et al., 2019).

Não existindo uma instituição que tenha como foco exclusivo as PSSA no concelho de Câmara de Lobos, torna-se importante num futuro próximo, e dado o crescimento desta população neste território, uma intervenção estruturada e multidimensional, proporcionando uma integração social destas pessoas e uma diminuição da necessidade de procura destes serviços (Plano Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 2021).

## **2.2. Exclusão Social e Inclusão Social**

De acordo com os autores Bruto da Costa et al., (2008), o conceito de exclusão social aparece na década de 60, aliado à pobreza e alertando para a importância de incluir nas sociedades modernas a população à parte dos benefícios do crescimento do bem-estar que se vivia nessa altura (Capucha, 2005).

A exclusão social é um conceito recente e que apresenta ambivalências na sua definição (Rodrigues, Samagaio, Ferreira & Mendes, 1999). Desta forma, exclusão social pode ser explicada pela agudização das desigualdades entre aqueles que mobilizam os recursos para uma participação social e os que não participam gerando uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade (Capucha, 1998). Esta exclusão pode ser vivenciada através do desemprego, marginalidade, criminalidade, discriminação, pobreza e outros.

A vivência de exclusão social representa um impacto significativo na vida do indivíduo, podendo quebrar os seus laços com a sociedade em que se sente representado, reproduzindo uma separação na sua unidade social.

Assim, a exclusão social está ligada à desintegração do universo social e do sistema de atividade económica, e à decomposição das relações familiares e sociais e das redes de apoio, sejam familiares, trabalho, amigos e/ou vizinhos (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes, 1999.)

Para as PSSA, que pela sua condição estão automaticamente excluídas do seu núcleo social, este sentimento de falta de pertença em diversos fatores da sua vida pode causar um impacto social e emocional, podendo ser um dos fatores de falta de motivação para reverter a sua situação atual.

Leal (2011), Abreu e Salvadori (2015), dividem a exclusão social em três grandes grupos com um traço comum, a exclusão. O primeiro liga a exclusão social com a fragilização e/ou rutura dos laços sociais nas dimensões económico-ocupacional, sociofamiliar, cidadania, representações sociais e quotidiano. O segundo é composto pela não cidadania e negação dos direitos humanos e sociais básicos. Este grupo tem dificuldade em exercer a sua liberdade, direitos políticos, participação na comunidade e reconhecimento pessoal (Abreu & Salvadori, 2015). O último grupo representa as privações e vulnerabilidades relacionais, sendo a pobreza o resultado das transformações políticas, económicas e sociais (Abreu & Salvadori, 2015).

Para combater a exclusão social, temos a inclusão social que é implementada em Portugal, através do Plano Nacional da Ação para a Inclusão (PNAI). A PNAI tem como objetivo promover a inclusão social e prevenir índices de pobreza e exclusão social (PNAI, 2006-2008). Nas pessoas em situação de sem-abrigo a sua inclusão passa pela melhoria da sua qualidade de vida e fornecer ferramentas básicas para que se possa desenvolver no seu ambiente, como trabalho, saúde e habitação (PRIPSSA, 2018-2022). Para isso é necessário estabelecer trabalhos em dois eixos, o eixo 1 na promoção do conhecimento da PSSA e na sensibilização e educação para o tema; e o eixo 2 no desenvolver de estratégias de integração da PSSA. A junção destas duas forças poderá garantir os direitos individuais e promover a inclusão social (PRIPSSA, 2018-2022).

### **2.2.1 Problemática dos bairros sociais**

Independentemente da sua composição social ou morfológica, os bairros designados de bairros sociais que se inserem em áreas urbanas servem o propósito de resposta social. O termo bairro social, tende a carregar uma conotação negativa devido à associação ao comportamento desviante dos habitantes.

A problemática dos bairros sociais é multifacetada e está diretamente ligada a questões de segregação urbana e exclusão social. Muitos desses espaços são projetados com uma lógica funcionalista que ignora as necessidades sociais, afetando a qualidade de vida de seus habitantes. A arquitetura, muitas vezes, contribui para a marginalização, ao criar ambientes estigmatizados, afastados do restante da cidade e de acesso limitado aos serviços essenciais (Passos, 2007). A falta de integração social nos bairros sociais gera um círculo vicioso de pobreza e exclusão, onde os moradores enfrentam dificuldades econômicas e sociais significativas, além de uma escassez de oportunidades para melhorar suas condições de vida (Silva, 2020).

Para romper esse ciclo, é essencial adotar uma abordagem holística que envolva não apenas a melhoria da infraestrutura, mas também a implementação de políticas públicas que favoreçam a inclusão social. A arquitetura pode ser um instrumento poderoso na promoção de espaços que incentivem a convivência comunitária, reduzindo a estigmatização e criando ambientes que fomentem um sentido de pertença entre os moradores (Fernandes, 2018). Além disso, a introdução de equipamentos urbanos, como centros culturais, bibliotecas e espaços desportivos, pode desempenhar um papel

essencial na transformação da identidade dos bairros sociais, ajudando a redefinir a percepção externa e interna desses espaços.

Outro fator crucial para a revitalização dos bairros sociais é a mobilidade urbana. Muitas dessas áreas enfrentam desafios significativos no que diz respeito ao acesso a transportes públicos eficientes e integrados ao restante da cidade. A falta de opções de deslocamento adequadas pode contribuir para o isolamento dos seus habitantes, dificultando o acesso a oportunidades de emprego, educação e cultura (Rodrigues, 2021). Assim, projetos de requalificação urbana devem priorizar a melhoria das conexões viárias e a criação de alternativas sustentáveis de mobilidade, como ciclovias e percursos pedonais acessíveis, garantindo que os moradores possam circular de forma eficiente e segura.

A participação ativa dos residentes na concepção e execução de projetos de requalificação urbana é um elemento-chave para o sucesso das intervenções. Quando as comunidades são envolvidas no processo de tomada de decisão, há um maior compromisso com a manutenção e valorização dos espaços revitalizados, fortalecendo o tecido social e promovendo uma cidadania mais ativa (Mendes, 2020).

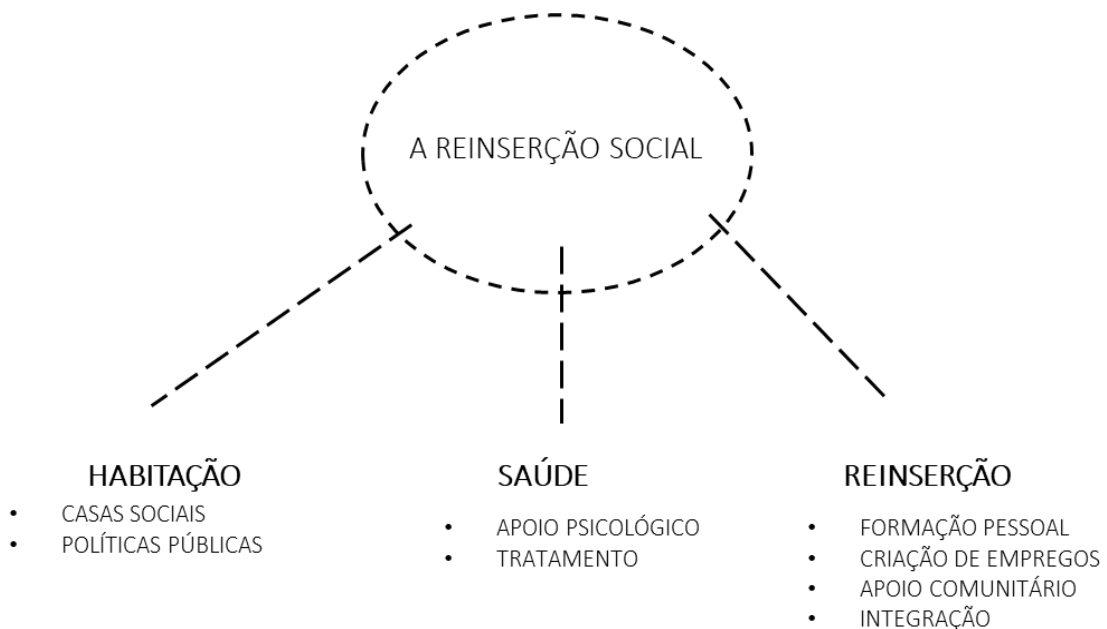
Dessa forma, a requalificação dos bairros sociais deve ir além da simples renovação física dos edifícios, exigindo uma abordagem integrada que envolva infraestrutura, serviços, espaços públicos e, sobretudo, a participação ativa dos seus moradores. A arquitetura tem um papel fundamental na reconstrução do tecido social, promovendo espaços que incentivem a interação, a mobilidade e o sentimento de pertença. Ao transformar esses bairros em territórios mais conectados, acessíveis e dinâmicos, não apenas se combate a segregação urbana, mas também se abre caminho para uma cidade mais justa e inclusiva, onde todos possam usufruir plenamente do espaço urbano. Projetos de requalificação, focados em melhorar a acessibilidade, a convivência e a participação ativa dos moradores, podem ajudar a integrar esses bairros no tecido urbano, promovendo uma maior equidade social e favorecendo a construção de uma cidade mais inclusiva (Medeiros, 2019).

## 2.2.2. A Reinserção social

A reinserção social pretende capacitar vários campos da vida da pessoa para que possa regressar à sociedade em que estava inserida.

A promoção da reintegração social pretende garantir à pessoa o acesso a todas as oportunidades disponíveis, independente da sua classe social (Rodrigues et al., 2017). Quando isto não acontece, o indivíduo é excluído da sua sociedade, não podendo exercer um papel ativo, afetando esta condição básica e consequentemente a sua de reinserção social (Rodrigues et al., 2017). Este conceito é trabalhado em parceria com a pessoa lesada, promovendo o seu sentido de cidadania através de uma relação de confiança, empatia, motivação intrínseca e extrínseca e a promoção de um espaço para o crescimento de autossuficiência. O sucesso deste processo, está sempre dependente da pessoa e do ambiente em que está inserida (Brandão, 2009).

Por outro lado, é necessário sensibilizar a sociedade para a presença desta problemática, para que possa acolher da melhor forma indivíduos que se encontrem neste processo. Para isso é necessário desmistificar medos e estigmas que por norma estão associados a este tema (Brandão, 2009).



**Fig. 1:** Esquema Principais áreas de atuação para reintegrar pessoas em situação de sem-abrigo.

**Fonte:** Autora (2025)

## **3. A Arquitetura como promotora de inclusão**

### **3.1. A Arquitetura inclusiva**

A arquitetura inclusiva é mais do que um conjunto de normas técnicas para garantir acessibilidade. É uma filosofia de design que visa criar ambientes que acolham todas as pessoas, independentemente das suas habilidades físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais. Este conceito, está cada vez mais presente na prática arquitetónica contemporânea, enraizado na ideia de que a construção física deve ser acessível, útil e compreensível por todos, sem haver uma necessidade de adaptação ou de um design especializado (Heylighen & Bianchin, 2019).

A inclusão só é possível quando a arquitetura engloba diversos fatores como a mobilidade, perceção sensorial, interações sociais e, crucialmente, a dignidade humana. A arquitetura inclusiva não elimina apenas as barreiras físicas, mas também aborda as barreiras psicológicas e sociais que podem impedir a participação das pessoas na vida comunitária. Logo, a inclusão vai para além dos acessos físicos, pretende abranger a experiência emocional e psicológica dos seus utilizadores, garantindo que todos se sintam acolhidos e respeitados no mesmo espaço (Froyen, 2017).

No contexto das pessoas em situação de sem-abrigo, a arquitetura inclusiva adquire uma dimensão ética. O design dos centros de acolhimento e das infraestruturas de apoio deve priorizar não apenas a sua funcionalidade, mas também a dignidade e a identidade das pessoas que os utilizam. Estes espaços devem proporcionar mais do que um teto; devem oferecer um ambiente promotor da recuperação e reintegração social. A arquitetura pode e deve ser uma ferramenta para a transformação social, criando e ambientes que ajudem a reconstruir a autoestima e a confiança das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, facilitando seu retorno para uma vida independente e integrada na sociedade (Pable, 2020).

Projetos como os "Housing First" exemplificam esta abordagem. Em vez de tratar a moradia como uma recompensa por comportamentos "adequados", esses programas partem do princípio de que a moradia é um direito fundamental e o primeiro passo para qualquer forma de reabilitação ou reintegração social. Ao oferecer habitações dignas e permanentes, sem exigir pré-condições, esses programas demonstram que a arquitetura inclusiva pode ser um instrumento poderoso para combater a exclusão social e a pobreza extrema (Tsemberis, 2015).

## **3.2. A arquitetura e o espaço social**

O espaço social é um conceito central na arquitetura e no urbanismo, referindo-se à forma como os ambientes construídos influenciam as interações sociais e as dinâmicas comunitárias. A arquitetura tem o poder de moldar a nossa vida social, promovendo encontros, incentivando interações e, em última análise, construindo a coesão social. No entanto, uma má conceção dos espaços pode levar à segregação, à marginalização e até ao isolamento social (Lefebvre, 1991; Dovey, 2019).

Nos últimos anos, o reconhecimento da importância de projetar espaços sociais que sejam verdadeiramente inclusivos tem vindo a crescer, sendo cada vez mais evidente a necessidade de projetar ambientes que promovam não só a comodidade, mas também a diversidade, permitindo que diferentes grupos sociais coexistam e interajam entre si. Por exemplo, é importante a inclusão de elementos de design que estimulem o encontro e a interação, como bancos, áreas verdes e espaços comunitários. A sua existência pode transformar bairros inteiros, promovendo uma maior integração entre diferentes segmentos da população (Gehl, 2011; Oosterlynck et al., 2020).

Para as pessoas em situação de sem-abrigo, o espaço social pode representar o refúgio, espaço seguro, ou uma maldição. A maioria destas pessoas é forçada a viver em espaços marginalizados da sociedade, como ruas, parques ou áreas urbanas negligenciadas. A ausência de um espaço seguro e acolhedor aumenta o risco de violência, discriminação e isolamento. Nesse contexto, a arquitetura tem o potencial de mudar esta realidade ao projetar espaços que reintegrem essas pessoas no tecido urbano, oferecendo-lhes um sentimento de pertença e segurança (DeVerteuil, 2015).

Exemplos práticos são os projetos de "urbanismo tático", onde os espaços temporários e flexíveis são criados para atender às necessidades imediatas das populações vulneráveis. Nestes projetos estão incluídos os centros de abrigos móveis, instalações sanitárias temporárias ou espaços de convivência comunitária que permitem a estas pessoas participar de forma ativa na sociedade (Lydon & Garcia, 2015). A revitalização dos espaços urbanos devolutos ou subutilizados pode ser uma estratégia eficaz na criação de áreas de trabalho para as equipas de trabalho diretamente com esta problemática, promovendo a coesão social e a interação comunitária (Cattell, Dines, Gesler, & Curtis, 2008).

### **3.3. A inclusão na Arquitetura**

A inclusão na arquitetura é uma prática que representa um compromisso entre a criação dos ambientes e a promoção de uma justiça social e da equidade. Logo, o seu objetivo é promover a participação ativa de todas as pessoas que usufruam dele, independentemente das circunstâncias pessoais ou sociais (Imrie & Hall, 2001).

Para alcançar a inclusão na arquitetura, é fundamental que os arquitetos e urbanistas adotem uma abordagem holística, considerando as necessidades físicas, emocionais e sociais das pessoas. Em especial nos contextos urbanos, onde é possível observar diversidade social e onde a arquitetura pode desempenhar um papel fundamental na promoção da integração e da harmonia entre diferentes grupos sociais (Peters, 2016).

Em relação às pessoas em situação de sem-abrigo, a criação de habitações dignas e acessíveis é o ponto de partida para a sua inclusão na sociedade. Isso pode incluir desde a oferta de espaços de convivência comunitária até a integração de serviços de apoio diretamente nos projetos de habitação, garantindo que os moradores tenham acesso aos recursos necessários para sua recuperação e reintegração social (Harris, 2019).

A arquitetura inclusiva deve considerar o seu impacto nos espaços de lazer e bem-estar, tendo em conta que ambientes frios, impessoais ou estigmatizantes, podem perpetuar o ciclo de exclusão e marginalização. Por outro lado, espaços que são acolhedores, esteticamente agradáveis, e que promovem um senso de comunidade, podem ajudar a restaurar a dignidade e a esperança das pessoas que foram e estão marginalizadas pela sociedade (Pable, 2020). A implementação de políticas públicas eficazes é essencial para garantir que a arquitetura inclusiva não fique apenas no campo teórico, mas se traduza em ações concretas. O envolvimento de diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, a psicologia e a assistência social, pode contribuir para o desenvolvimento de soluções mais humanizadas e sustentáveis. A cooperação entre o setor público e privado, bem como a participação ativa da comunidade nos processos de decisão, são estratégias fundamentais para assegurar que os projetos arquitetónicos respondam de forma adequada às reais necessidades da população (Smith & White, 2021).

A mobilidade é um fator essencial na promoção da inclusão na arquitetura. A acessibilidade dos espaços urbanos deve ser pensada de forma a permitir a circulação

segura e eficiente de todas as pessoas, independentemente das suas capacidades físicas ou condições socioeconómicas. Infraestruturas que consideram a mobilidade reduzida, como passeios largos, rampas de inclinação adequada, pavimentação tátil e transporte público acessível, são fundamentais para garantir a autonomia dos cidadãos (Gehl, 2019). A ausência dessas adaptações pode resultar em barreiras físicas que dificultam ou até mesmo impedem a participação plena de grupos vulneráveis na sociedade. A mobilidade inclusiva não se limita apenas à adaptação de espaços físicos, mas também envolve a criação de redes de transporte eficientes e acessíveis. A integração entre diferentes modais de transporte, como autocarros, metro, ciclovias e percursos pedonais acessíveis, permite que mais pessoas possam deslocar-se com independência.

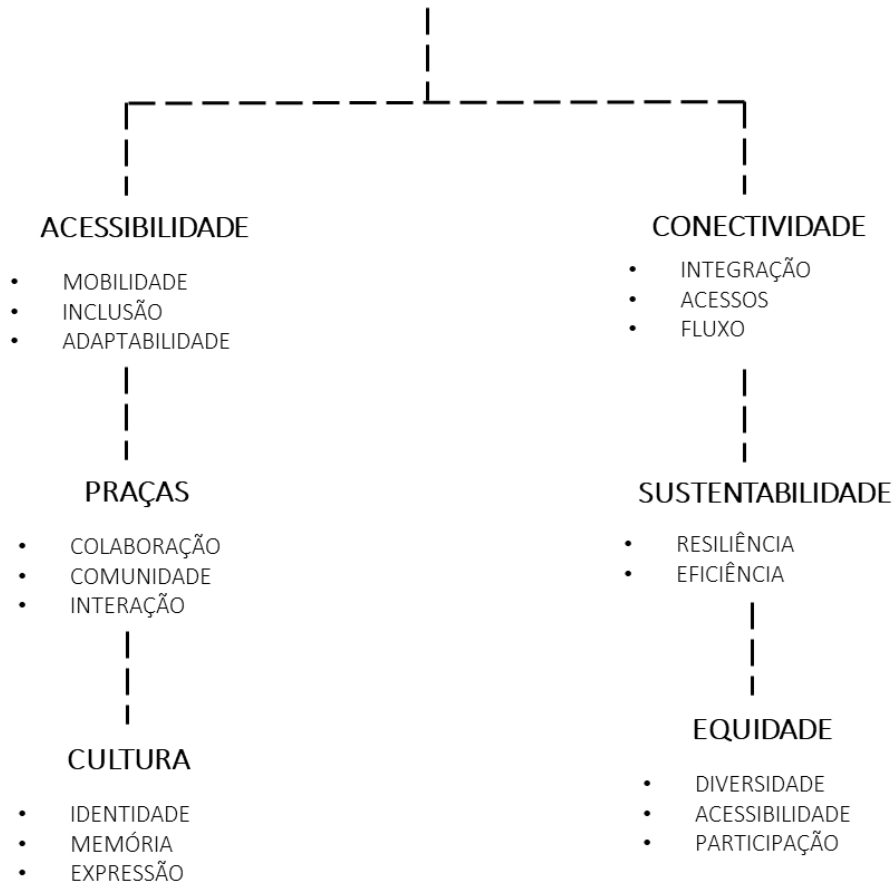
A inovação tecnológica, é outro fator que tem vindo a desempenhar um papel crucial na acessibilidade e mobilidade urbana. A implementação de semáforos sonoros para pessoas com deficiência visual, aplicações móveis que informam sobre percursos acessíveis e sistemas de transporte adaptados são exemplos de como a tecnologia pode contribuir para uma arquitetura mais inclusiva. Exemplo disso, são as cidades inteligentes que utilizam sensores e dados em tempo real para monitorizar a acessibilidade e melhorar a experiência dos cidadãos no espaço urbano (Giffinger & Gudrun, 2020).

Por outro lado, a infraestrutura urbana deve ser pensada de forma a evitar a segregação e promover o encontro entre diferentes grupos sociais. A criação de espaços públicos inclusivos, como praças, parques e centros comunitários, facilita a interação social e fortalece o sentimento de pertença. Quando bem planeados, esses espaços promovem não apenas a mobilidade, mas também o desenvolvimento social e económico das comunidades (Whyte, 2017).

Logo, a inclusão na arquitetura não é apenas uma questão de design físico, mas também uma questão de design social e ético. Esta exige que os arquitetos consigam pensar além das formas e funções tradicionais e que consigam considerar como os espaços que criam podem impactar positivamente a vida das pessoas e das comunidades.

O importante é que as necessidades das populações mais vulneráveis sejam atendidas e que promovam a sua integração de forma plena e digna na sua sociedade (Thomas, 2020).

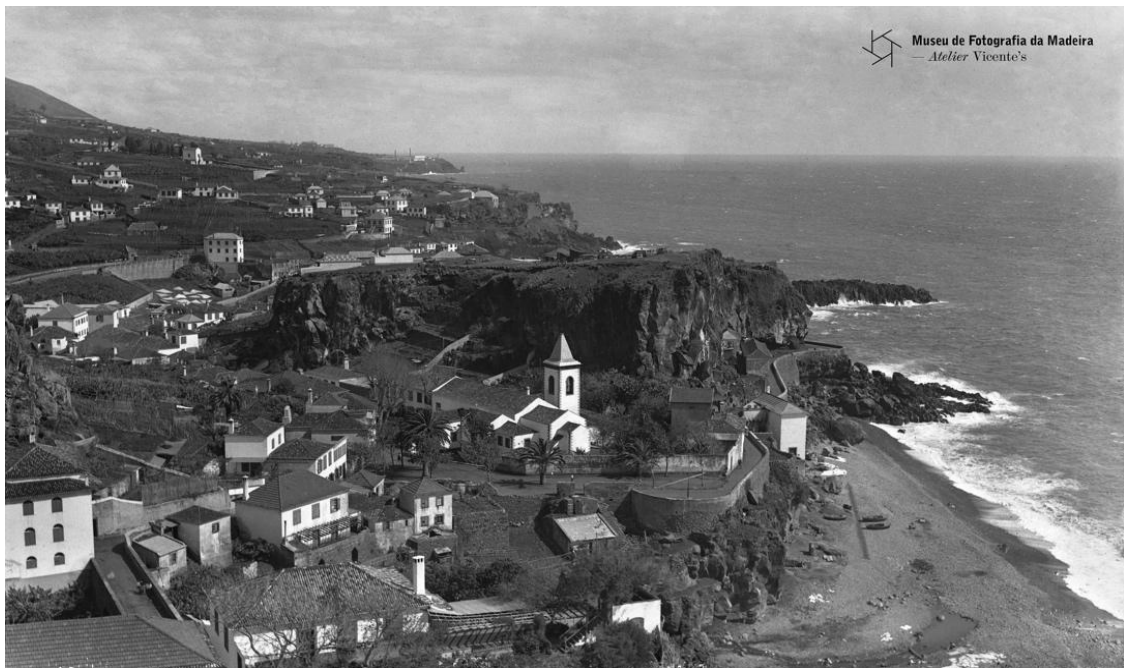
## A ARQUITETURA COMO CATALISADORA DE INCLUSÃO



**Fig. 2:** Esquema Principais áreas de atuação para a arquitetura como catalisadora de inclusão.

**Fonte:** Autora (2025)

## 4. Contextualização



**Fig. 3:** Foto Figueiras-Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos\_ anterior a 1945  
**Fonte:** Depósito ABM



**Fig. 4:** Foto Figueiras-Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos\_ anterior a 1945  
**Fonte:** Depósito ABM

## **4.1. Memória de um Bairro Piscatório**

A vila piscatória de Câmara de Lobos, localizada na ilha da Madeira, tem uma longa história ligada ao mar e à pesca. No passado, a vila era um autêntico cenário de vida tradicional madeirense, onde a pesca era a principal atividade económica e moldava a vida diária da comunidade (Freitas, s.d; “Bairro da Palmeira”). Esta vila atualmente é cidade, situa-se na costa sul da ilha da Madeira e tem uma história que remota ao século XV, quando foi fundada pelo descobridor João Gonçalves Zarco. A baía onde a vila se encontra deve o seu nome aos numerosos lobos-marinhos que habitavam o local na época da chegada dos primeiros colonos.

No passado, a pesca era a principal atividade económica de Câmara de Lobos, desempenhando um papel central na vida da comunidade. Os homens da vila eram, na sua maioria, pescadores que passavam longas horas no mar, especialmente dedicados à captura do peixe-espada preto, uma das espécies mais valiosas e fartas nas águas da Madeira. Esta atividade não só sustentava as famílias locais mas também contribuía para economia da região, com o peixe sendo comercializado não só localmente mas também exportado para outras partes da ilha e do continente.

A rotina dos pescadores era dura e exigente. Os dias começavam de madrugada, com os homens saindo para o mar nos seus barcos tradicionais, muitas vezes enfrentando condições adversas. Os “xavelhas”, barcos pintados de cores vivas, eram um símbolo da vila, cada um com as suas características e histórias únicas. A pesca era uma atividade comunitária, em que o trabalho em equipa e a solidariedade eram fundamentais para o sucesso e a segurança de todos.

Enquanto os homens estavam no mar, as mulheres desempenhavam um papel crucial na vida da vila. Cuidavam das casas, preparavam redes de pesca, processavam e vendiam o peixe. Além disso, eram responsáveis pela educação dos filhos e pela manutenção das tradições culturais e religiosas da comunidade. As festividades locais, como as celebrações em honra de São Pedro, padroeiro dos pescadores, tinham nas mulheres um elemento essencial para a sua organização, garantindo a preservação da identidade cultural da vila. As crianças desde cedo aprendiam os ofícios ligados ao mar, muitas vezes acompanhando os pais nas embarcações ou ajudando nas tarefas em terra, perpetuando um modo de vida enraizado há séculos.



**Fig. 5:** Foto Figueiras - Preparação dos anzóis dentro da embarcação, para a pesca do peixe-espada preto no mar, os pescadores encontram-se dentro da embarcação na baía de Câmara de Lobos. Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos\_ a 1966  
**Fonte:** Depósito ABM



**Fig. 6:** Foto Museu Photographia Vicentes - Barcos de pesca e pescadores na praia de Câmara de Lobos, Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos\_ entre 1936 e 1982  
**Fonte:** Depósito ABM

A vida em Câmara de Lobos era marcada por uma forte sensação de comunidade e identidade cultural. O porto de pesca era o coração da vila, um lugar de constante movimento e atividade, onde os pescadores descarregavam as suas capturas e preparavam os seus barcos para o próximo dia de trabalho (Freitas, s.d; “Bairro da Palmeira”). As tabernas locais, onde os pescadores se reuniam para contar histórias e partilhar experiências, tornaram-se pontos de encontro emblemáticos. Muitas delas ainda hoje mantêm a tradição de servir a poncha, uma bebida típica da Madeira, que faz parte do património cultural da região.

Embora Câmara de Lobos se tenha modernizado ao longo dos anos, a essência da vila, mesmo passando a ser considerada uma cidade, ainda pode ser sentida. A pesca continua a ser atividade importante, mas o turismo também passou a desempenhar um papel significativo na economia local. O crescimento do setor turístico trouxe novas oportunidades, impulsionando o comércio e a restauração, ao mesmo tempo que colocou desafios na preservação do património e da autenticidade da vila. O desenvolvimento urbano e a requalificação da zona costeira permitiram um maior aproveitamento do espaço público, tornando-o mais acessível a residentes e visitantes. A vila soube preservar alguma da sua identidade cultural e o seu legado histórico, tornando-se um destino atrativo para aqueles que desejam experienciar a autêntica vida madeirense. Ao mesmo tempo, os mercados e feiras locais mantêm viva a tradição da venda de peixe fresco e de produtos típicos, fortalecendo a ligação entre passado e presente.

A evolução de Câmara de Lobos reflete um equilíbrio entre a tradição e modernidade. Se, por um lado, a cidade mantém vivas as suas raízes piscatórias e culturais, por outro, adapta-se aos novos tempos, promovendo um desenvolvimento sustentável e respeitoso com a sua história. O desafio futuro passa por garantir que este crescimento continue a beneficiar a comunidade local, mantendo a sua identidade e autenticidade.

Em conversas informais com pescadores, percebe-se que a principal atividade de Câmara de Lobos se divide em duas vertentes: a pesca profissional e a pesca amadora. Ambas desempenham um papel fundamental não só na economia local, mas também na construção da identidade cultural da cidade, sendo transmitidas de geração em geração.



**Fig. 7:** Fotos da envolvimento da Baía de Câmara de Lobos e dos Barcos de Pesca embarcados na Baía, Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos.

**Fonte:** Autora (2024)



**Fig. 8:** Fotos da envolvimento da Baía de Câmara de Lobos e dos Barcos de Pesca embarcados na Baía, Vila de Câmara de Lobos, freguesia e concelho de Câmara de Lobos.

**Fonte:** Autora (2024)

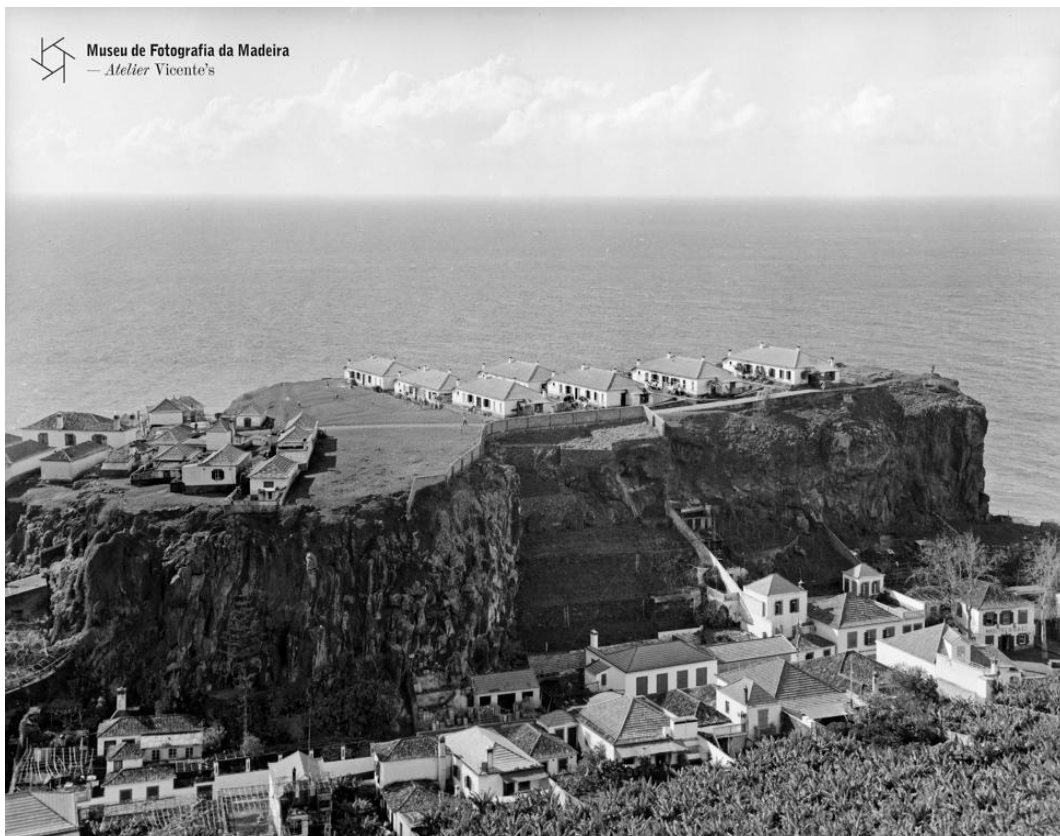
A pesca profissional é exercida por cerca de trinta barcos, com comprimentos de 18 a 25 metros, cujas viagens duram habitualmente cerca de quinze dias. Ao retornarem a Câmara de Lobos, os pescadores comercializam o pescado na lota, que posteriormente é vendido no mercado da cidade. Os principais produtos capturados incluem o peixe-espada preto, atum e outras espécies de profundidade, essenciais para a gastronomia regional e para a exportação.

Esta atividade conta com algumas infraestruturas de apoio, tais como o varadouro (situado aproximadamente 450 metros a leste da baía), o cais de embarque (construído em 1876 e melhorado em 1903), a lota e o mercado. Apesar da sua importância, essas infraestruturas são insuficientes para atender à crescente procura e modernização do setor, tornando necessária uma requalificação que permita uma melhor adaptação às exigências do mercado global.

A pesca amadora também persiste, apesar das dificuldades crescentes ao longo do tempo. Antigamente, muitas famílias dependiam diretamente deste tipo de pesca para

o sustento diário, utilizando pequenas embarcações ou mesmo praticando a pesca à linha a partir da costa. Este modo de vida continua a ser uma das tradições locais e, como principal memória viva na cidade, necessita de incentivos para que as gerações mais jovens se sintam motivadas a perpetuar esta tradição. A promoção de eventos ligados à pesca, bem como programas de educação e formação para os mais novos, pode ser uma estratégia eficaz para garantir a continuidade desta herança cultural. Além disso, a valorização do pescado local e o apoio aos pescadores podem contribuir para que esta prática não caia em desuso.

A pesca em Câmara de Lobos representa mais do que um setor económico: é um símbolo de resiliência, identidade e história. O desafio futuro será equilibrar a modernização do setor com a preservação das tradições, garantindo que a cidade continue a ser reconhecida pelo seu legado marítimo e pelo espírito comunitário dos seus pescadores.



**Fig. 9:** Foto Perestrellos Photographos- Bairro do Ilhéu, freguesia e concelho de Câmara de Lobos\_ entre 1945 a 1970

**Fonte:** Depósito ABM

Quando se fala da vila piscatória, o que nos vem logo á memória é o “Bairro dos Pescadores”, que existia no planalto da baía, construído pela Câmara de Câmara de Lobos e inaugurado a 2 de dezembro de 1945. O ilhéu era a área onde vivia, predominantemente, a classe piscatória. Ali, a pobreza, a fome, a mendicidade, o alcoolismo, a falta de higiene nas habitações, a promiscuidade e a sujidade das ruas atingiam níveis alarmantes e sub-humanos, situação que foi frequente denunciada. Na altura da construção do bairro, uns anos mais tarde instalou-se um jardim de infância, que se chamava “O Pião” (Freitas, s.d; “Bairro da Palmeira”).

No dia 22 de junho de 2004, com o início da demolição, foi dada a sentença de morte ao bairro, onde restavam apenas 60 famílias devido a transferências anteriores para outros bairros complexos habitacionais. Estas famílias seriam realojadas no complexo habitacional da “Nova Cidade”, situado na Fonte da Rocha, inaugurado no dia 1 de maio de 2004 (Câmara Municipal de Câmara de Lobos, 2004).

Tendo em conta o artigo de Carla Sousa no Jornal da Madeira, publicado em outubro de 2023, que se fundamenta numa entrevista com uma antiga moradora do bairro dos pescadores, queremos reforçar as nossas intenções para este projeto e a ideia de preservar a memória e atmosfera singular deste local. Na entrevista, a moradora de longa data, Gorete Roque, partilha as suas memórias com uma nostalgia palpável e com grande carinho. Gorete nasceu e foi criada entre as ruas estreitas e as casas modestas do bairro piscatório. Gorete recorda com saudade os detalhes de espaços que conferiam ao bairro a sua identidade única, as fachadas das casas desgastadas pelo tempo mas que por sua vez são ricas em histórias, os terraços onde as famílias se reuniam ao fim do dia e as crianças que brincavam livremente, estabelecendo laços dentro da comunidade.

O projeto de revitalização que propomos visa preservar e celebrar esta essência que Gorete Roque tão bem descreve. O objetivo torna-se o de resgatar a alma do bairro, mantendo sua autenticidade e o espírito comunitário. O foco passa pela conservação das características originais das construções, integrando de forma consonante os elementos modernos e honrando e valorizando a herança cultural do bairro. Desta forma, será possível criar espaços que incentivem a interação comunitária.



**Fig. 10:** Foto Habitações do bairro do Ilhéu, também como conhecido por Bairro dos Pescadores, freguesia e concelho de Câmara de Lobos\_ a 1945  
**Fonte:** Depósito ABM

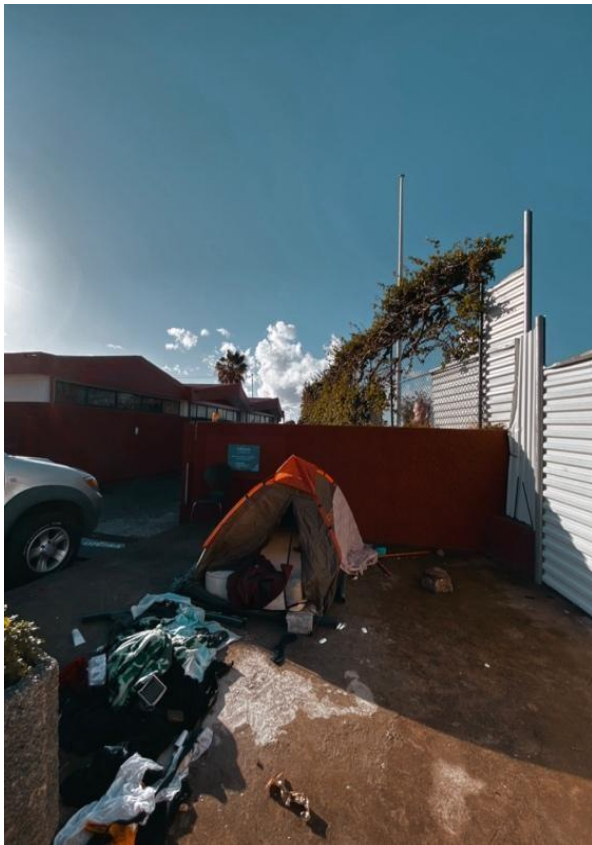
Foi nesse contexto que a entrevista com Gorete Roque se revelou fundamental para enriquecer as premissas do nosso projeto. Nascida em 1951, Gorete testemunhou de perto as metamorfoses que se desenrolaram no bairro ao longo do tempo. Descreveu a organização espacial das habitações como sendo excepcionalmente precária, onde várias famílias compartilhavam um único espaço, fosse ele um quarto, um corredor ou mesmo a cozinha, delineado um quadro de miséria humana que deixou marcas indeléveis naquela comunidade.

No jardim de infância do ilhéu, Gorete desempenhou um papel fundamental como educadora até aos seus 54 anos de idade. Nessa posição, ela não apenas compartilhava conhecimento académico, mas também assumia a responsabilidade de moldar as mentalidades, inculcar princípios essenciais de vida e promover noções de higiene e convivência social entre as crianças sob os seus cuidados. Gradualmente, as famílias passaram a atribuir um valor crescente à importância da escola, do ensino e da educação.

Já se percebia uma mudança significativa no ilhéu, que se tornava progressivamente menos decadente e mais integrado na civilização, pois, segundo Gorete, em 1982 perdeu parte da sua população devido à construção de novos bairros. Comparando com estas memórias do que foi o bairro onde viveu e trabalhou, diz sobre a

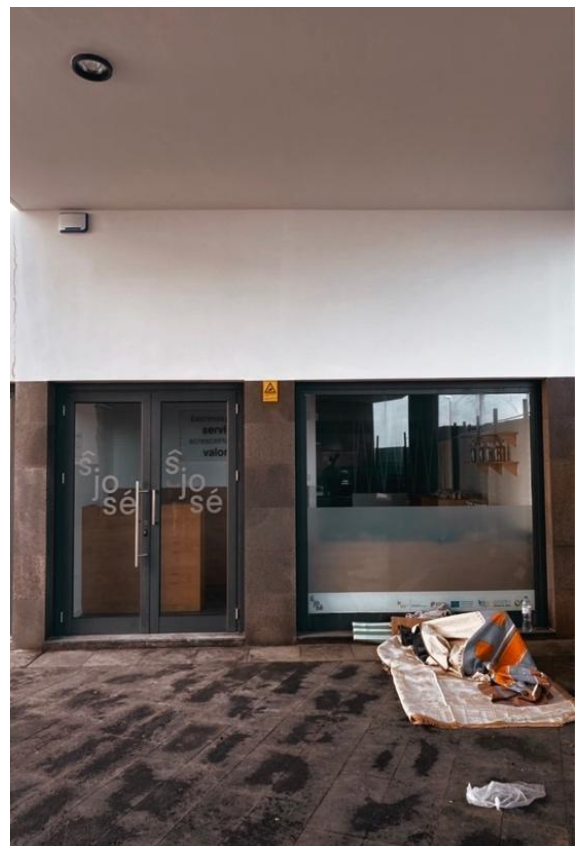
nova requalificação do ilhéu: “As casas estão lindas, o anfiteatro está muito giro, mas perdeu-se a essência do local. As poucas pessoas que ali vivem são gente que tinha casa própria. O resto é tudo alojamento local.” (Jornal da Madeira, 2023).

O testemunho de Gorete Roque é apenas um entre muitos, obtidos através de conversas informais com residentes da baía e arredores da cidade. Revela a essência de um passado que representa um marco significativo na vida da comunidade e que não se deseja que de forma alguma seja apagado. Pelo contrário, almeja-se uma reestruturação que leve em consideração as valências dos tempos atuais. O objetivo é evitar que o ilhéu se torne apenas um lugar ornamental, visitado esporadicamente por turistas à procura de registos fotográficos, especialmente pela sua localização, e marcar uma história para as gerações futuras do que já foi o Ilhéu de Câmara de lobos.



**Fig. 12:** Fotos da problemática de Câmara de lobos, no planalto do ilhéu e em plena cidade de Câmara de Lobos, pessoas em situação de sem-abrigo, freguesia e concelho de Câmara de Lobos.

**Fonte:** Autora (2022)



**Fig. 11 :** Fotos da problemática de Câmara de lobos, no planalto do ilhéu e em plena cidade de Câmara de Lobos, pessoas em situação de sem-abrigo, freguesia e concelho de Câmara de Lobos.

**Fonte:** Autora (2024)

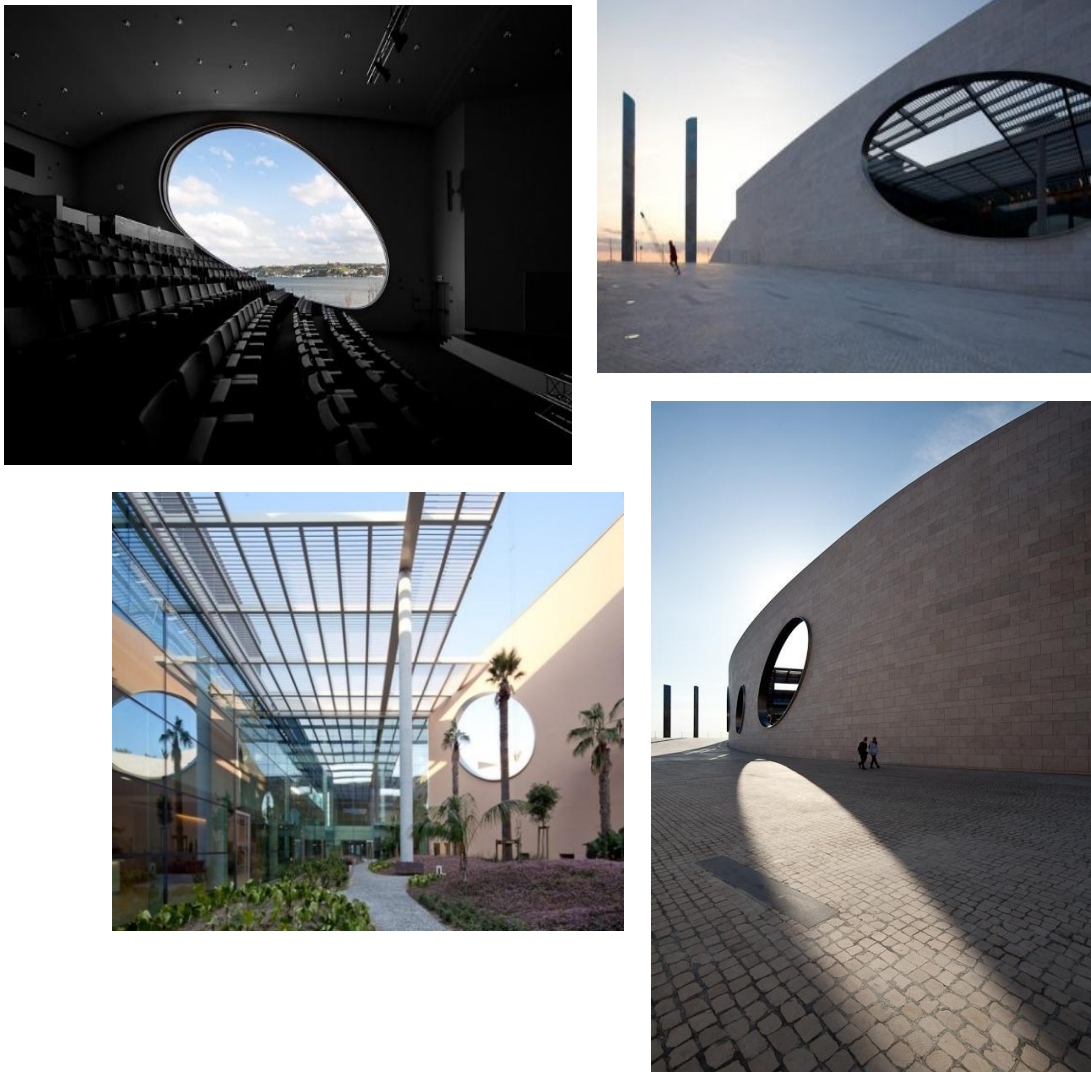
Atualmente, um dos aspetos que mais impacta e estigmatiza Câmara de Lobos é a presença de pessoas em situação de sem-abrigo na cidade. Essa realidade manifesta-se de forma evidente, tanto durante o dia como durante noite, representando uma decadência social que contrasta acentuadamente com a imagem turística e comunitária da região. A coexistência desses dois extremos gera um cenário de caos e incoerência, exigindo uma abordagem sensível e abrangente.

Para esta problemática, a nossa proposta de projeto visa considerar esses dois extremos: as memórias de um bairro piscatório e a necessidade urgente de fornecer um centro de acolhimento temporário para mitigar o problema das pessoas em situação de sem-abrigo. Propomos, portanto, uma requalificação do Ilhéu, dotando-o de novas valências que permitam a coexistência harmoniosa dessas duas realidades na mesma área.

Ao preservar as memórias e a identidade histórica do bairro, procuramos projetar soluções eficazes para atenuar a problemática dos sem-abrigos, transformando o ilhéu num espaço inclusivo e funcional. Essa abordagem integra não só revitalização da área, mas também promove uma maior coesão social e uma convivência mais equitativa entre diferentes segmentos da comunidade de Câmara de Lobos.

## 4.2. Casos de Estudo

### 4.2.1. Champalimaud Centre / Charles Correa Associates



**Fig. 13:** Fotos José Campos, arqf. Archdaily, dualidade de espaços livre e espaço de tratamento

O hospital Champalimaud é frequentemente considerado um exemplo de excelência arquitetónica, devido à sua harmoniosa inserção no espaço circundante. Trata-se de uma construção moderna que, apesar da sua imponência e volumetria, não agride esteticamente a paisagem, nem é percebida como um elemento intrusivo. O edifício pode ser visto como uma verdadeira obra de arte, que permite considerar a beleza como uma forma de terapia.

O projeto Champalimaud, está localizado na cidade de Lisboa e é um exemplo emblemático de como a arquitetura pode envolver-se no ambiente natural circundante, especialmente em relação à sua proximidade com o rio Tejo. Esta abordagem tem diversas semelhanças com a nossa estratégia para o planalto do ilhéu, que se eleva majestoso sobre o mar. Ambas as iniciativas compartilham uma visão que integra a arquitetura com a paisagem natural, valorizando a relação entre o espaço construído e o ambiente exterior.

Primeiramente, o projeto Champalimaud destaca-se pela forma como utiliza amplos espaços abertos e vistas panorâmicas para maximizar a interação com o rio Tejo. As áreas exteriores são concebidas para serem uma extensão dos espaços interiores, promovendo um diálogo constante entre o edifício e a água. Este conceito encontra um paralelo direto com a nossa abordagem no planalto, onde a arquitetura é pensada para destacar a proximidade com o mar, proporcionando vistas deslumbrantes e um ambiente que convida à contemplação assim o senso de comunidade.

Outro ponto de convergência é o uso de materiais e técnicas construtivas que respeitam e valorizam o contexto natural. O projeto Champalimaud utiliza materiais que se harmonizam com a paisagem ribeirinha, criando uma continuidade visual entre o edifício e o rio. Na nossa estratégia projetual, procuramos empregar materiais e métodos que respeitem o ambiente costeiro, reforçando a integração do edifício com o mar e a topografia única do ilhéu.

A relação simbiótica com a água é uma característica central em ambos os projetos. O projeto Champalimaud tira proveito da sua localização junto ao Tejo para criar uma sensação de serenidade e inspiração, algo que também queremos transmitir no nosso projeto, onde o mar não é apenas uma vista, mas parte integrante da experiência sensorial e emocional do local.

Tanto o projeto Champalimaud como a nossa estratégia compartilham uma filosofia que valoriza a integração harmoniosa entre arquitetura, natureza, e o mar. Ambos visam criar espaços que não apenas respeitem, mas também celebrem o ambiente

natural, promovendo uma experiência que é ao mesmo tempo estética, funcional e profundamente conectada ao seu entorno.

A abertura do hospital para o exterior, manifesta através dos seus jardins, anfiteatro ao ar livre e o elemento em vidro, convida à interação com o exterior e com a sociedade. Nesta edificação, os utentes não se sentem isolados nem confinados. Da mesma forma, médicos e investigadores encontram-se e interagem com os pacientes num ambiente acolhedor e colaborativo, onde todos partilham um objetivo comum.

Essa harmonia entre o interior e o exterior, destacando-se a proximidade com o mar, a leveza da construção, e a interação entre utentes, médicos e equipas de investigação, juntamente com o simbolismo do edifício, inspiraram-me profundamente e transformaram a minha visão do que um hospital pode e deve ser.

Esta estratégia promove a integração harmoniosa entre a unidade de tratamento e o espaço público, destacando as suas maiores valências estéticas e funcionais. Ao abrir-se para um ambiente externo, a unidade de tratamento não apenas beneficia de uma conexão revitalizante com o rio e com a comunidade, mas também garante que nenhuma das duas realidades – a clínica e a pública- se sobreponha ou impeça a outra.

A intenção subjacente ao projeto é criar um espaço onde a unidade estabeleça sinergia com o ar livre e com os espaços públicos circundantes, promovendo uma coexistência equilibrada e enriquecedora. Esta abordagem não só preserva a integridade e a funcionalidade de ambas as áreas, mas também maximiza o bem-estar dos utentes, ao proporcionar-lhes um ambiente que se estende além das paredes do edifício.

## 4.2.2. Parque Comunidade de Songzhuang – Crossboundaries



**Fig. 14:** Fotos Yu Bai. Archdaily, interações distintas de atividades no parque, espaço urbano

O Parque Comunidade de Songzhuang, situado na China, é um espaço público comunitário ao ar livre que se destaca como um ponto de encontro central para a vida artística. Este projeto, que participou num concurso em 2018 sob a temática “Art City”, é notável pela sua integração arquitetónica e funcional com a comunidade artística local. Um dos elementos mais emblemáticos do parque é a imponente parede de tijolos, que atua como um marco visual e simbólico. A organização do parque está estruturada em quatro ambientes principais, concebidos para atender a diversas necessidades e promover a interação social e o bem-estar dos seus utilizadores. O espaço de boas-vidas serve como área de receção e orientação, acolhendo os visitantes e facilitando a sua orientação pelo parque. Por outro lado, o espaço social é projetado para fomentar o convívio e a troca de ideias entre artistas e a comunidade, funcionando como um local de encontro e diálogo.

O espaço lúdico é dedicado às crianças, proporcionando um ambiente seguro e estimulante para atividades lúdicas e desenvolvimento social. Existe também um espaço dedicado ao exercício físico, que oferece instalações apropriadas para a atividade física, incentivando um estilo de vida saudável e ativo.

Este projeto demonstra como o *design* urbano pode criar ambiente multifuncionais, que não apenas satisfazem as necessidades práticas dos utilizadores, mas também enriquecem a vida cultural e social da comunidade. A abordagem de Songzhuang sublinha a importância da criatividade e do bem-estar, temáticas centrais na presente dissertação ao explorar a relação entre arquitetura, comunidade e vivência urbana.

Ao refletir sobre a arquitetura e o urbanismo, este parque destaca-se como um exemplo de como é possível conjugar as necessidades individuais e coletivas, promovendo uma coexistência equilibrada e enriquecedora entre os diferentes setores essenciais na comunidade através da criação de espaços promotores da interação social, lazer e exercício físico, ao mesmo tempo em que preservam e celebram a identidade cultural.

### 4.2.3. Parc de la Villette - Bernard Tchumy



**Fig. 15:** Fotos. *Archdaily*, interações distintas de atividades no parque, espaço urbano

A presente proposta de requalificação do ilhéu visa não apenas transformar fisicamente o espaço, mas também reintegrá-lo social e culturalmente na comunidade local. Inspirado pelo Parc de La Villette de Bernard Tschumi (Souza, 2011), este projeto almeja criar um ambiente multifuncional e interativo, que reflita a história e as necessidades contemporâneas da comunidade, promovendo a inclusão.

O ilhéu, com a sua história rica e localização estratégica, sempre foi um ponto de convergência, mas, com o passar dos anos, caiu em desuso e perdeu a sua vitalidade. A requalificação proposta procura resgatar a sua memória, preservando as suas características históricas e transformando-o num espaço de convivência e interação.

À semelhança do Parc de La Villette, o projeto integra estruturas multifuncionais que servirão como catalisadores de atividades culturais em pontos-chaves do planalto do ilhéu, inspiradas nas estruturas de Tschumi e oferecendo espaços para exposições, oficinas comunitárias, mercados e áreas de lazer. Estas estruturas funcionarão como marcos urbanos, proporcionando pontos de referência visual e incentivando o uso diversificado do espaço.

A conectividade é um elemento central nesta requalificação. O projeto prevê a criação de um elevador, facilitando o acesso entre as diferentes áreas residenciais, comerciais e de lazer, a manutenção do percurso pedonal de escadaria localizado a sul, e do percurso existente entre a baía e o ilhéu, que pode ser feito a pé ou através de automóvel, com possibilidade de estacionamento. Assim teremos 3 frentes de acesso ao planalto do ilhéu, assegurando que este esteja plenamente integrado no tecido urbano circundante e acessível a todos.

Reconhecendo a importância da cultura e da educação para a coesão social, o projeto inclui a criação de programas culturais e educativos que funcionarão como âncoras da comunidade. Estes centros, inspirados no Cité des Sciences et de l'Industrie e na Cité de la Musique do Parc de La Villette, abrigarão museus, bibliotecas, espaços de artes performativas, proporcionando uma plataforma para o desenvolvimento cultural e educacional contínuo da comunidade.

A participação ativa da comunidade é um princípio fundamental deste projeto. Desde a conceção até à implementação, os residentes serão envolvidos através de consultas públicas, workshops participativos e grupos de trabalho comunitários. Este processo participativo garantirá que as necessidades e aspirações locais sejam refletidas no projeto final, promovendo um sentido de pertença e apropriação do espaço requalificado.

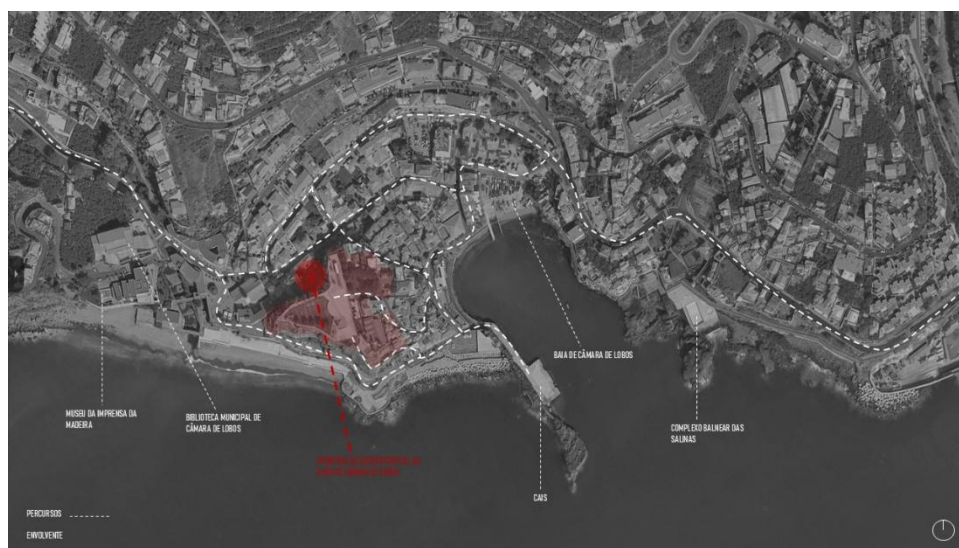
A requalificação do ilhéu, fundamentada nos conceitos do Parc de la Villette, transformará este espaço com história num ambiente vibrante, inclusivo e integrado. Ao promover a coesão social e a participação comunitária, o projeto não apenas revitalizará fisicamente o ilhéu, mas também fortalecerá o tecido social, criando um espaço dinâmico que beneficiará todos os membros da comunidade. Esta abordagem assegura que o planalto do ilhéu seja não apenas um lugar de passagem, mas um destino em si, um verdadeiro coração pulsante da vida comunitária.

## 5. Proposta

### 5.1. Estratégia de Intervenção



**Fig. 16:** Vista aérea de concelho de Câmara de Lobos, marcada pela zona a intervir.  
**Fonte:** Autora (2025)



**Fig. 17:** Vista aérea de concelho de Câmara de Lobos, esquema explicativo dos percursos  
**Fonte:** Autora (2025)

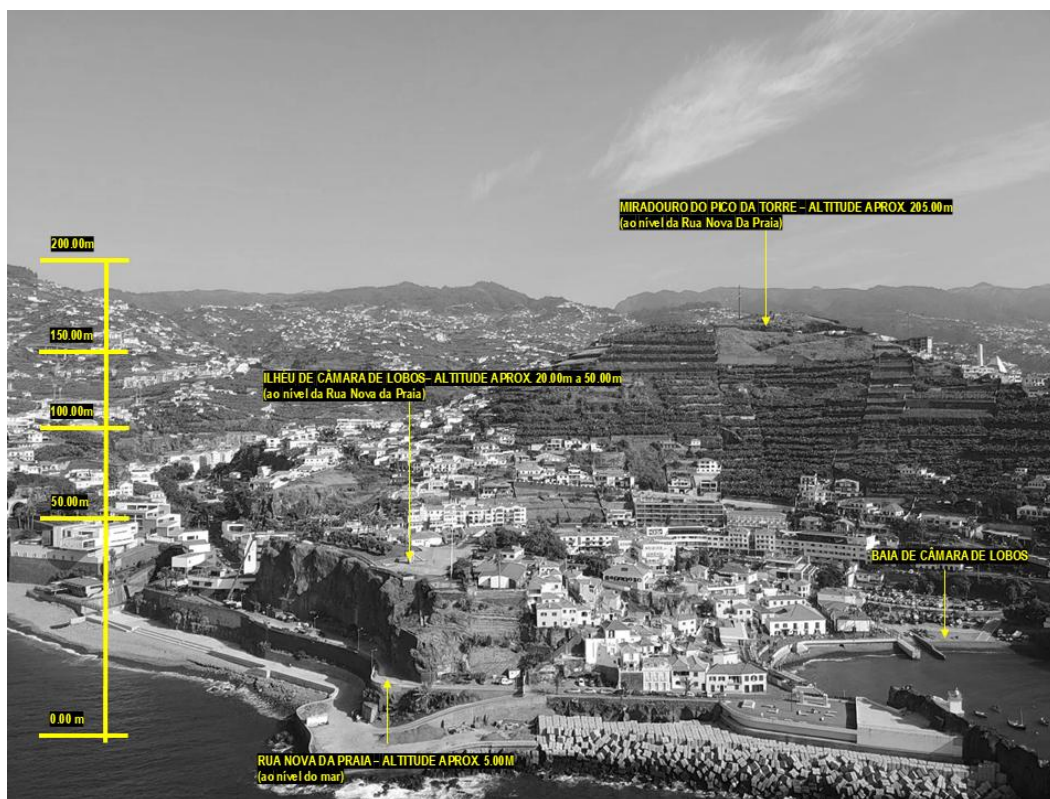


visual, proteção e distanciamento em relação ao destaque urbano da zona costeira.

A elevação natural do ilhéu permite estabelecer uma relação privilegiada com a paisagem envolvente — desde a baía de Câmara de Lobos até às encostas agrícolas e aos promontórios como o Pico da Torre. Ao mesmo tempo, esta posição elevada proporciona uma plataforma ideal para o desenvolvimento de novos programas públicos e culturais que possam coexistir com a memória histórica e a identidade natural do lugar, sem comprometer a sua integridade ecológica.

A intervenção proposta tira partido desta cota diferenciada para criar percursos ascendentes suaves, acessíveis, e zonas de estadia com vistas panorâmicas, promovendo a integração entre o tecido urbano existente e o novo espaço qualificado. O desenho respeita a morfologia do terreno, minimizando movimentos de terra, e incorpora soluções que favorecem a inclusão, a permanência e a leitura do território como um todo.

A requalificação do planalto do ilhéu constitui, assim, não apenas uma oportunidade para regenerar um espaço anteriormente subaproveitado, mas também para ativar uma nova centralidade cultural e paisagística no seio da vila, valorizando a interação entre arquitetura, geografia e vivência comunitária.

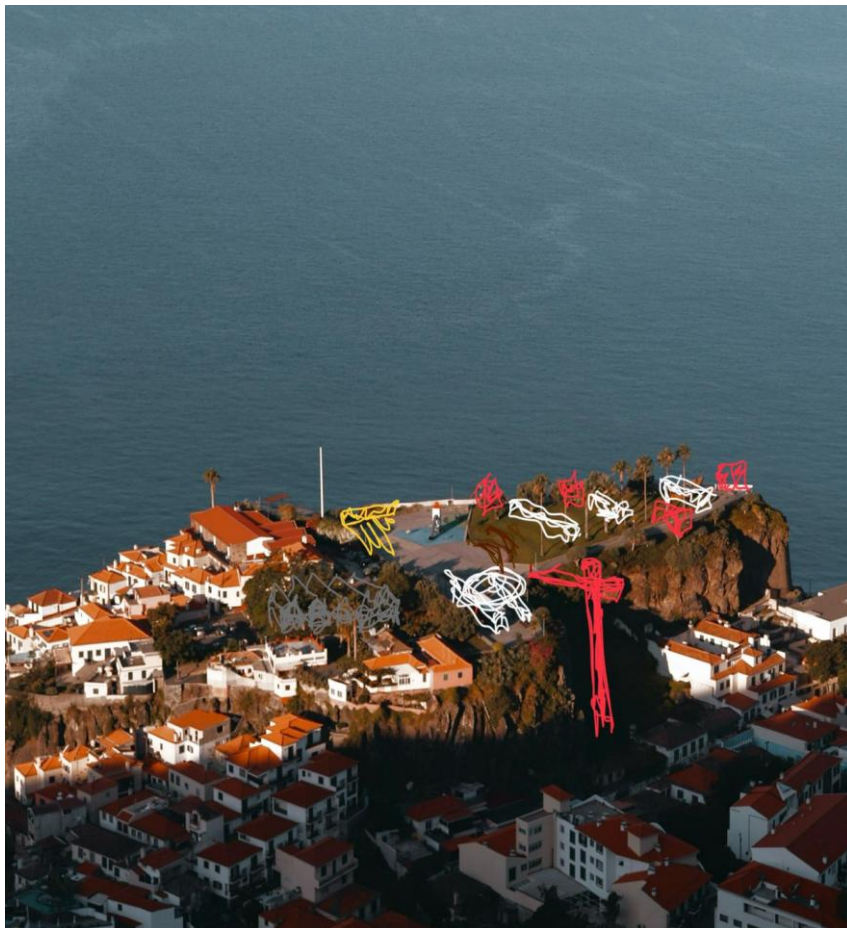


**Fig. 19:** Esquema da diferença de alturas em relação a Rua Nova da Praia e do ilhéu, a partir de uma fotografia aérea.

**Fonte:** Autora (2024)

O percurso que nos leva ao planalto do ilhéu de Câmara de Lobos é, desde o primeiro momento, uma jornada sensorial e simbólica. O caminho inicia-se na baía, onde os passos ganham um ritmo próprio, cadenciado pelo esforço físico e pela curiosidade que nos conduz até ao planalto, um lugar elevado que revela a beleza da envolvente em todo o seu esplendor. É neste primeiro momento de ascensão que percebemos a essência do projeto: cada passo é um convite a sentir, a descobrir, a contemplar, o percurso desenrola-se como uma narrativa. Do lado Este, discretamente inseridos na paisagem, localizam-se alguns lugares de estacionamento, pensados para quem precisa de um acesso mais direto e acessível. Contudo, o espírito do projeto encoraja-nos a experienciar a jornada sensorial através do olfato, contacto com as texturas, o som das ondas ao fundo e a vista que se revela à medida que avançamos. E então, ao final de alguns passos, chegamos ao alto do ilhéu.

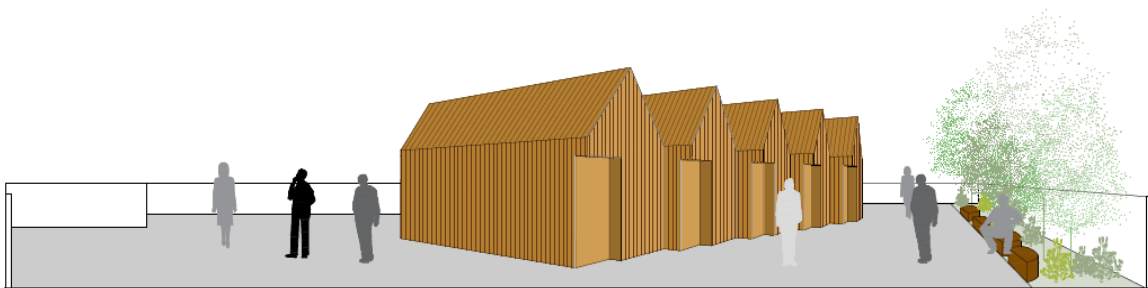
O planalto estende-se à nossa frente como um palco para a vida comunitária.



**Fig. 20:** Esquiço da proposta, sob uma fotografia do ilhéu em 2024, tirada a partir do miradouro do Pico da Torre, Câmara de Lobos.  
**Fonte:** Autora (2024)

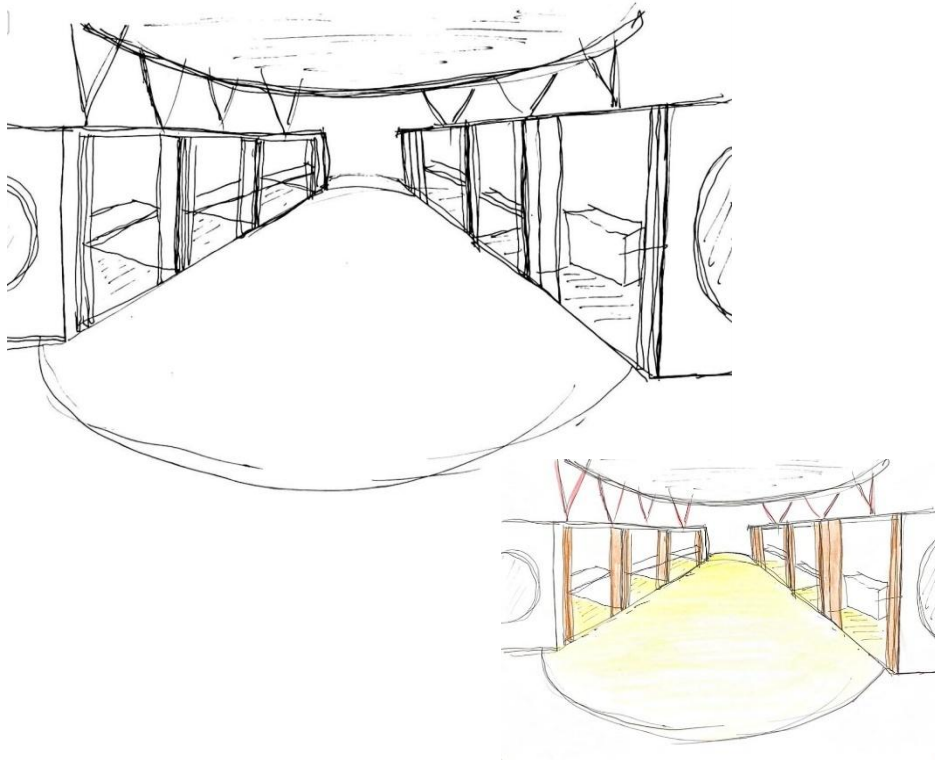
À direita, erguem-se cinco módulos de habitação temporária revestidos a madeira, mais do que volumes, são refúgios para os utentes que se encontram numa fase de transição para a sua autonomia. Este passo é fundamental para consolidar as competências pessoais e sociais, então para posteriormente ser realizada a sua (re)integração na comunidade. Nestes cinco módulos as pessoas ganham a sua privacidade, mas com o aconchego de uma equipa técnica por perto. A madeira foi o material escolhido para a sua construção, pois simboliza a força e a resiliência daqueles que aqui encontram apoio para recomeçar.

No ilhéu, onde o basalto predomina e o mar molda a paisagem, a proposta procura integrar a robustez da madeira com a sustentabilidade. A contiguidade do oceano inspira uma dependência profunda com o ambiente, respeitando a natureza e promovendo harmonia com o território.



**Fig. 21:** Axonometria da proposta de habitação temporária  
**Fonte:** Autora (2025)

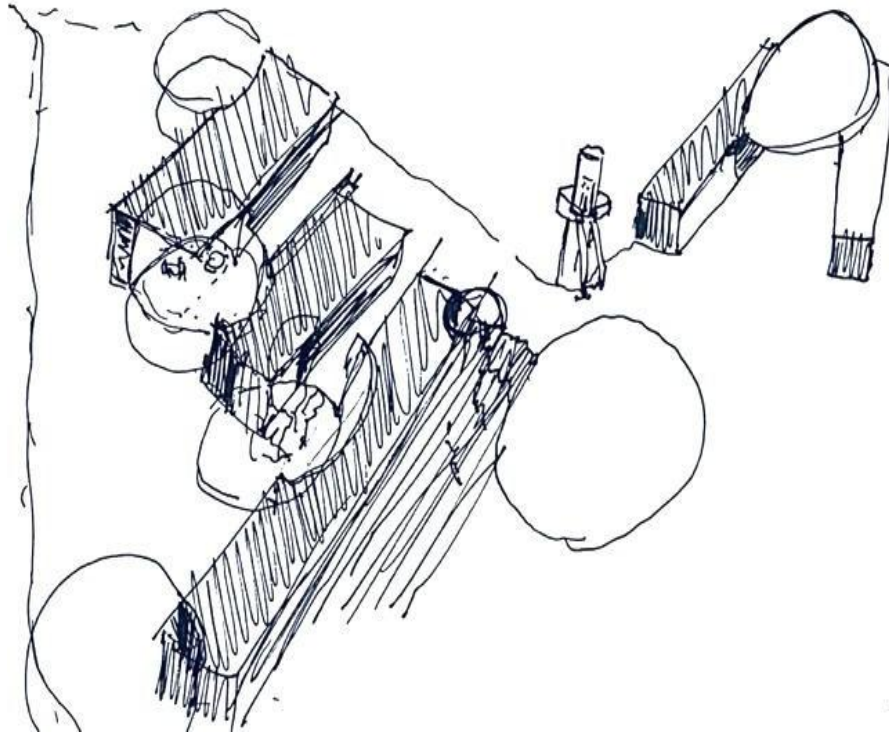
Mais à frente, o centro administrativo marca a entrada deste microcosmo. É composto pela receção e sala de reuniões que representam o eixo organizador do espaço, sendo o ponto de apoio tanto para o centro de acolhimento como para a gestão das atividades comunitárias. Este volume, unido ao seguinte por uma cobertura circular em betão, alberga um espaço preparado para receber feiras, tais como de artesanato, gastronómica, cultural, etc... e a loja comunitária – um espaço de partilha, de trocas e de (re)encontros.



**Fig. 22:** Esquízo da proposta da praça que une os dois volumes  
**Fonte:** Autora (2025)

Cada unidade comercial que compõe a feira opera de forma autónoma, assegurando a diversidade programática. Esta independência reflecte-se também na flexibilidade da ocupação, uma vez que os espaços, quando não se encontram em funcionamento, podem ser encerrados através de um sistema de painéis móveis com um “sistema de correr sanfonado”, onde articulados deslizam sobre uma calha e dobram-se em “zigue-zague”, com acabamento em madeira. Este mecanismo confere à praça uma identidade visual dinâmica, garantindo simultaneamente segurança e adaptabilidade às necessidades dos utilizadores.

A organização dos volumes conduz naturalmente os visitantes para a praça central. O desenho do pavimento, marcado pela projecção da pala circular na cor amarela, gera um jogo de luz e sombra que reforça a identidade visual do espaço. Este ambiente favorece a apropriação do espaço público, promovendo momentos de encontro e reforçando o sentido de pertença à comunidade.



**Fig. 23:** Esquiço da proposta, espacialidade  
**Fonte:** Autora (2025)

O coração do ilhéu é a praça, e é nela que os olhos recaem assim que chegamos.

Circular, simbólica, revestida com materiais locais, representa a centralidade das pessoas no projeto. Do lado oeste, o antigo infantário foi requalificado para albergar o centro de acolhimento: quatro dormitórios equipados com uma casa de banho, cozinha, sala de refeições, sala de workshop e gabinetes. Constitui-se como um espaço multifuncional que respeita a memória do lugar, ao mesmo tempo que responde às necessidades do presente. Ao lado, encontra-se o campo desportivo multiusos, pintado de amarelo vibrante para chamar a atenção, um ponto de encontro dinâmico onde a comunidade e os utentes se cruzam em atividades lúdicas e desportivas.

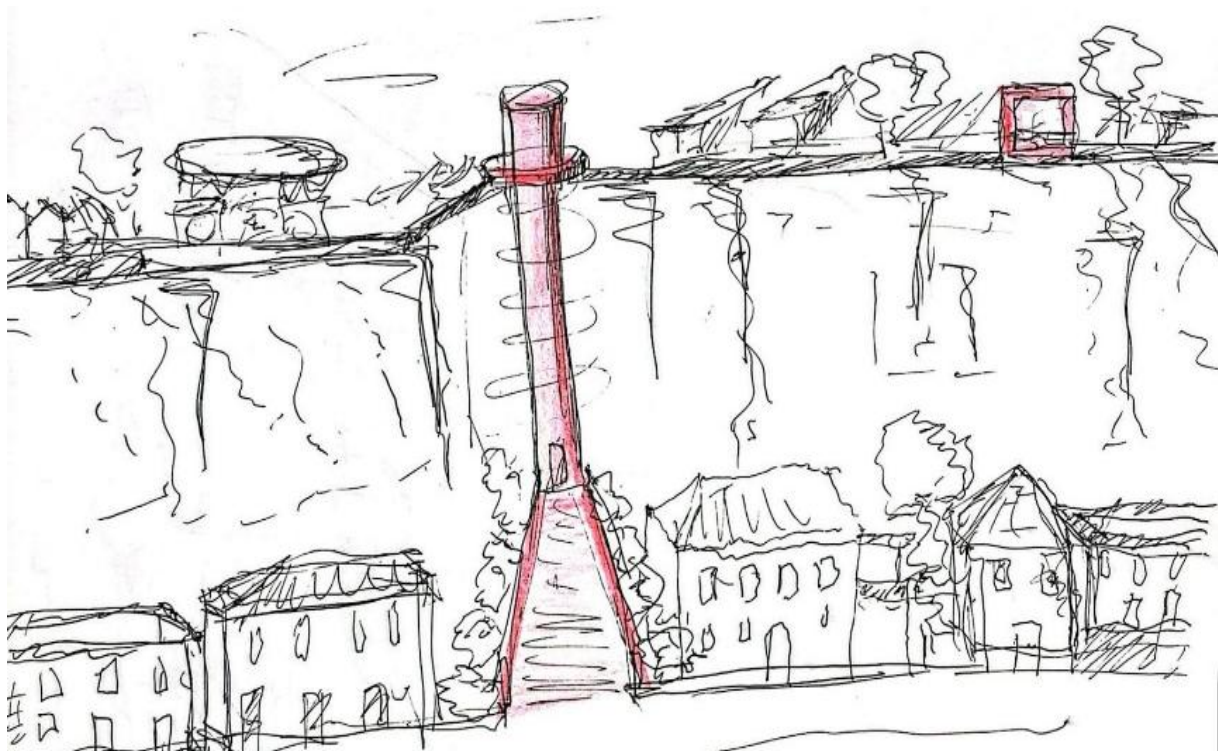
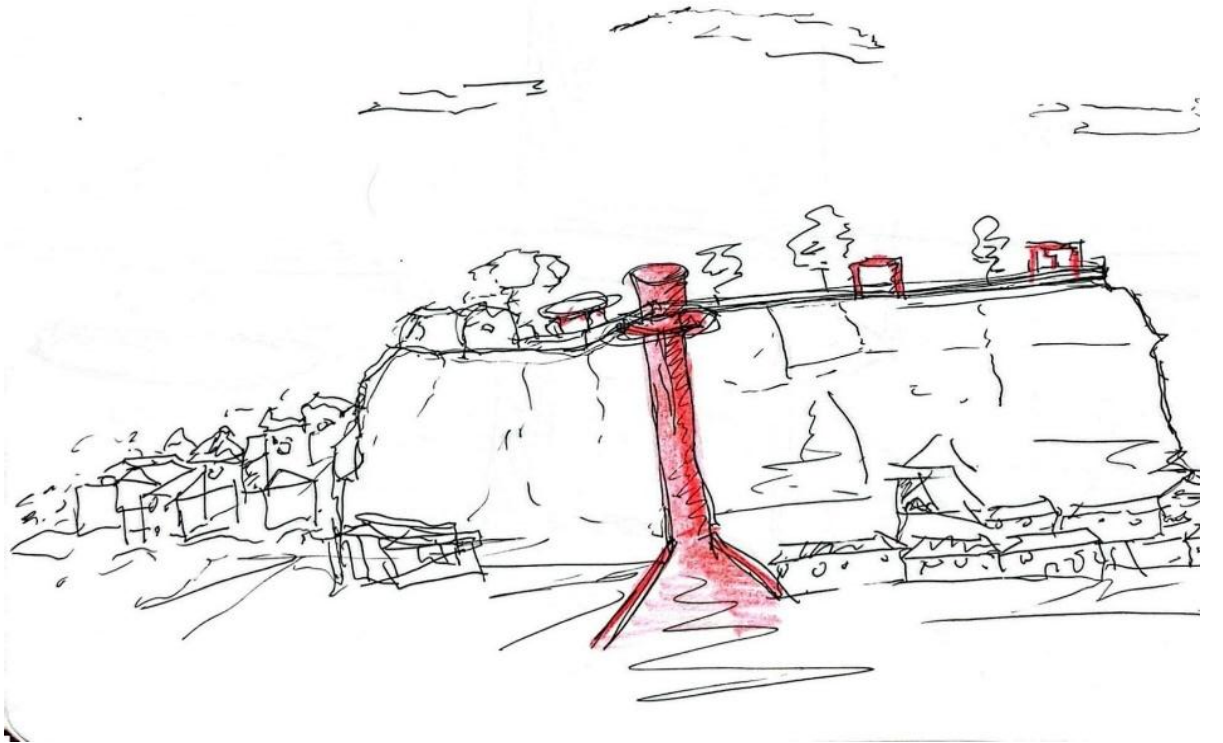
Todo o planalto ganha vida com as estruturas verticais vermelhas que, com o seu contorno robusto e preciso, surgem como sentinelas do espaço. A sua volumetria cúbica e imponente não apenas marca a paisagem, mas também nos guia por um percurso de perceções contrastantes. Estas estruturas não são meros elementos visuais, são uma ponte que nos liga aos dois extremos de essência do ilhéu: de um lado extensão do mar e do outro a serenidade imponente da cidade que repousa aos seus pés.



**Fig. 24:** Esquício da proposta, espacialidade da estrutura cúbica vermelha  
**Fonte:** Autora (2025)

Ao cruzarmos estas estruturas, somos envolvidos pela sua presença marcante. O vermelho intenso contrasta com o cinza do betão e do basalto, como o verde da vegetação. Estes cubos são molduras que enquadram, cada uma delas, uma vista distinta, e marcam um momento de contemplação que reforça o diálogo entre a natureza, arquitetura e a paisagem. Estas estruturas, pelo seu alinhamento e posição estratégica, tornam-se portais que não apenas dividem o espaço, mas promovem a conexão. Ao passar por elas sentimos a transição, e o peso do terreno dá lugar à leveza da visão do horizonte.

Assim, mais do que volumes estáticos, os cubos são narradores visuais. A sua presença robusta organiza e orienta o espaço, mas ao mesmo tempo convida à introspeção. Nestas roturas geométricas, encontramos o equilíbrio entre o natural e o construído, entre o vasto e o íntimo. Cada estrutura é uma pausa, um fio condutor que nos leva a descobrir, com novos olhos, a força e a beleza que habitam este pedaço de terra entre o mar e o centro da cidade.

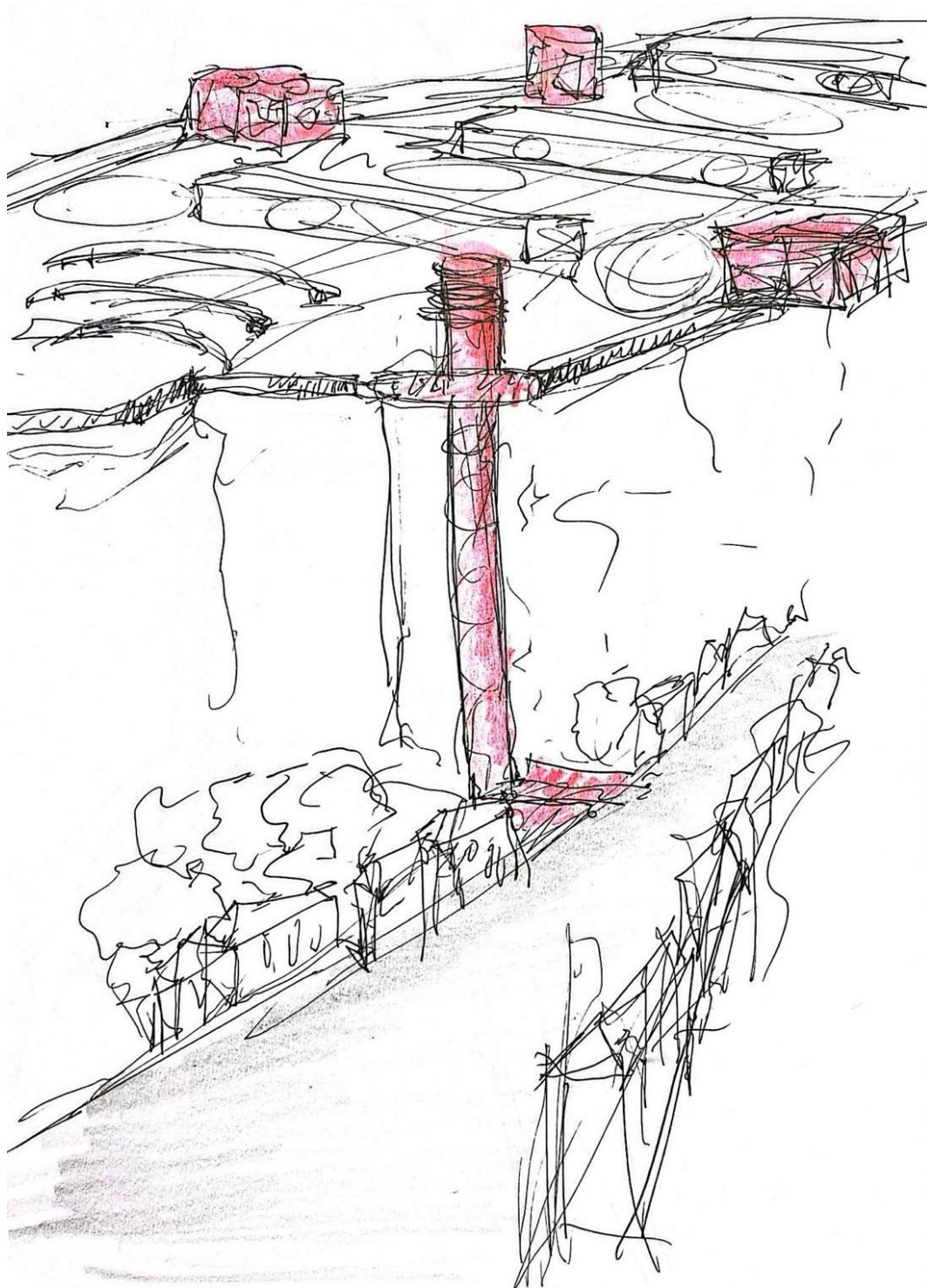


**Fig. 25:** Esquício da proposta, espacialidade do novo elemento vertical, elevador  
**Fonte:** Autora (2025)

Entre os elementos verticais que definem a identidade do ilhéu destaca-se o elevador, um gesto marcado pela cor vermelha vibrante que o conecta com as estruturas cúbicas no planalto. Este elevador, que liga a Rua São João de Deus ao planalto do ilhéu, não é apenas uma solução funcional, é um movimento vertical e um marco visual que se impõe como um sinal de acessibilidade e inclusão, elevando a experiência do percurso ao mesmo nível do cenário natural. O elevador constitui o único acesso do lado norte, do lado da cidade, e torna possível um percurso de atravessamento do planalto do ilhéu. Ao criar um movimento vertical marcante, ele transforma a experiência do percurso, permitindo que a ascensão ao planalto seja também um momento de contemplação da paisagem.

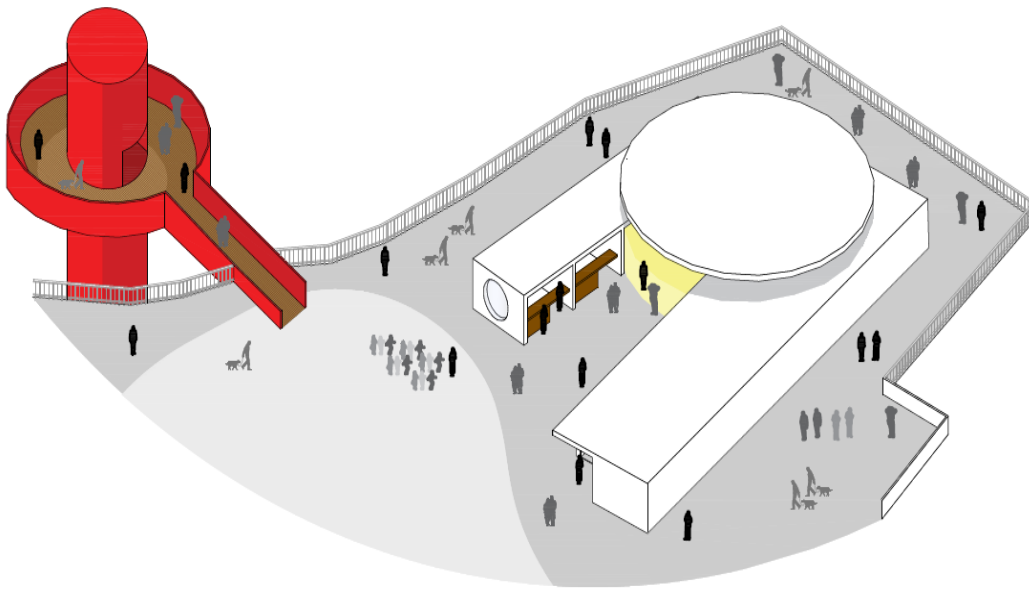
A sensação de elevação não é apenas física, mas representativa, reforçando a transição entre diferentes níveis do espaço e proporcionando uma nova perspectiva sobre o território, em que a paisagem se revela em camadas. Esse movimento contínuo entre o construído e o natural reforça a intenção do projeto: criar uma arquitetura que não se impõe, mas que potencializa a experiência do lugar.

Além do impacto visual, a sua presença dialoga com a envolvente, equilibrando-se com a horizontalidade do ilhéu. A cor intensa não só cria um contraste expressivo, como também unifica o conjunto arquitetónico, tornando o elevador um elemento essencial na identidade do lugar. Assim, o elevador integra-se na narrativa espacial do projeto, onde cada estrutura tem um papel na experiência do visitante. A forma como ele se ergue, a relação entre o percurso ascendente e a descoberta gradual do espaço criam uma dinâmica envolvente.



**Fig. 26:** Esquício da proposta, espacialidade do novo elemento vertical, elevador  
**Fonte:** Autora (2025)

No seu patamar superior existe uma plataforma miradouro circular, um espaço de contemplação que nos convida a vivenciar a transição de alturas. A plataforma está ligada a uma ponte que traça um caminho direto até ao piso do ilhéu. Esta ponte, delicada, mas firme, parece flutuar no espaço, criando uma sensação de leveza ao mesmo tempo que oferece total segurança. O seu pavimento, também revestido em madeira, une a materialidade natural à funcionalidade contemporânea, criando um contraste harmonioso com o vermelho da estrutura principal.



**Fig. 27:** Axonometria da proposta, feira e serviços de administração  
**Fonte:** Autora (2025)

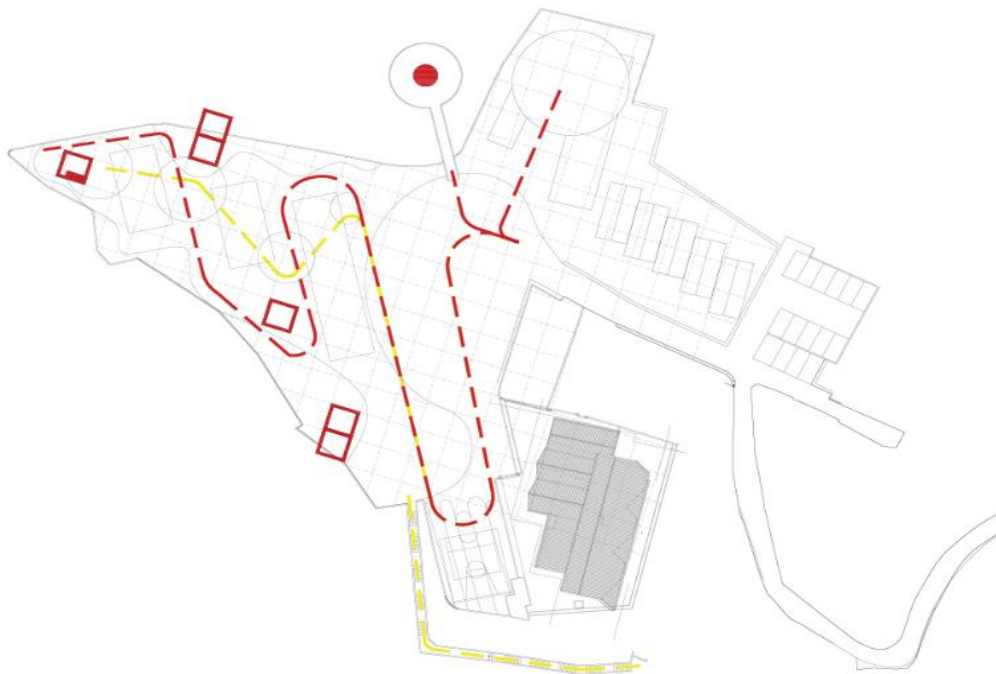
Esta ligação reforça a acessibilidade do projeto, permitindo que todos, sem exceção, possam desfrutar do ilhéu de forma prática e inclusiva, mas sem abdicar da experiência sensorial que o define. A ponte é um gesto de receção, um corredor aéreo que antecipa a chegada ao coração do ilhéu, dando-nos o privilégio de contemplar a paisagem antes mesmo de pisar o planalto.

No seu conjunto, o elevador e a ponte formam uma sequência que não apenas facilita o acesso, mas também eleva a experiência de quem os visita. Estes elementos verticais, marcados pela sua cor e presença, transformam o percurso em algo fluido, onde o movimento, a contemplação e a conexão entre o natural e o construído coexistem num equilíbrio. Mais do que um simples meio de acesso, a travessia pela ponte cria um momento de transição, onde o visitante percebe gradualmente a mudança de ambiente. A

sensação de suspensão, a brisa que percorre a estrutura e a forma como a luz incide nos materiais tornam a chegada um ato de imersão no espaço.

Além de acessível, esta ligação destaca-se pelo impacto visual e pela sua forte presença na paisagem. A escolha dos materiais e das cores não só orienta o olhar, como reforça a identidade do projeto. A ponte e o elevador não são apenas estruturas funcionais, mas marcos arquitetónicos que guiam o percurso e amplificam a relação sensorial com o lugar.

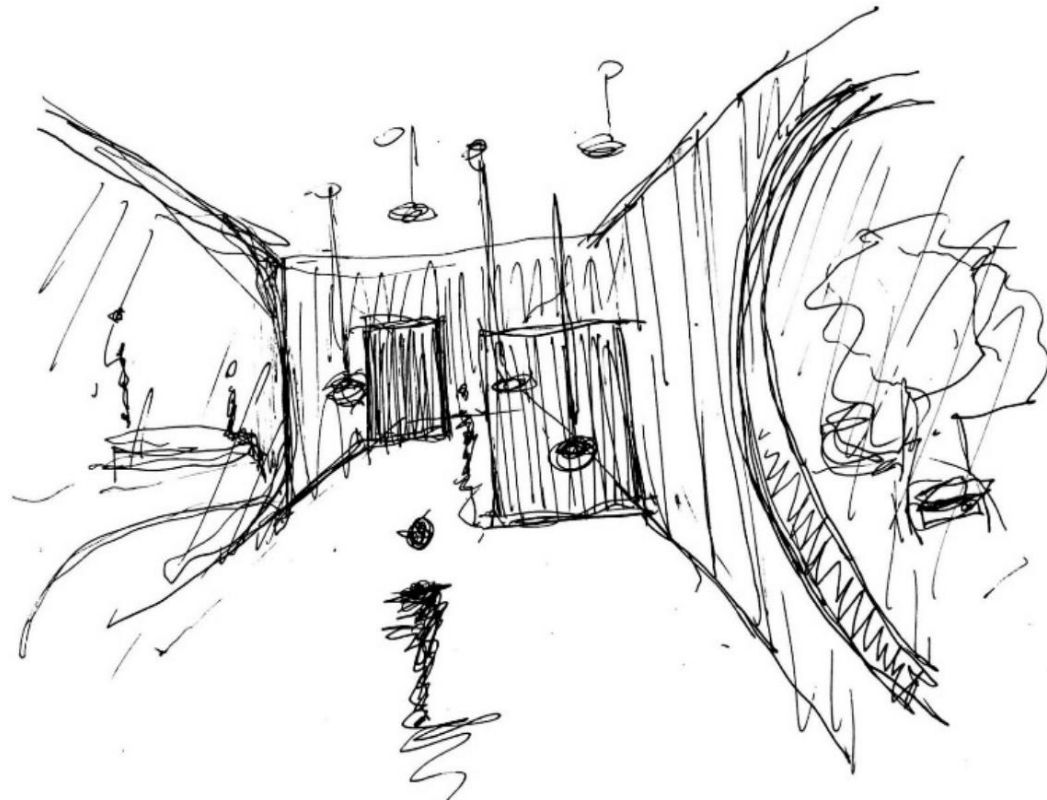
Os volumes alinham-se com a lógica do antigo bairro. Erguidos em betão robusto e intemporal, são como esculturas que se integram na paisagem sem dominar. Estas estruturas, com os seus envidraçados amplos, tornam-se portais de transparência e luz.



**Fig. 28:** Esquema da proposta, percursos entre o programa proposto  
**Fonte:** Autora (2025)

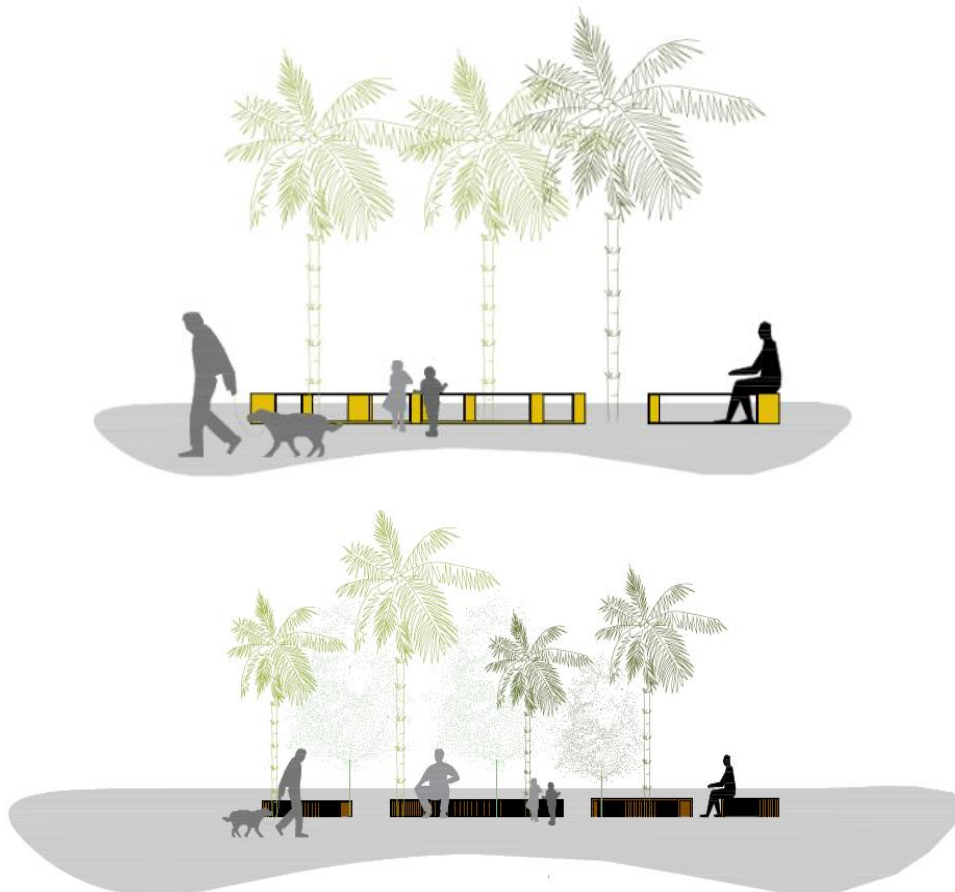
Convidam-nos a entrar, mas também nos deixam entrever o pulsar do interior. Pelo exterior, somos guiados pela linguagem subtil do projeto: os pavimentos circulares em basalto marcam os percursos, como anéis que ecoam a força geológica do lugar. Cada passo sobre este chão conta uma história de origem, de matéria local que sustenta o novo sem esquecer o antigo. Os vãos transformam os volumes em miradouros interiores e exteriores. Do interior, são janelas que enquadram a paisagem em molduras vivas, como se o mar, o céu e o planalto fossem obras de arte em constante mutação. Do exterior,

deixam entrever os gestos humanos, as atividades que dão vida ao ilhéu, sempre em diálogo. Estas aberturas amplas, envoltas em betão, evocam uma solidez que acolhe, com uma permeabilidade à luz e ao ar.



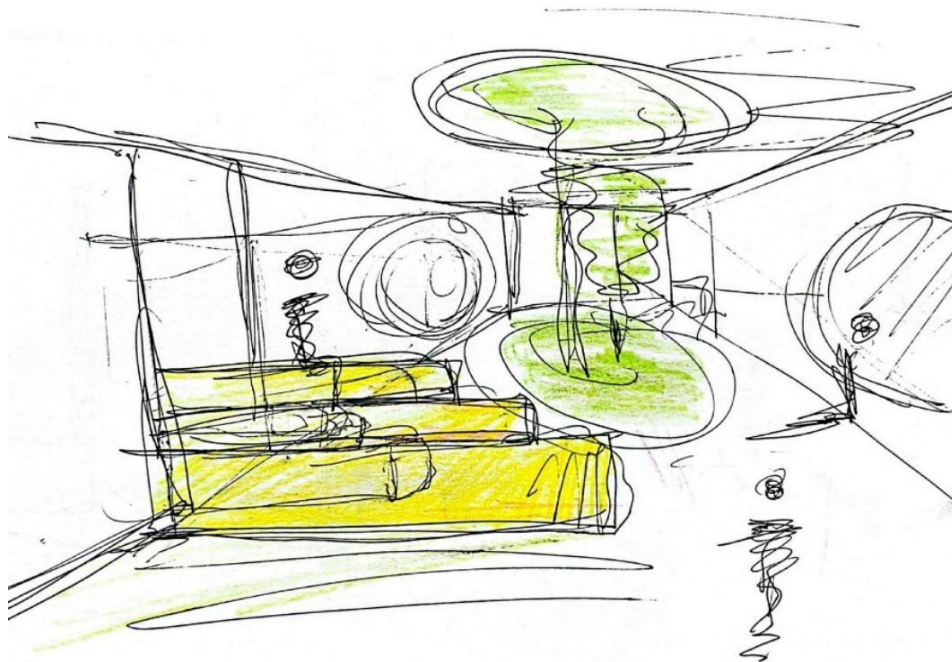
**Fig. 29:** Esquiço da proposta, espacialidade do espaço expositivo  
**Fonte:** Autora (2025)

E ao longo do percurso, não caminhamos sozinhos. Os bancos de madeira, integrados com a natureza, oferecem momentos de pausa e contemplação. Estão ali, como convites silenciosos a desacelerar, a sentir o tempo. A madeira, a escolhida pela sua textura acolhedora e pela sua harmonia com o verde, aproxima-nos do ambiente natural. São lugares onde o olhar pode descansar sobre o horizonte ou focar-se nos detalhes do espaço. Cada curva do pavimento, cada banco estrategicamente colocado junto a uma árvore ou uma sombra projetada pelo edifício, foi pensado para humanizar o percurso. O betão dos volumes e o basalto do chão unem-se à delicadeza da madeira e da vegetação, numa harmonia que celebra a força e a suavidade, o construído e o natural. Este diálogo entre materiais e formas faz do ilhéu um espaço que não só se percorre, mas que se sente – um lugar que é tanto um destino quanto uma experiência.



**Fig. 30:** Axonometria da proposta, bancos ao longo do programa com o acabamento em madeira e outros com estrutura metálica na cor amarela  
**Fonte:** Autora (2025)

Cada volume tem a sua função específica. O primeiro acolhe um espaço cultural de exposições e um de workshops, onde a comunidade e os visitantes podem aprender a partilhar saberes. O segundo volume, dedicado ao parque infantil, destaca-se pelos seus elementos amarelos, que voltam a capturar o olhar e convidam a brincar e por fim, o terceiro volume alberga a cafetaria, um lugar de repouso e convívio, onde o tempo desacelera e se vive o ilhéu em plenitude.

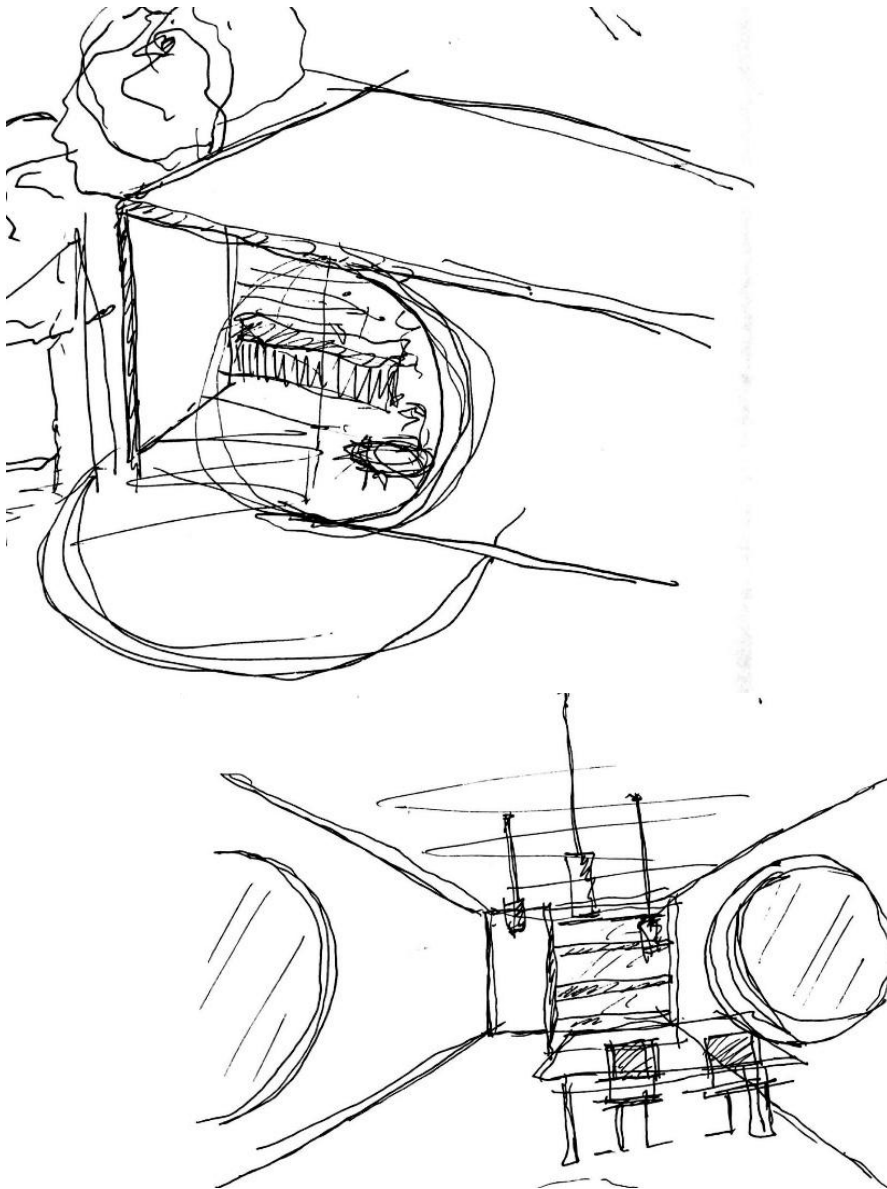


**Fig. 31:** Esquício da proposta, espacialidade do parque  
**Fonte:** Autora (2025)

O percurso até ao topo do Ilhéu é tão acessível quanto diverso. Pode ser feito a pé, de carro, pela escadaria que fica do lado da Rua Nova da Praia ou pelo elevador, acessível pela Rua São João de Deus. Cada detalhe foi pensado para que ninguém fique de fora, para que o ilhéu seja uma experiência partilhada, inclusiva e fluida. Assim, o ilhéu de Câmara de Lobos transforma-se numa atração que não é apenas para ser admirada, mas para ser vivida. É um espaço onde o passado e o presente se encontram, onde a arquitetura e a paisagem dialogam, e onde todos – sem exceção – têm lugar.

Este projeto não é apenas um espaço físico, é uma experiência sensorial, uma jornada que conduz ao encontro entre as pessoas, a natureza e a paisagem.

No fim, o ilhéu, torna-se mais do que um destino: é um símbolo de acessibilidade e pertença, onde a arquitetura não só molda o espaço, mas também promove encontros, diálogos e momentos de contemplação que enriquecem o quotidiano de todos os que o percorrem.



**Fig. 32:** Esquízo da proposta, espacialidade exterior e interior  
**Fonte:** Autora (2025)

### 5.1.2. Centro de Acolhimento Temporário



**Fig. 33:** Levantamento do edifício, antigo infantário  
**Fonte:** Autora (2025)

No momento de decidir o local de implantação, diversas considerações foram ponderadas, como a escolha do conceito específico de território que se pretende explorar nesta etapa da trajetória académica, a identificação dos vários elementos que fazem de Câmara de Lobos um local adequado para a construção do Centro de Acolhimento Temporário, e a reavaliação do uso do Ilhéu em termos espaciais. Também foram tidas em conta a exclusão e integração social vinculadas a esta zona.

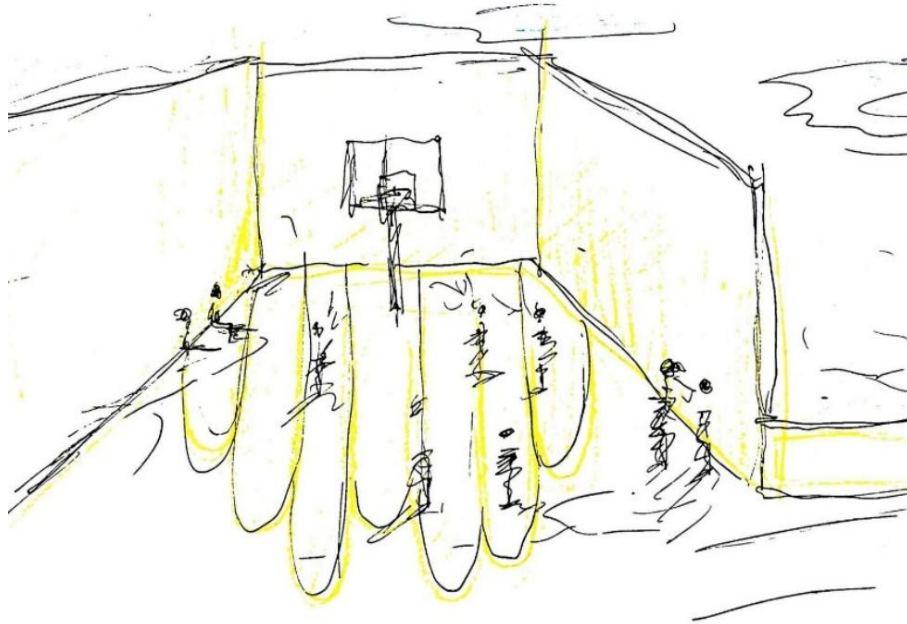
Neste âmbito, o arquiteto pode desempenhar um papel crucial ao conceber projetos e implementar práticas que fomentem a integração social, criando espaços inspiradores que estimulem a motivação, promovam o convívio e incentivem o diálogo. A arquitetura apresenta-se como uma ferramenta poderosa para desafiar estereótipos e preconceitos sociais, favorecendo a integração e interação entre as pessoas.

Conforme mencionado anteriormente, este estudo visa intervir no planalto de

Câmara de Lobos, no Ilhéu, através de um programa destinado a requalificá-lo. O objetivo primordial é promover a inclusão das PSSA por meio de estruturas arquitetônicas e serviços adequados. Para tal, foi imprescindível realizar uma análise detalhada do objeto arquitetônico, a fim de compreender as limitações para a intervenção e determinar a viabilidade de atribuir-lhe essa nova função. Nesse contexto, procurou-se agir de forma consciente e responsável, estabelecendo uma ligação com o edifício existente e preservando a sua memória. O ilhéu é um marco histórico na cidade, evocando lembranças do passado que deixaram uma marca na comunidade e nos seus antigos residentes e que persistem até os dias de hoje.

Ao longo da jornada da vida, o ser humano sente uma necessidade essencial de se conectar com o espaço que o cerca, utilizando-o para satisfazer as suas necessidades básicas, como a segurança, abrigo e interação social. O acolhimento temporário é comumente visto como um refúgio reconfortante, porém nem todos têm o privilégio de desfrutar desse conforto, nem de serem seguidos por profissionais da área de integração e acompanhamento, em espaços aptos para o efeito. Alguns encontram o abrigo em albergues, enquanto outros tentam construir um lar improvisado com materiais como tendas velhas ou cartões sob o brilho da lua. A fruição de uma habitação, ou de um espaço acolhedor, limpo e com condições para fazer uma refeição ou a higiene pessoal deixa de ser uma prioridade para a sua sobrevivência nas ruas.

No entanto, além de considerarmos o programa de revitalizar o ilhéu, com base na arquitetura e a reintegração como um elemento fundamental na nossa intervenção, estamos igualmente empenhados em preservar a memória histórica do local, valorizando componentes como o alinhamento original do antigo bairro. Esta área, outrora um núcleo de integração e desenvolvimento comunitário, reflete uma época significativa de Câmara de Lobos, embora marcada por condições habitacionais precárias e uma reputação negativa. Ainda assim, existiam na altura espaços dedicados ao desporto amador, evidenciando um espírito comunitário dinâmico.



**Fig. 34:** Esquiço da proposta, zonas de espaço público dedicado atividade lúdicas e desportivas  
**Fonte:** Autora (2025)

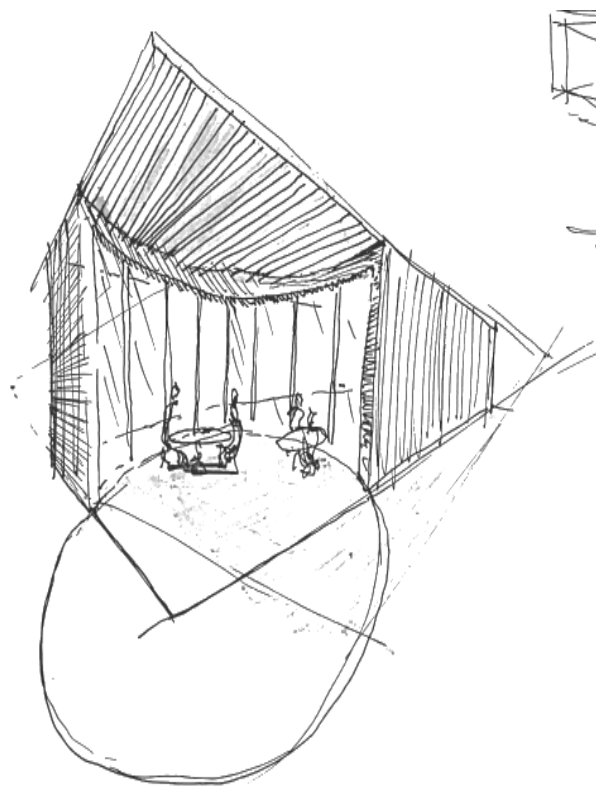
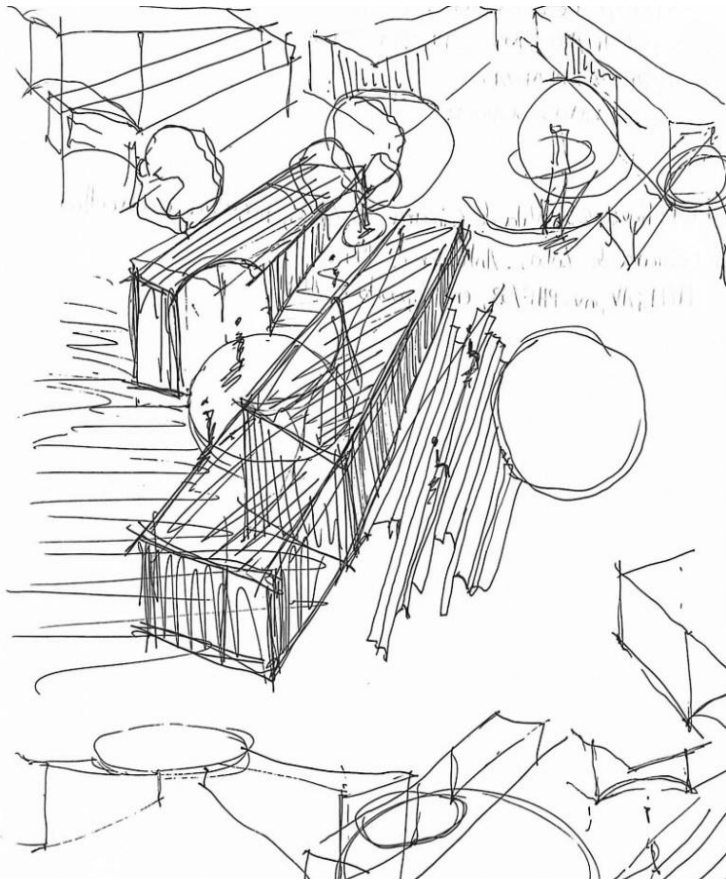
O nosso objetivo é revitalizar esta conexão histórica e social, promovendo uma sinergia voluntária entre a comunidade local e o turismo. Acreditamos que a fusão entre tradição e modernidade pode criar um espaço que respeita a sua identidade original enquanto se adapta às exigências contemporâneas. Para isso, adotamos uma abordagem que valoriza não apenas a estética e funcionalidade, mas também a experiência sensorial e emocional daqueles que o visitam. Aspiramos a requalificar o espaço, devolvendo-lhe o seu papel central na vida comunitária e honrando a sua importância histórica. Ao longo do processo, procuramos respeitar as preexistências e integrá-las harmoniosamente na nova proposta arquitetónica. Os materiais utilizados serão escolhidos com base na sua durabilidade, sustentabilidade e conexão com a história do local, garantindo que a essência do ilhéu permaneça viva. Ao fazê-lo, não só preservamos a memória coletiva, mas também criamos oportunidades que potencializem o desenvolvimento sustentável e a coesão social. A revitalização deste espaço não será apenas física, mas também simbólica, devolvendo à comunidade um local onde possa se reencontrar e reconstruir laços. Acreditamos que esta transformação será um marco na valorização do ilhéu, não apenas como um ponto turístico, mas como um reflexo do seu verdadeiro significado para a população local. Este compromisso com a revalorização e a revitalização do espaço urbano visa fomentar uma identidade comunitária renovada e integrada com as demandas contemporâneas.



**Fig. 35:** Vista aérea de concelho de Câmara de Lobos, marcada pelo esquema explicativo de implantação.  
**Fonte:** Autora (2025)

A requalificação do espaço urbano em questão requer uma abordagem que transcenda a mera restauração física, integrando considerações socioeconómicas e culturais no processo de revitalização. Assim, propomos um plano de intervenção que contemple a conservação dos traços históricos do bairro, respeitando o alinhamento original das construções e a disposição dos espaços públicos. Este enfoque permite a manutenção da identidade do lugar, fundamental para o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os moradores e a promoção do turismo cultural.

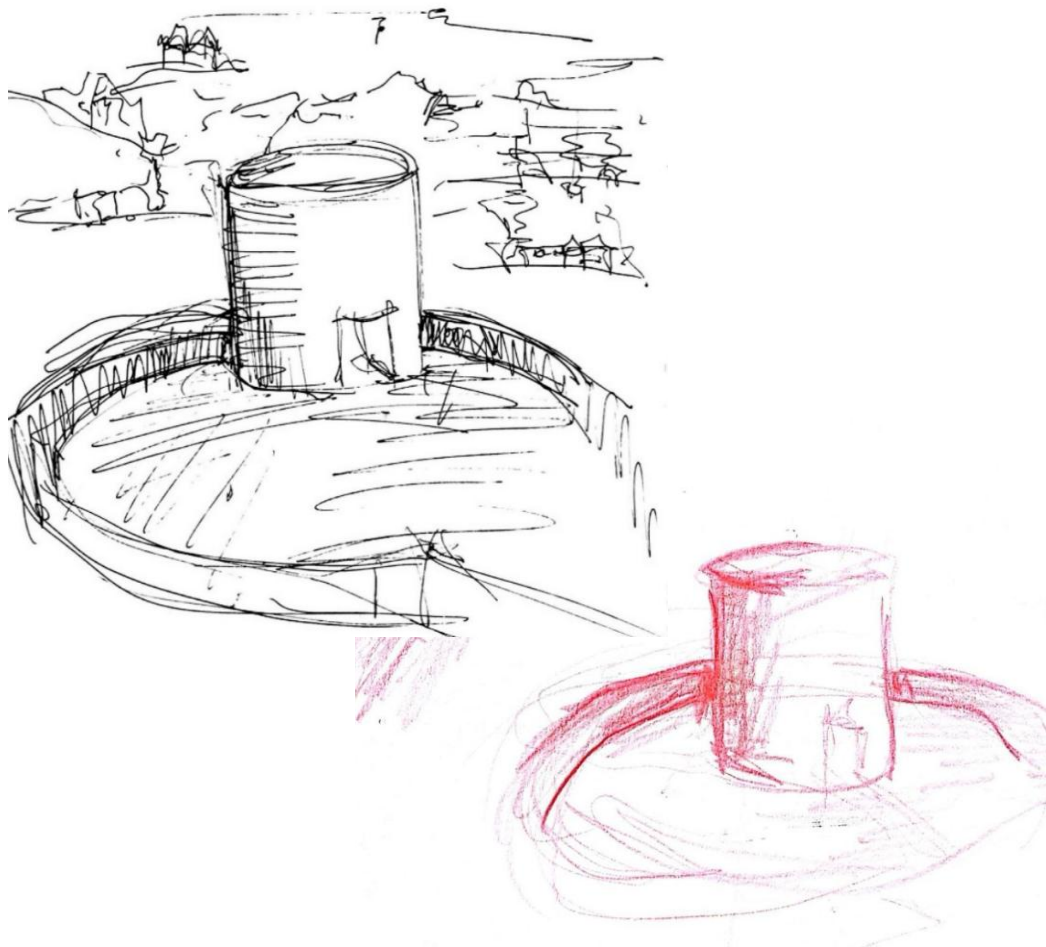
Ademais, é imperativo reconhecer o potencial transformador da arquitetura e do urbanismo na promoção do desenvolvimento comunitário. A reintrodução de espaços dedicados ao desporto amador e de áreas polivalentes para diversas atividades não apenas resgata práticas históricas, mas também impulsiona a integração social e a participação comunitária. Tais espaços funcionam como catalisadores para a coesão social, oferecendo ambientes propícios ao convívio e à interação entre diferentes grupos etários e sociais.



**Fig. 36:** Esquízo da proposta, espacialidade e volumetria  
**Fonte:** Autora (2025)

No livro “Atmosfera”, de Zumthor, o arquiteto explora a importância e a complexidade das atmosferas em cada espaço arquitetónico. O autor, sustenta que a verdadeira qualidade arquitetónica só é alcançada quando somos genuinamente envolvidos por uma obra, um fenómeno que ele atribui à atmosfera que ela exala, que “comunica com a nossa perceção emocional, isto é, a perceção que funciona de forma instintiva” (Zumthor 2006 p.45).

Ao relacionarmos essa conceção com o nosso projeto, um dos nossos objetivos é criar um ambiente que proporcione as PSSA que frequentarão o espaço uma sensação de conforto, incentivando-os a cuidar desse ambiente como se fosse o seu próprio lar. A arquitetura tem o poder de evocar sensações por meio dos espaços que habitamos, e é com base nessa premissa que todos os ambientes do projeto foram cuidadosamente concebidos, com o intuito de impactar positivamente aqueles que os utilizarão, proporcionando-lhes um sentimento de bem-estar e acolhimento que muitas vezes lhes falta, tornando o espaço verdadeiramente reconfortante e familiar.



**Fig. 37:** Esquízo da proposta, novo elemento vertical de ligação ao planalto  
**Fonte:** Autora (2025)

“Pode-se construir muitos edifícios, mas o fundamental, é que o projeto tenha sentido, sentido no ponto de vista humano, pois acredito nos valores humanistas. Se as obras servirem os humanos e a cidade então é bonito construir.” (Peter Zumthor, 2006), Atmosferas, Livro.

Nesta perspetiva, a arquitetura deixa de ser apenas um abrigo físico e passa a ser um meio de fortalecer vínculos, restaurar dignidade e promover a integração social. A materialidade, a luz e a escala são pensadas para criar um ambiente que não apenas acolhe, mas também valoriza cada indivíduo, reconhecendo a sua história e necessidades.



**Fig. 38:** Montagem 3D do espaço exterior  
**Fonte:** Autora (2025)



**Fig. 39:** Montagem 3D do espaço exterior  
**Fonte:** Autora (2025)



**Fig. 40:** Montagem 3D do espaço exterior  
**Fonte:** Autora (2025)



**Fig. 41:** Montagem 3D do espaço exterior  
**Fonte:** Autora (2025)



**Fig. 38:** Montagem 3D do espaço exterior  
**Fonte:** Autora (2025)



**Fig. 39:** Montagem 3D do espaço exterior  
**Fonte:** Autora (2025)

## 6. Considerações Finais

O direito à habitação encontra-se firmemente estipulado na Constituição da República Portuguesa como um dos primordiais direitos da pessoa. Contudo, lamentavelmente, persistem por todo o território nacional e ilhas, situações de pessoas em situação de sem abrigo, frequentemente inseridas num contexto de pobreza e exclusão social.

Este projeto é a materialização de uma abordagem arquitetónica que procura transcender a funcionalidade, abrangendo uma dimensão sensorial, social e poética. Com o uso cuidado de materiais locais, luz e percursos, o ilhéu torna-se um palco onde a arquitetura dialoga com a paisagem, promovendo encontros humanos e contemplação.

O planeamento do espaço deve ser concebido com foco nas necessidades humanas, visando não apenas a criação de novas experiências, mas também a garantia de conforto e segurança para estas pessoas. Este princípio assume particular importância no contexto do Ilhéu de Câmara de Lobos, cuja história está profundamente enraizada no antigo bairro piscatório projetado em 1945 e demolido em 2004. Neste local, é essencial que a reconstrução seja cuidadosamente pensada, especialmente para aqueles que têm uma ligação emocional e histórica com o espaço, garantindo-se assim a continuidade do seu legado e a preservação da sua identidade local.

As estruturas verticais vermelhas evocam a monumentalidade e a clareza formal, em que o contraste entre os volumes geométricos e a paisagem envolvente criam um impacto visual e simbólico. O uso dos materiais como o basalto, madeira e do betão refletem uma sensibilidade material que remete para a prática do Arquiteto Peter Zumthor, cujo trabalho se destaca pela importância dada à textura, peso e ligação com o contexto. Mais do que um simples espaço construído, este projeto propõe uma experiência imersiva, onde cada material e cada percurso desperta uma perceção sensorial distinta. A textura rugosa do basalto, a suavidade da madeira e a solidez do betão criam um jogo de contrastes táteis, enquanto a luz natural, ao longo do dia, transforma a atmosfera do espaço, realçando diferentes superfícies e volumes. O som dos passos sobre o basalto e o cheiro da madeira molhada pela chuva adicionam novas camadas à vivência arquitetónica, tornando-a profundamente conectada com os sentidos.

Para além da experiência sensorial, este projeto também estabelece um diálogo com o tempo e a memória. Os materiais escolhidos não são apenas elementos estruturais, mas superfícies vivas que se transformam e envelhecem com dignidade, reforçando a integração com a paisagem natural. O desgaste da madeira, a oxidação dos metais e a erosão do basalto não são imperfeições, mas testemunhos do passar do tempo, conferindo identidade e autenticidade ao espaço. A sustentabilidade também é tida em conta na utilização de materiais locais que reduz a pegada ecológica do projeto, promovendo uma construção mais consciente e alinhada com o ambiente circundante. Além disso, o aproveitamento estratégico da luz natural e da ventilação cruzada permite um melhor desempenho térmico, minimizando a necessidade de recursos artificiais para climatização e iluminação.

A acessibilidade é um foco central desta proposta, que foi concebida com atenção à inclusão e inspirada em referências contemporâneas de espaços públicos, como o Parc de la Villette, de Bernard Tschumi, onde a organização do espaço celebra a interação social e a fluidez dos percursos. As estruturas, como o elevador/miradouro e a ponte, suspendem a arquitetura no tempo e no espaço, tornando o percurso mais do que um trajeto funcional, uma experiência viva em que o horizonte e a cidade nos acompanham a cada passo.

Este projeto é, assim, uma reflexão contemporânea sobre a função social da arquitetura, sobre a capacidade de criar espaços que dialoguem com o passado e com o futuro e em especial com as pessoas. É um manifesto que convida ao silêncio e à emoção, onde cada elemento, do banco de madeira ao percurso de basalto, reforça a ideia de que a arquitetura é também um ato de cuidado.

O espaço construído influencia diretamente o nosso estado emocional, comportamental e psicológico, sendo um meio de expressão coletiva e individual. Além disso, a arquitetura carrega uma responsabilidade social de sustentabilidade, acessibilidade e inclusão, pilares fundamentais para a construção de um futuro de inclusão. O direito à cidade, a criação de espaços públicos acolhedores e o uso consciente dos recursos foram questões tidas em conta neste projeto. Assim, este projeto reforça a ideia de que a arquitetura não é apenas um campo técnico ou artístico, mas uma linguagem que comunica, acolhe e provoca emoções.

Por fim, o ilhéu de Câmara de Lobos torna-se um exemplo de como o desenho de espaço pode transformar um lugar num símbolo de inclusão, partilha e contemplação, onde o natural e o construído não competem, mas coexistem. É um projeto que não apenas responde às necessidades funcionais, mas que também se inscreve no espírito do lugar, homenageando-o e projetando-o para o futuro.

## 7. Referências Bibliográficas

- Abreu, D., & Salvadori, L. (2015). Pessoas em situação de rua, exclusão social e ruralização: Reflexões para o serviço social. Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, SC.
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). Sem- amor, sem-abrigo. Lisboa: Climepsi Editores.
- Brandão, M. (2009). Projecto sentidos: intervenção com população sem-abrigo na cidade de Lisboa.
- Capucha, Luís (1998), La nueva Pobreza. Barcelona, Ed. Barcelona.
- Câmara Municipal de Câmara de Lobos. (1995, agosto/setembro). Boletim Municipal (Ano I, nº 6).
- Câmara Municipal de Câmara de Lobos. (2004, agosto). Boletim Municipal (n.º 546).
- Câmara Municipal de Câmara de Lobos. (s.d.). *Visita Virtual – Miradouro do Pico da Torre*. Câmara de Lobos 360. Disponível em: <https://dev24cmcl360.camaradelobos360.pt/visita-virtual/d/916-miradouro-do-pico-da-torre>
- Costa, M. (2021). *Políticas públicas e a reinserção de pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal*. Editora Social.
- Crossboundaries. (2021). Songzhuang Micro Community Park. ArchDaily. Recuperado de <https://www.archdaily.com/967372/songzhuang-micro-community-park-crossboundaries>
- Decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa, de 10 de abril de 1976. Diário da República, 1º Série, N.º 86.
- Despacho n.º 10937/2015, de 1 de outubro. Diário da República, 2º Série II, N.º 192.
- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. (2018). Modelo de intervenção e acompanhamento integrado.
- Ferreira, P. (2020). *Espaço urbano e exclusão social: A presença das pessoas em situação de sem-abrigo nas cidades*. Revista de Estudos Urbanos, 15(2), 45-62.

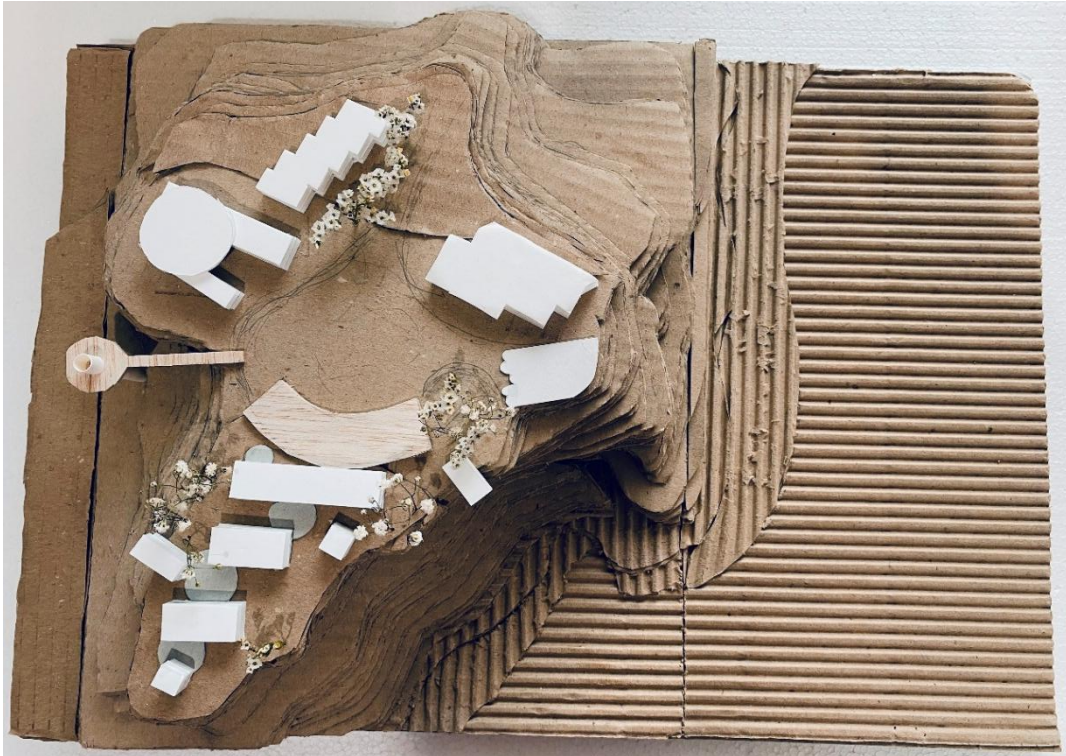
- Fernandes, R. (2018). *Arquitetura e inclusão social: Estratégias para a reabilitação de bairros sociais*. Lisboa: Edições Urbanas.
- Fórum Nacional para a Educação e a Reabilitação das Pessoas com Deficiência. (2005). Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), 2006-2008. Recuperado de [http://www.fnerdm.pt/wp-content/uploads/2015/01/PNAI-Nacional-2006-2008\\_final.pdf](http://www.fnerdm.pt/wp-content/uploads/2015/01/PNAI-Nacional-2006-2008_final.pdf)
- Freitas, D. M. L (2021). Gestão de equipas de rua para pessoas em situação de sem-abrigo o caso da Região Autónoma da Madeira. Master's thesis, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia. Instituto de Serviço Social.
- Freitas, M. P. (s.d.). Bairro da Palmeira. Em Dicionário Corográfico de Câmara de Lobos. Recuperado de [https://www.geocities.ws/mpfreitas.geo/dicionario/bairro\\_palmeira.html](https://www.geocities.ws/mpfreitas.geo/dicionario/bairro_palmeira.html)
- Gehl, J. (2019). *Cities for people*. Island Press.
- Giffinger, R., & Gudrun, H. (2020). *Smart cities: Ranking of European medium-sized cities*. Centre of Regional Science.
- Leal, G. (2011). Exclusão social e ruptura dos laços sociais: Análise crítica do debate contemporâneo. Editora UFSC.
- Magalhães, S. I. S. (2020). Percepção de pessoas em situação de sem abrigo sobre as trajetórias de vida (Master's thesis). Universidade de Évora. Repositório Institucional da Universidade de Évora.
- Martins, Ana F. (2017). *As Sem Abrigo de Lisboa – Mulheres que sonham com uma casa*. Lisboa: Chiado Editora.
- Martins, M. R. S. M. L. (2024). *Arquitetura e bem-estar psicológico, Abordagem integrada na terapia Open Dialogue (Dissertação de Mestrado)*. Universidade da Beira Interior. Recuperado de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/14244>
- Medeiros, F. (2019). A requalificação de bairros sociais e a inclusão urbana. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, 22(4), 75-90.
- Mendes, P. (2020). *Participação comunitária e requalificação urbana: O papel dos moradores na transformação do espaço*. Porto: Editora Cidades.
- Miguel Torga [1977], *Diário: Vols. XIII a XVI*. Lisboa: D. Quixote, [1983], p. 20.

- Nascimento, M. (2016). Sem-abrigo: Perspectiva da reinserção social, Uma Vida Pós-rua. Manuscrito não publicado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Escola de Psicologia e Ciências da Vida, Lisboa. Retirado de <http://hdl.handle.net/10437/7136>
- Neves, B. (2019). Análise gráfica do Parc de la Villette, Bernard Tschumi. Caderno ARQ319. Recuperado de [https://issuu.com/beatriznneves/docs/beatriz\\_95587\\_cadernoarq319](https://issuu.com/beatriznneves/docs/beatriz_95587_cadernoarq319)
- Nogueira, I. C. (2002). Sentimento de pertença na arquitetura, Centro de Alojamento Temporário das Fontainhas (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra. Recuperado de <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104668>
- OpenStreetMap contributors. (2024). *Topographic Map of Câmara de Lobos*. Topographic Map. Disponível em: <https://pt-pt.topographic-map.com/map-t1pr/Câmara-de-Lobos>
- Pable, J. (2020). *Homeless shelter design: A psychological perspective*. Routledge.
- Passos, É. (2007). Câmara de Lobos: do ilhéu à montanha. Câmara Municipal de Câmara de Lobos.
- Pereira, A.P, & Silva, D.S. (1999). Os sem-abrigo da cidade de Lisboa: riscos de viver (n)a cidade. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Pereira, D. (s.d.). *Fotografia do Champalimaud Centre for the Unknown*. ArchDaily. Disponível em <https://www.archdaily.com/140623/champalimaud-centre-for-the-unknown-charles-correa-associates/5014925f28ba0d3950000648-champalimaud-centre-for-the-unknown-charles-correa-associates-photo>
- Resolução de Conselho de Ministros nº 107/2'17, de 25 de julho.
- Rodrigues, A., Lima, T., & Mendes, C. (2019). *Intervenção multidimensional na inclusão social de sem-abrigo: Um estudo comparativo europeu*. Journal of Social Policy, 12(3), 78-94.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (2017). A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9.

- Rodrigues, L. (2021). *Mobilidade e integração urbana: Uma análise das periferias e dos bairros sociais*. Braga: Universidade do Minho.
- Santos, L., & Oliveira, R. (2022). *Impacto da pandemia COVID-19 na população sem-abrigo em Portugal*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Silva, S. P. M. (2023). *Brincar no espaço público (Re)qualificação do Bairro das Nogueiras, Teixoso (Dissertação de Mestrado)*. Universidade da Beira Interior. Recuperado de <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/13750>
- Silva, R. (2020). A arquitetura e os bairros sociais: repensando a inclusão e o design. *Journal of Social Housing*, 15(3), 42-58.
- Souza, E. (2011). AD Classics: Parc de la Villette / Bernard Tschumi Architects. ArchDaily. Recuperado de <https://www.archdaily.com/92321/ad-classics-parc-de-la-villette-bernard-tschumi>
- Smith, L., & White, R. (2021). *Public policy and urban development: Inclusive cities for all*. Springer.
- Thomas, S. (2020). *Equitable urban design: Strategies for social inclusion*. Wiley.
- Whyte, W. H. (2017). *The social life of small urban spaces*. Project for Public Spaces

## 8. Apêndice

### 8.1. Imagens da maquete de estudo









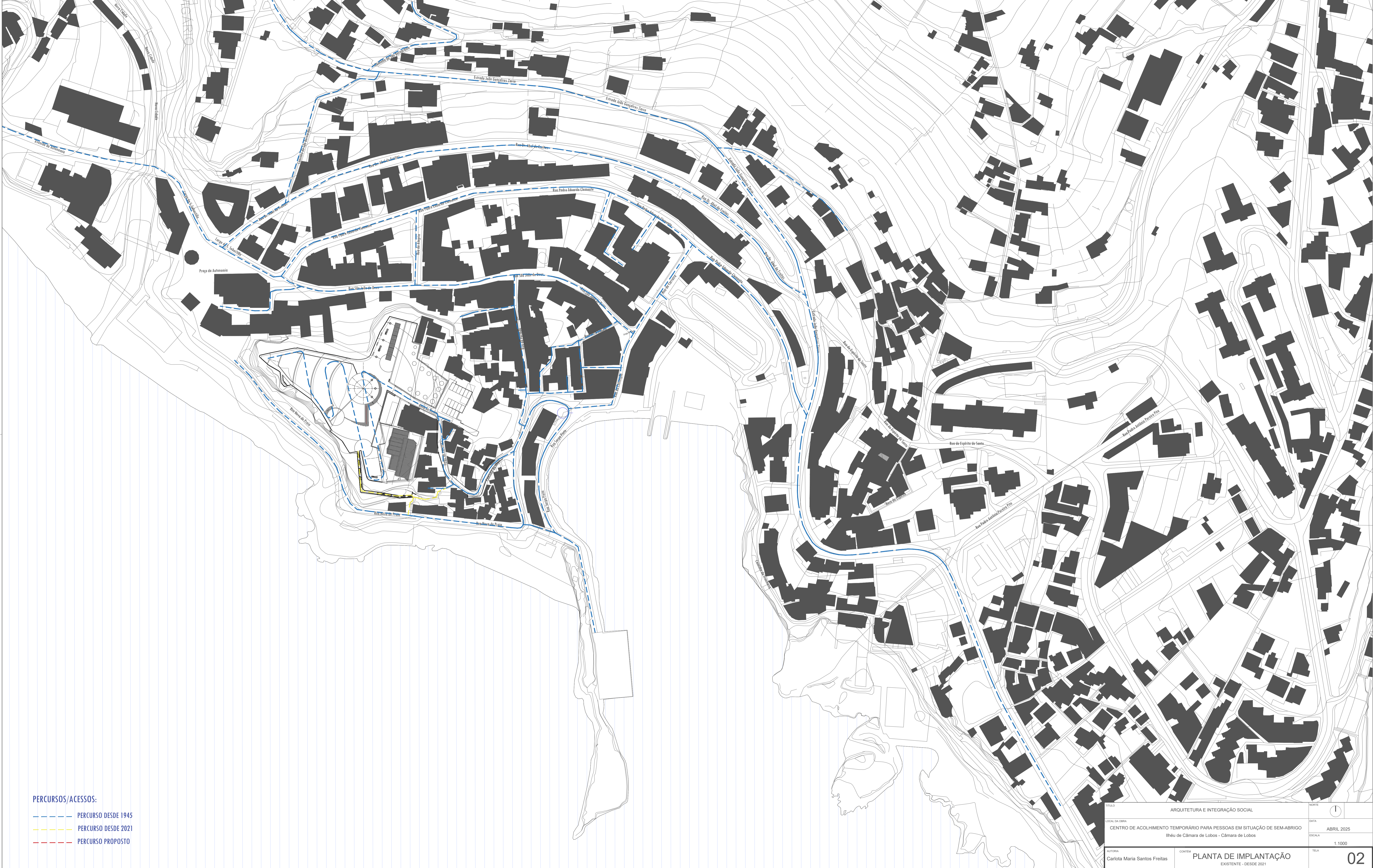
## **8.2. Desenhos Técnicos do Projeto**



PERCURSOS/ACESSOS:

- PERCURSO DESDE 1945
- PERCURSO DESDE 2021
- PERCURSO PROPOSTO

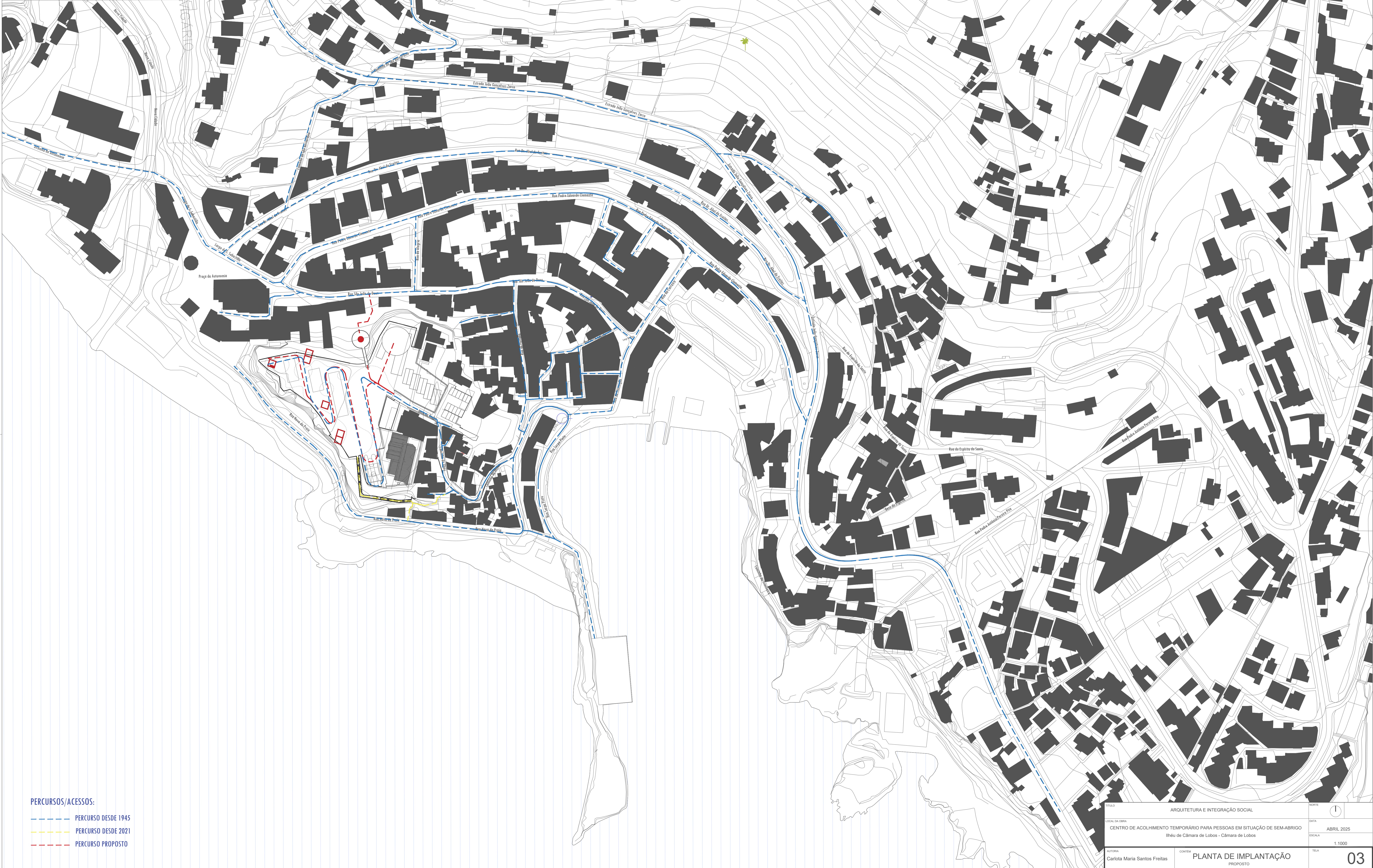
TÍTULO		ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE	
LOCAL DA OBRA		CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA		Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1.1000
CONTEÚTO		PLANTA DE IMPLANTAÇÃO EXISTENTE - DESDE 1945	TELA	01



**PERCURSOS/ACESSOS:**

- PERCURSO DESDE 1945
- PERCURSO DESDE 2021
- PERCURSO PROPOSTO

TÍTULO		ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE
LOCAL DA OBRA		CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA
			ABRIL 2025
			ESCALA
			1:1000
AUTORIA	CONTEÚTO	PLANTA DE IMPLANTAÇÃO	TELA
Carlota Maria Santos Freitas		EXISTENTE - DESDE 2021	02



**PERCURSOS/ACESSOS:**

- PERCURSO DESDE 1945
- PERCURSO DESDE 2021
- PERCURSO PROPOSTO

TÍTULO		ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL		NORTE	
LOCAL DA OBRA		CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos		DATA	
				ABRIL 2025	
				ESCALA	
				1:1000	
AUTORIA		CONTEÚM		TELA	
Carlota Maria Santos Freitas		PLANTA DE IMPLANTAÇÃO PROPOSTO		03	



Rua São João de Deus

Rua da Portada

Rua Nova da Praia

Beco da Rocha

Caminho do Ilhéu

Caminho do Ilhéu

Rua Serpa

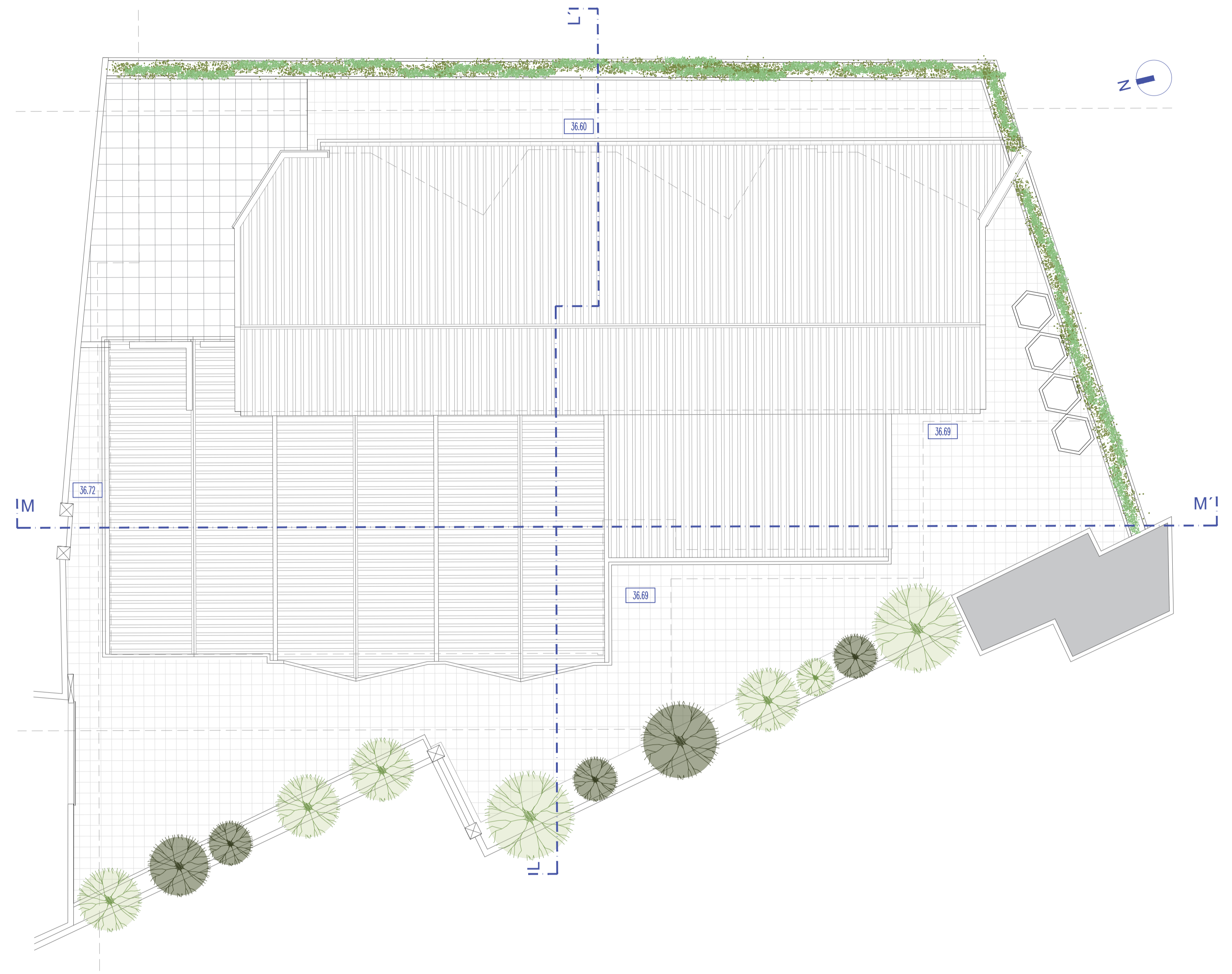
Serpa Pinto

Rua Nova da Praia



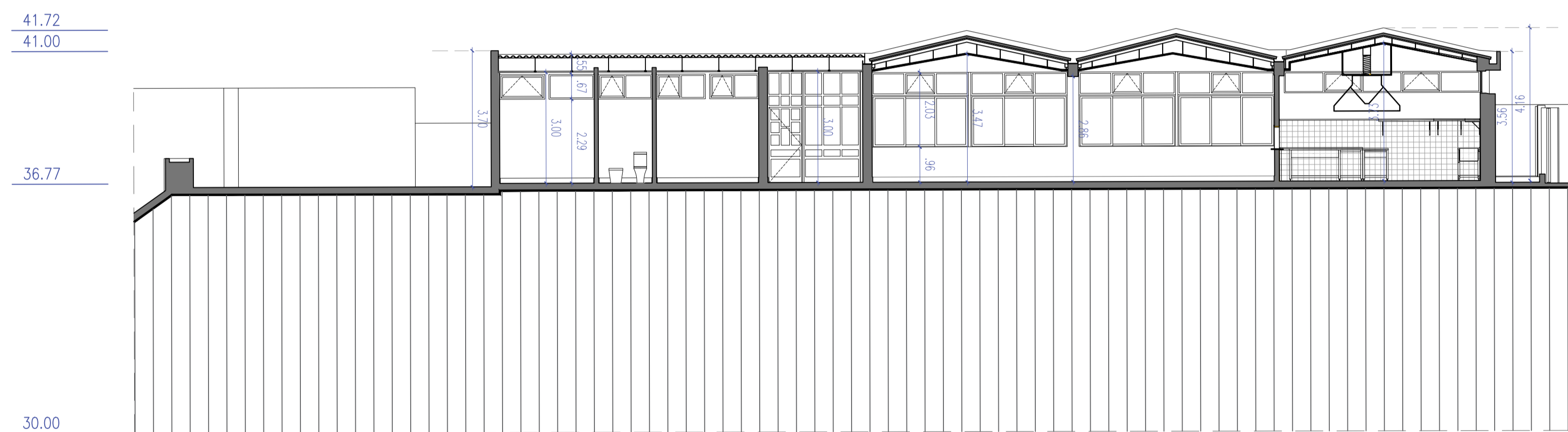


PLANTA PISO 0

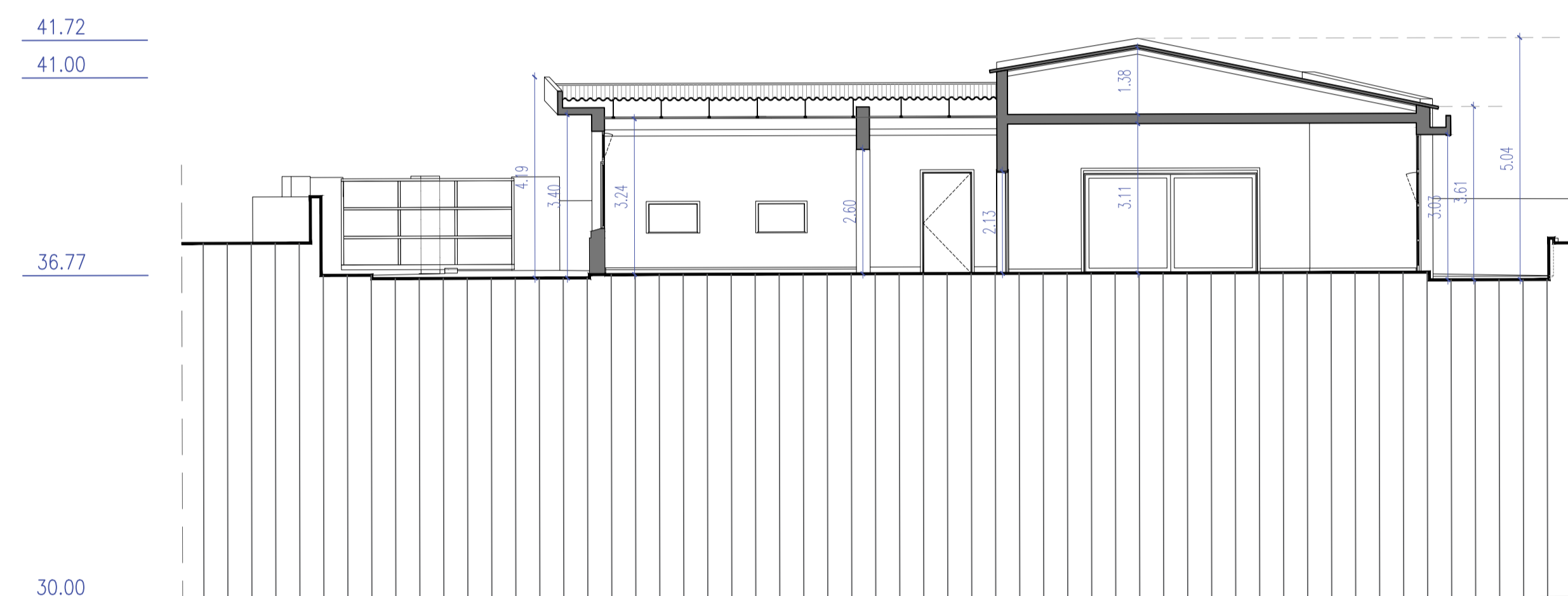


PLANTA COBERTURA

TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:100
CONTEÚ	PLANTAS EXISTENTE	TELA	06

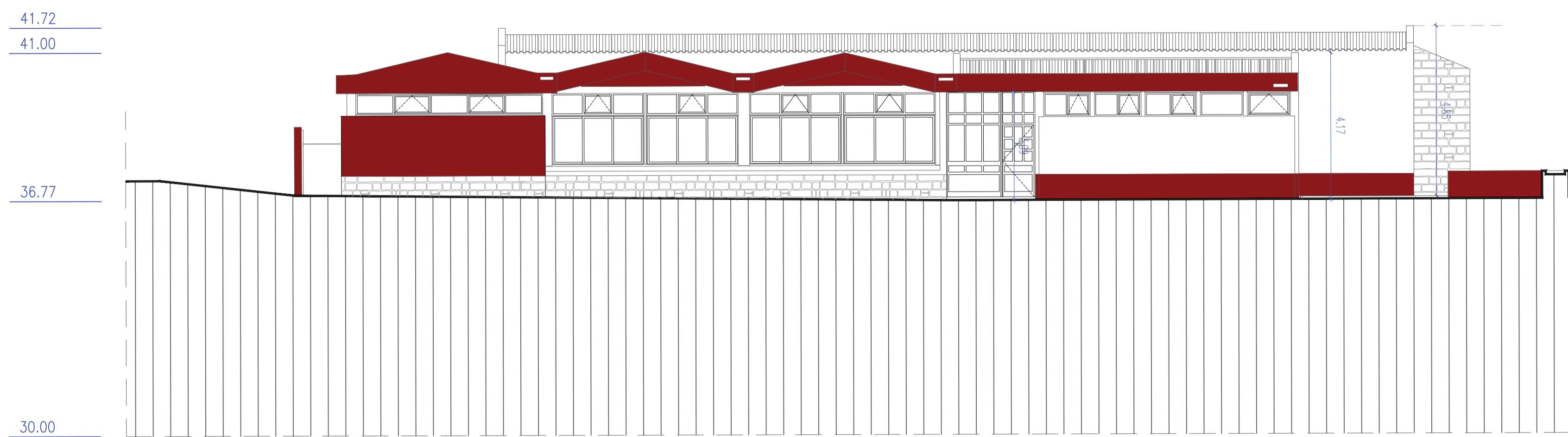


CORTE MM'

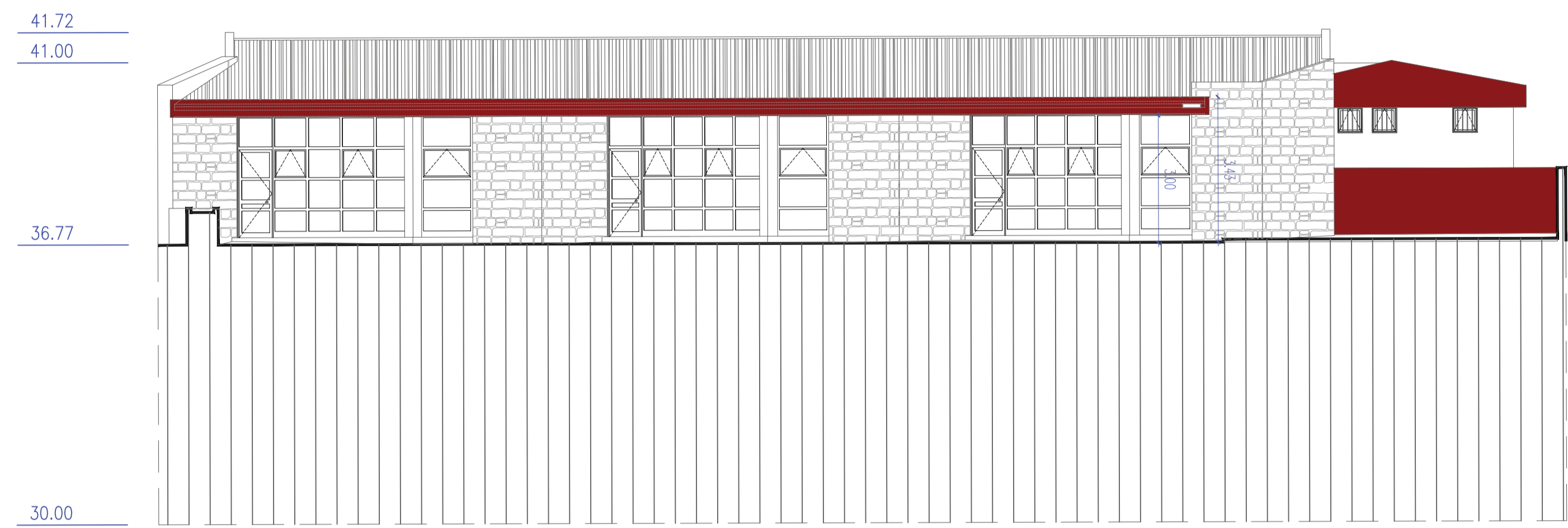


CORTE LL'

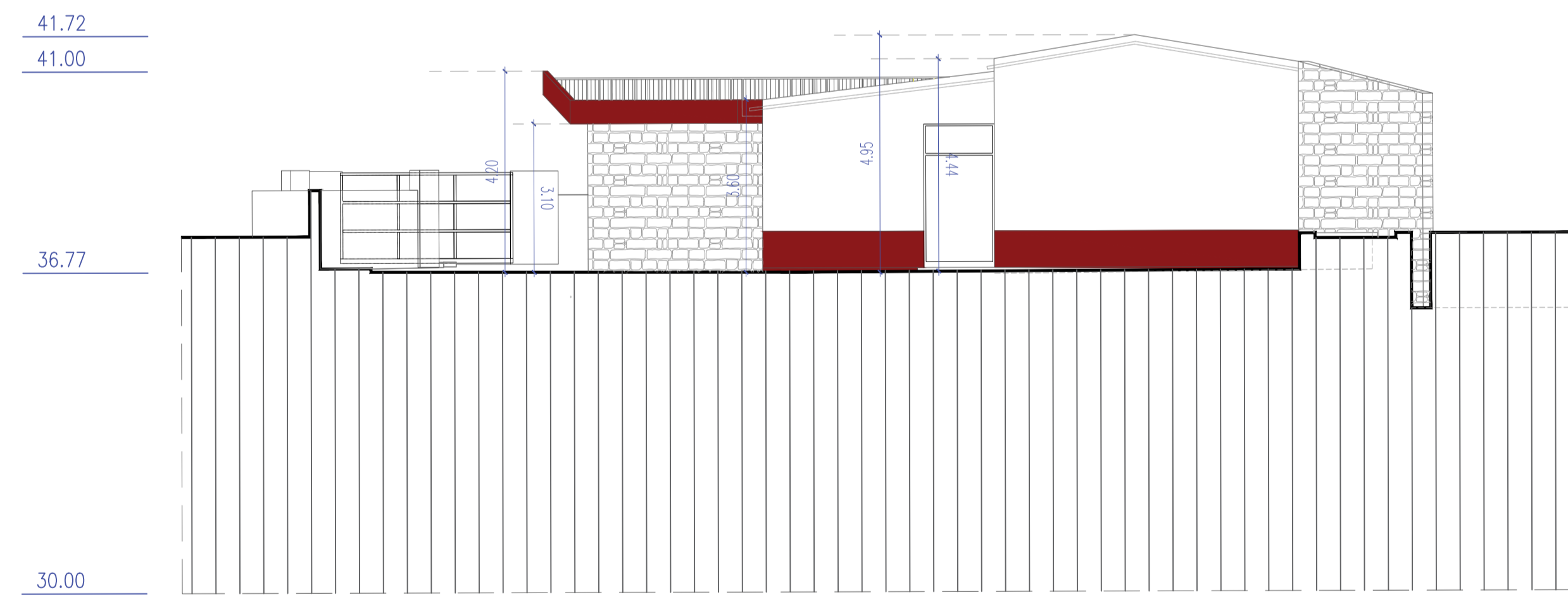
TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL		DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos		ESCALA	1:100
AUTORIA	CONTEÚ	CORTES EXISTENTE	TELA	07
				ABRIL 2025



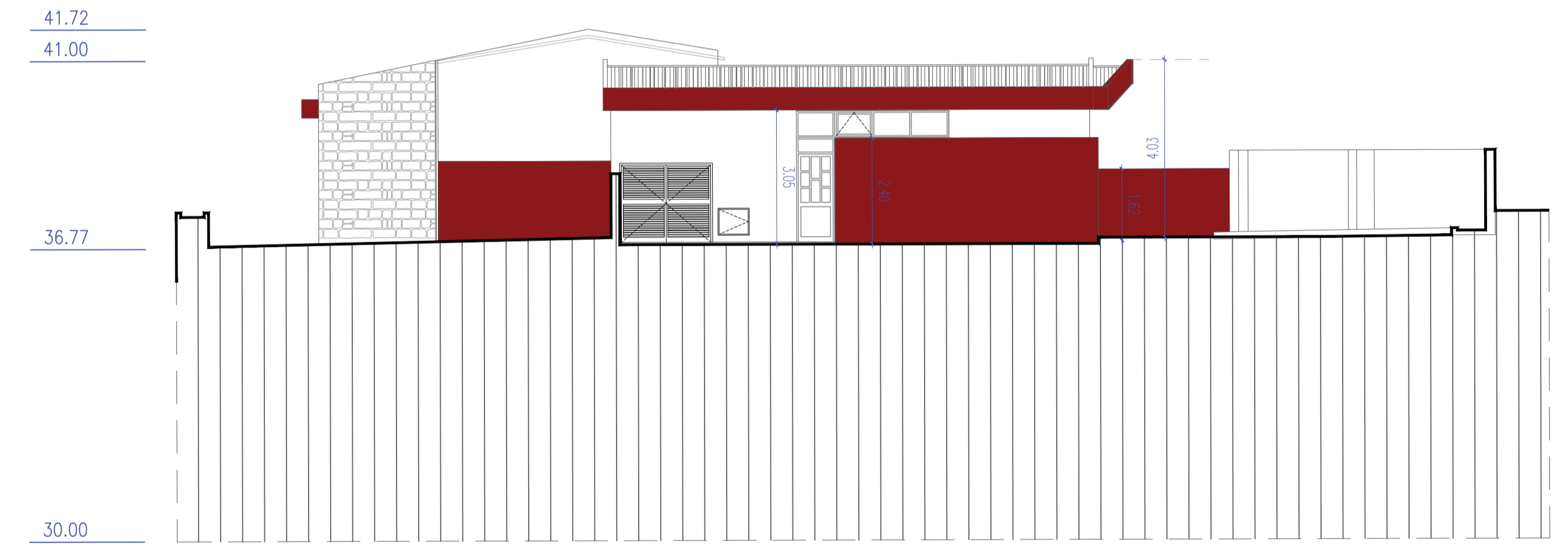
ALÇADO OESTE



ALÇADO ESTE

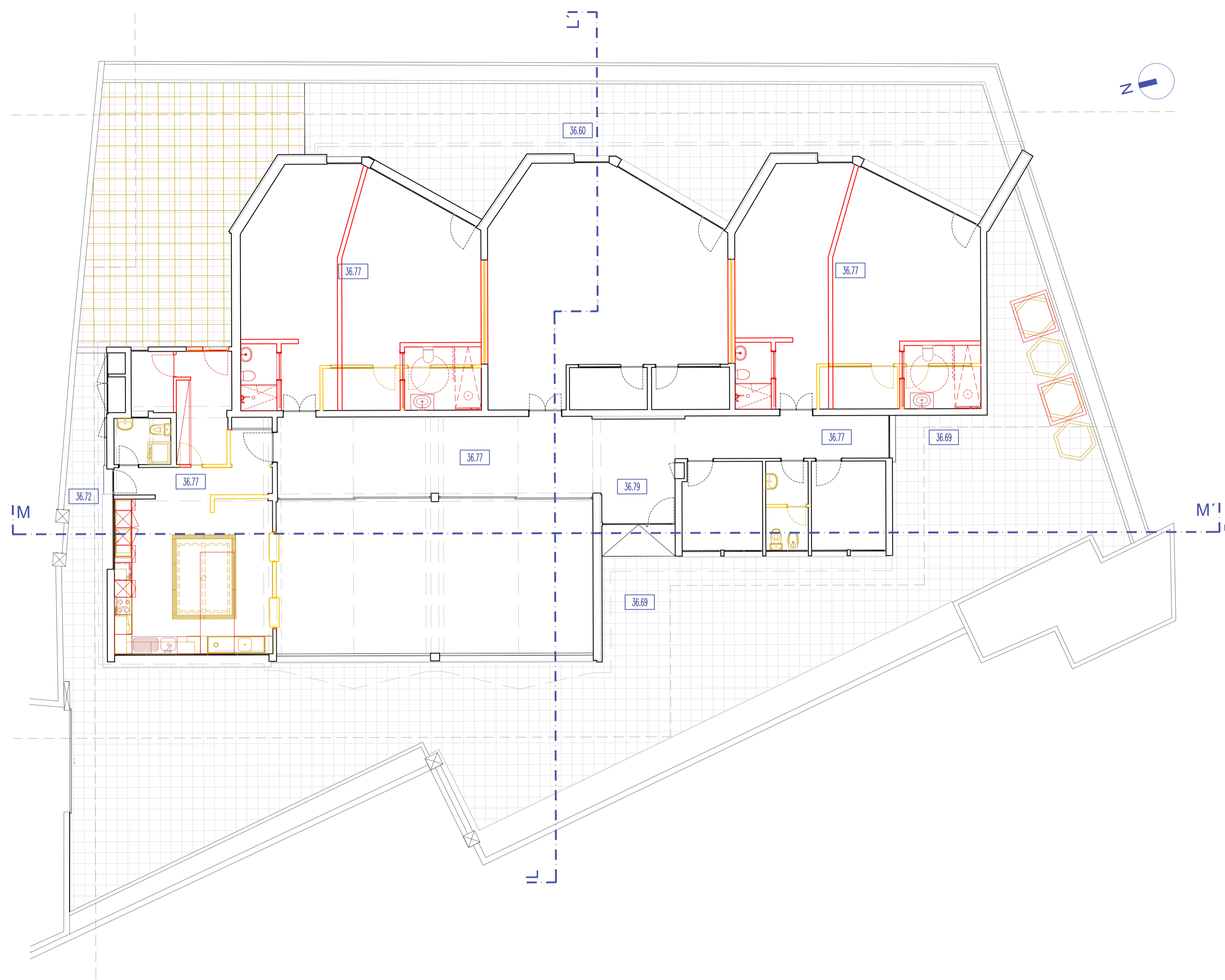


ALÇADO SUL

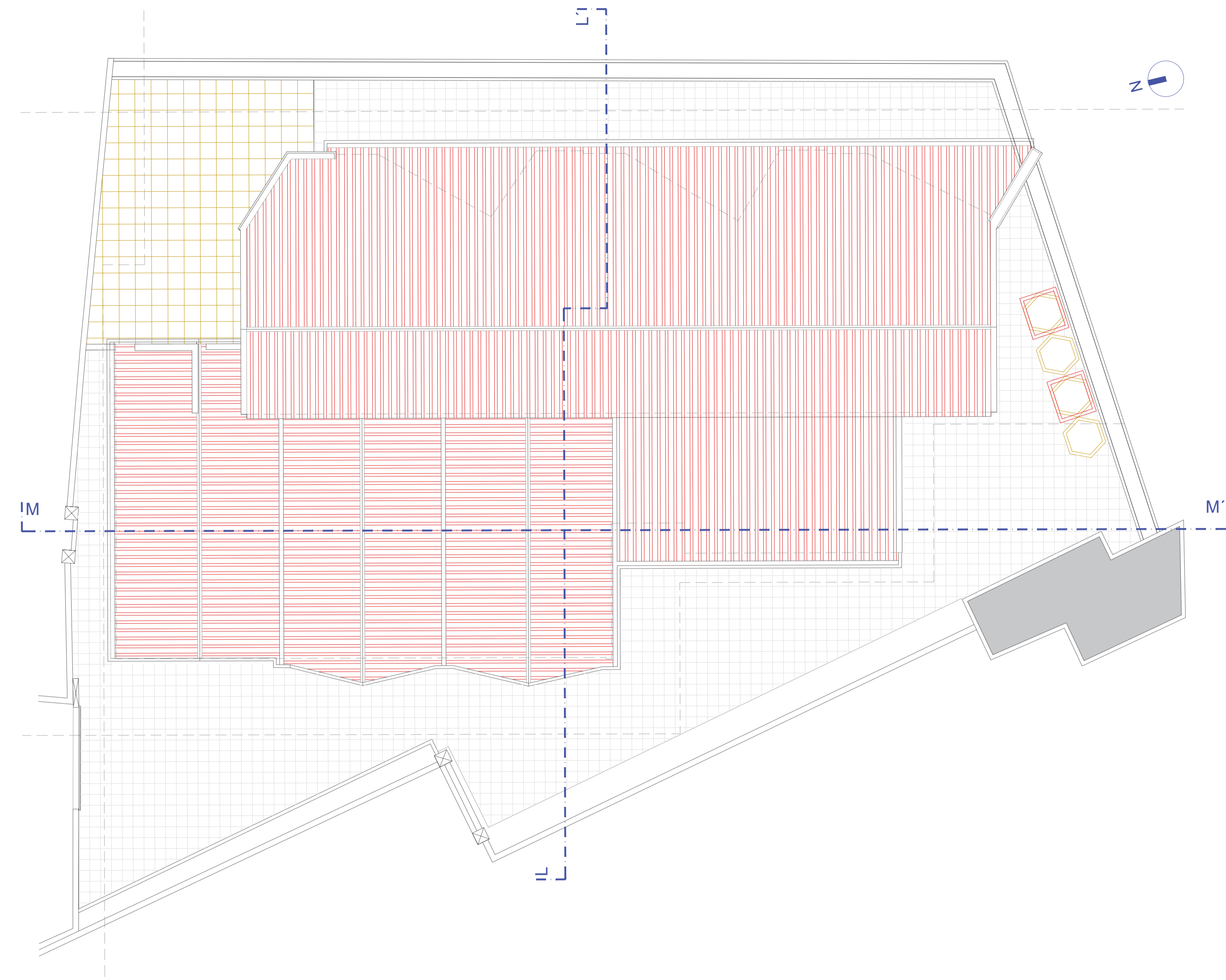


ALÇADO NORTE

TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:100
CONTEÚ	ALÇADOS EXISTENTE	TELA	08

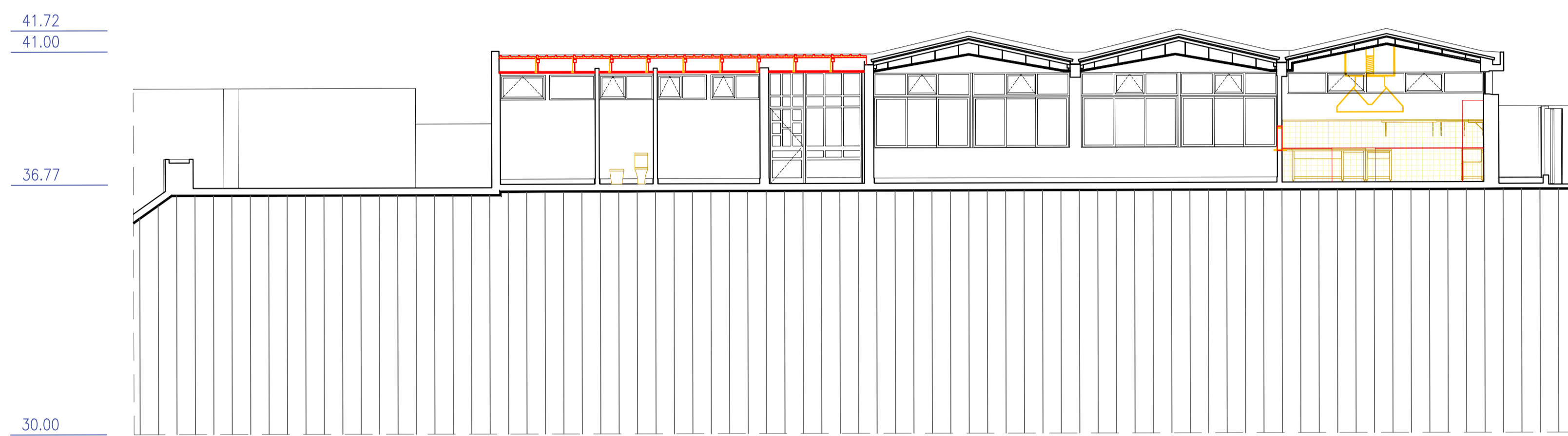


PLANTA PISO 0

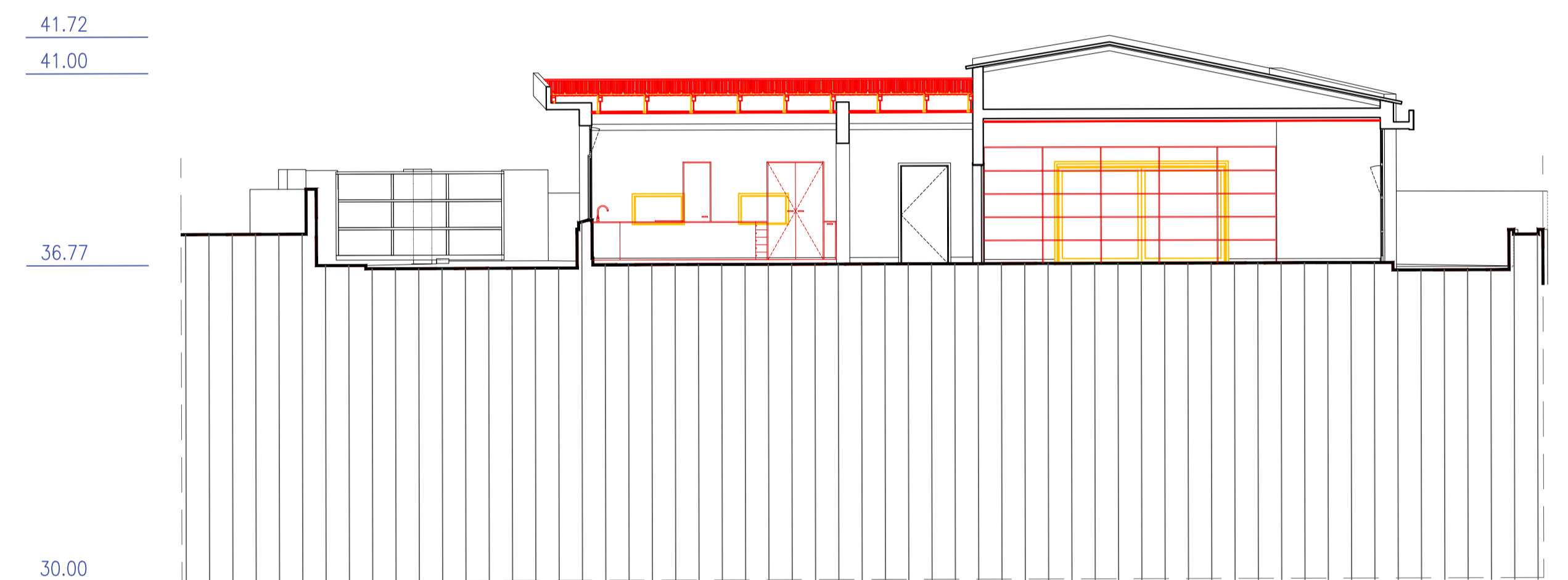


PLANTA COBERTURA

TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:100
CONTEÚ	PLANTAS SOBREPOSIÇÃO	TELA	09

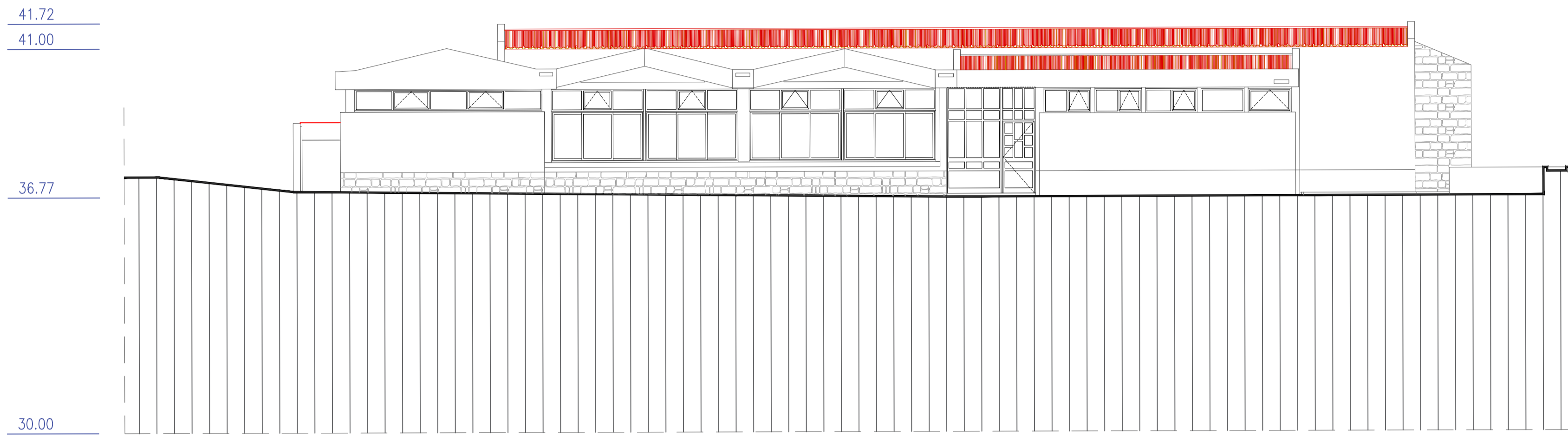


CORTE MM'

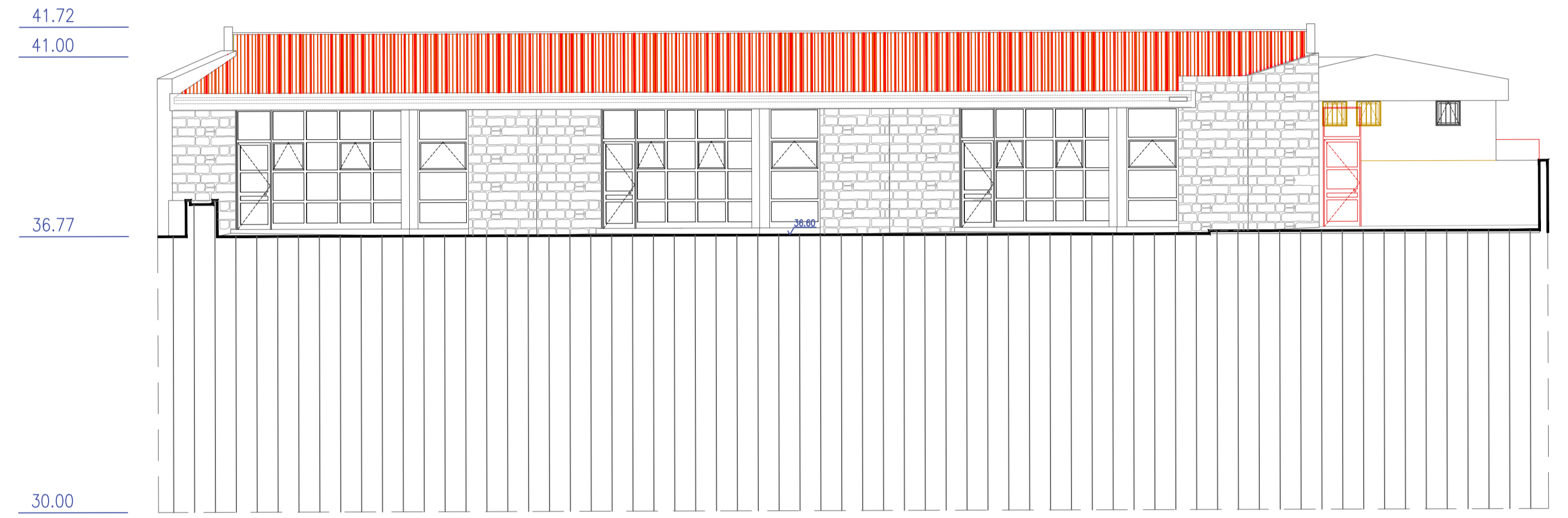


CORTE LL'

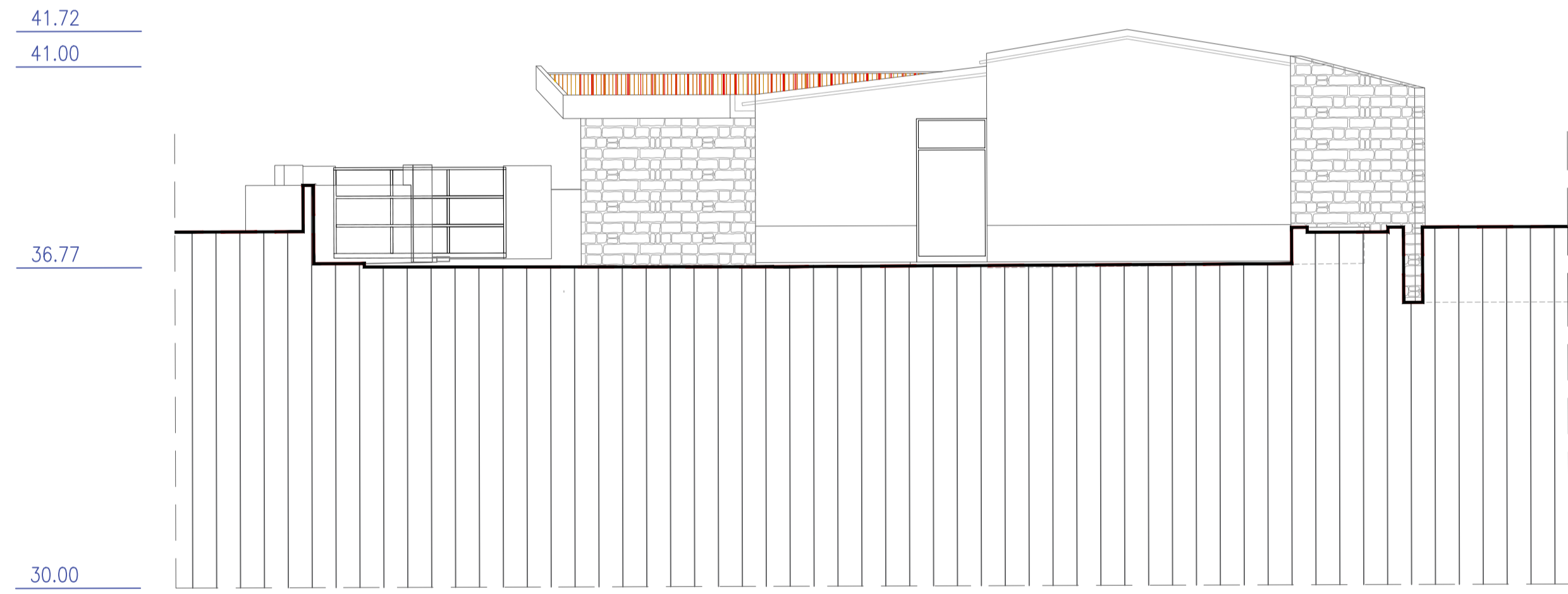
TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:100
CONTEÚ	CORTES SOBREPOSIÇÃO	TELA	10



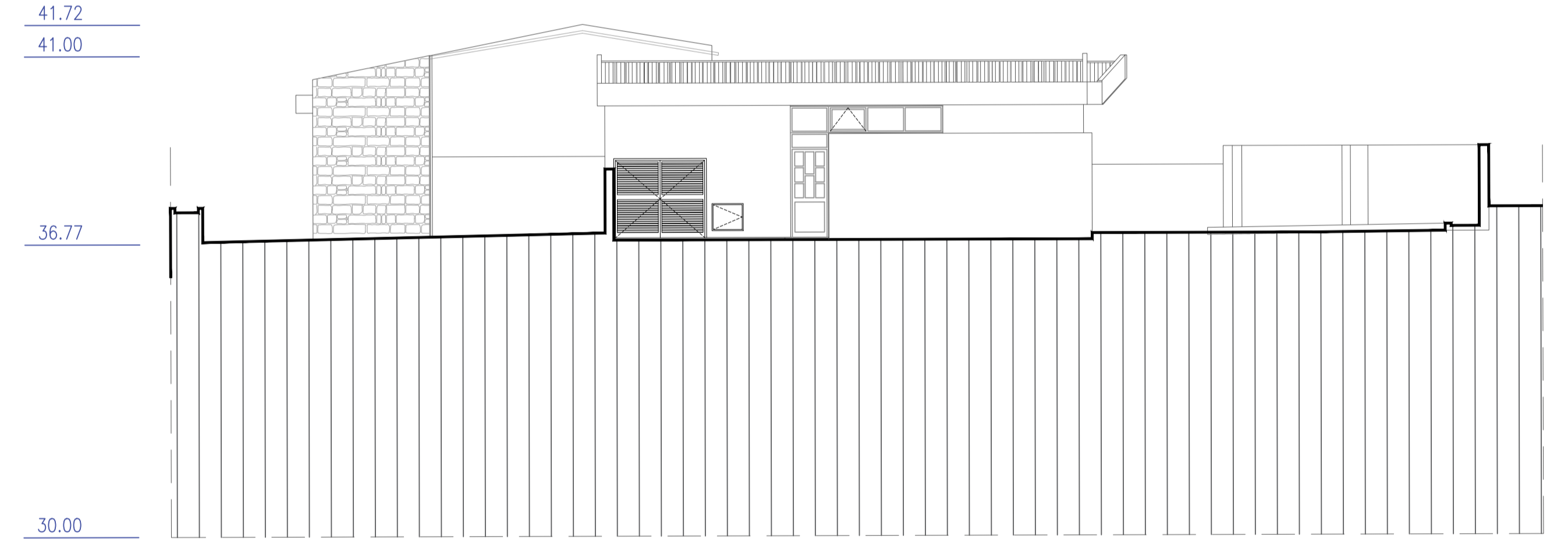
ALÇADO OESTE



ALÇADO ESTE



ALÇADO SUL

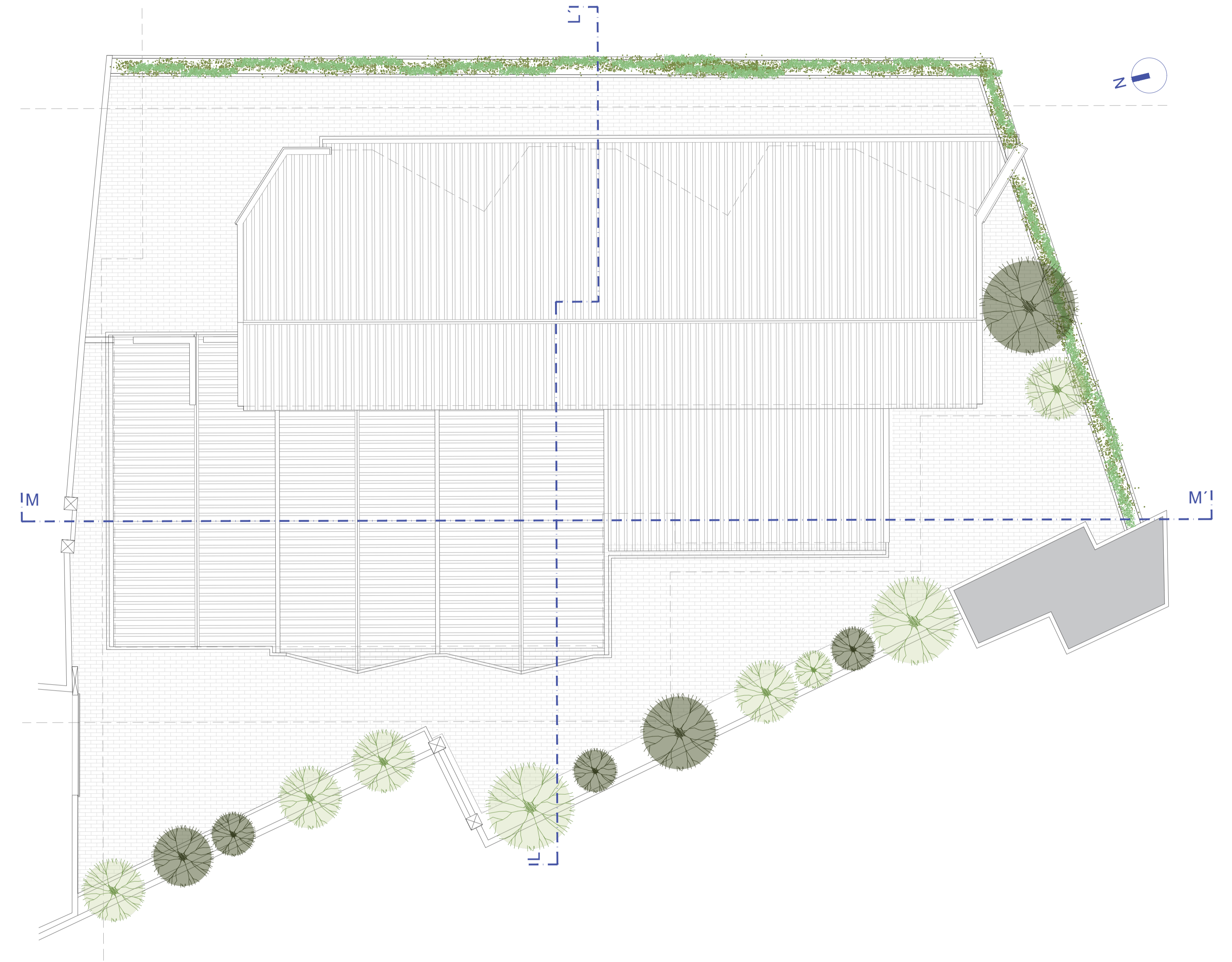


ALÇADO NORTE

TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:100
CONTEÚ	ALÇADOS SOBREPOSIÇÃO	TELA	11

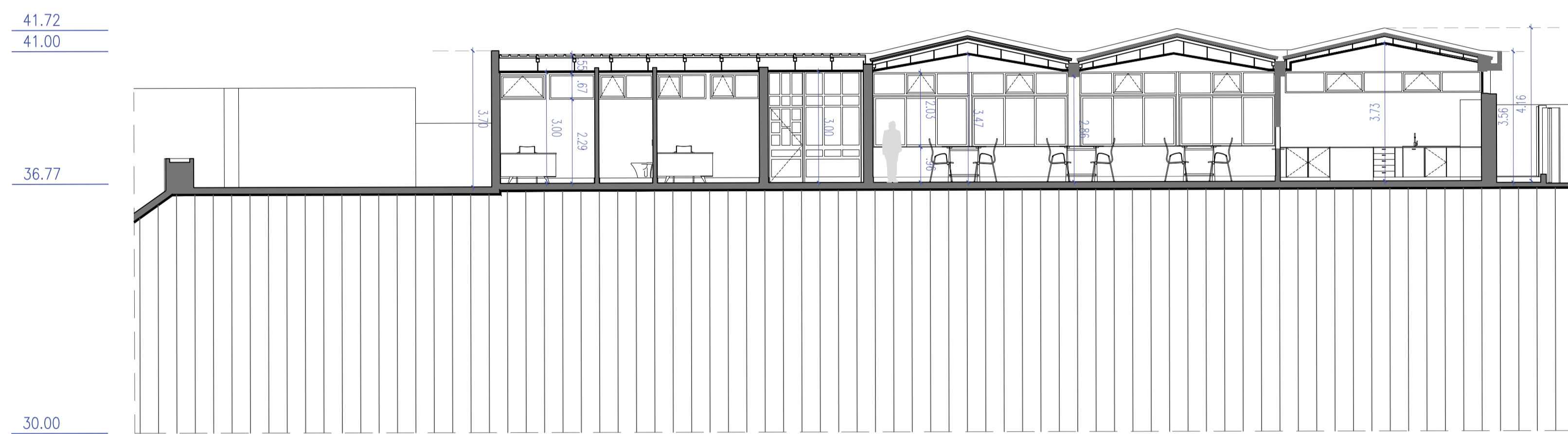


PLANTA PISO 0

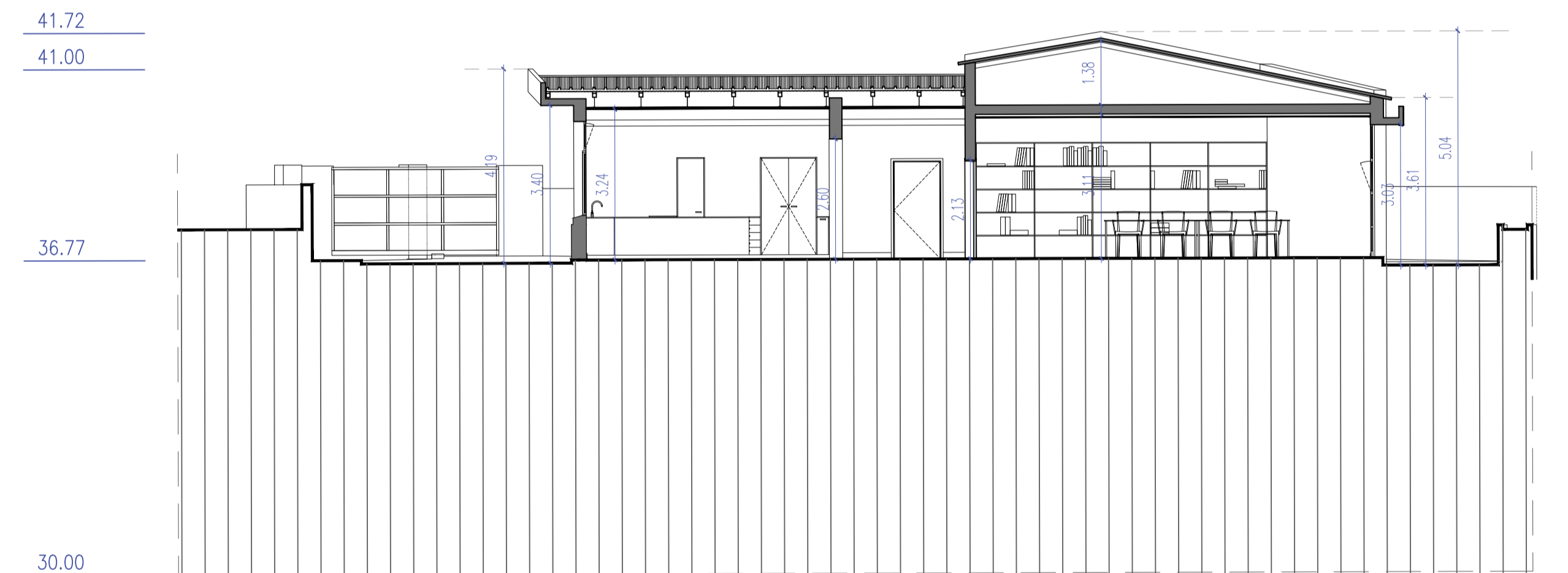


PLANTA COBERTURA

TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:100
CONTEÚ	PLANTAS PROPOSTO	TELA	12

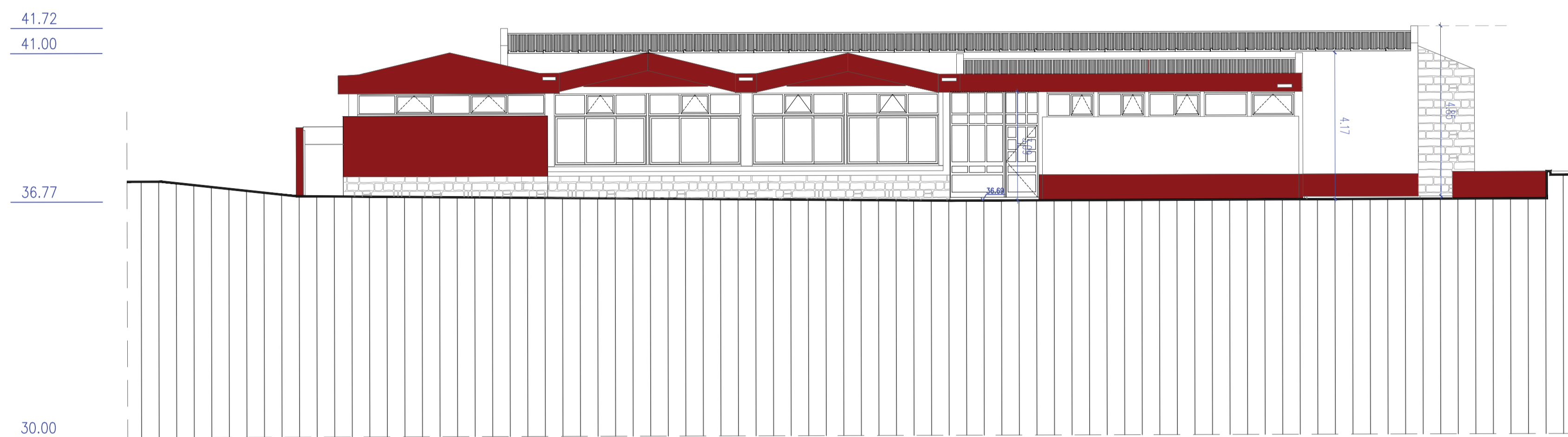


CORTE MM'

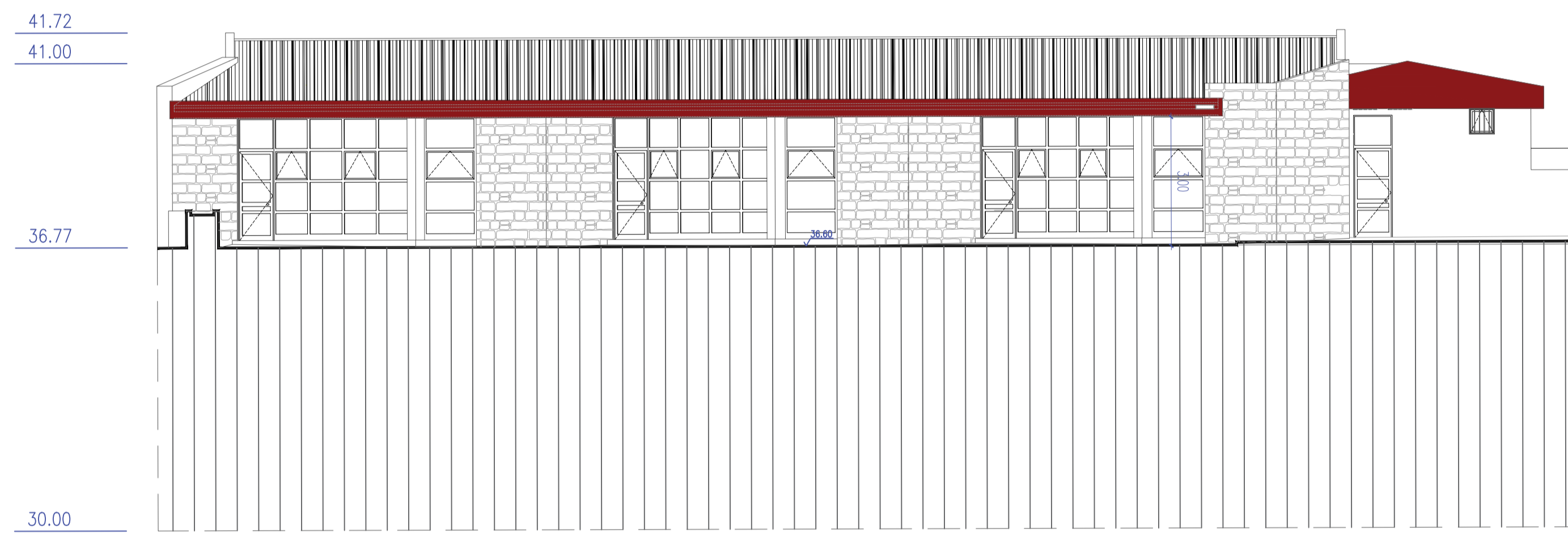


CORTE LL'

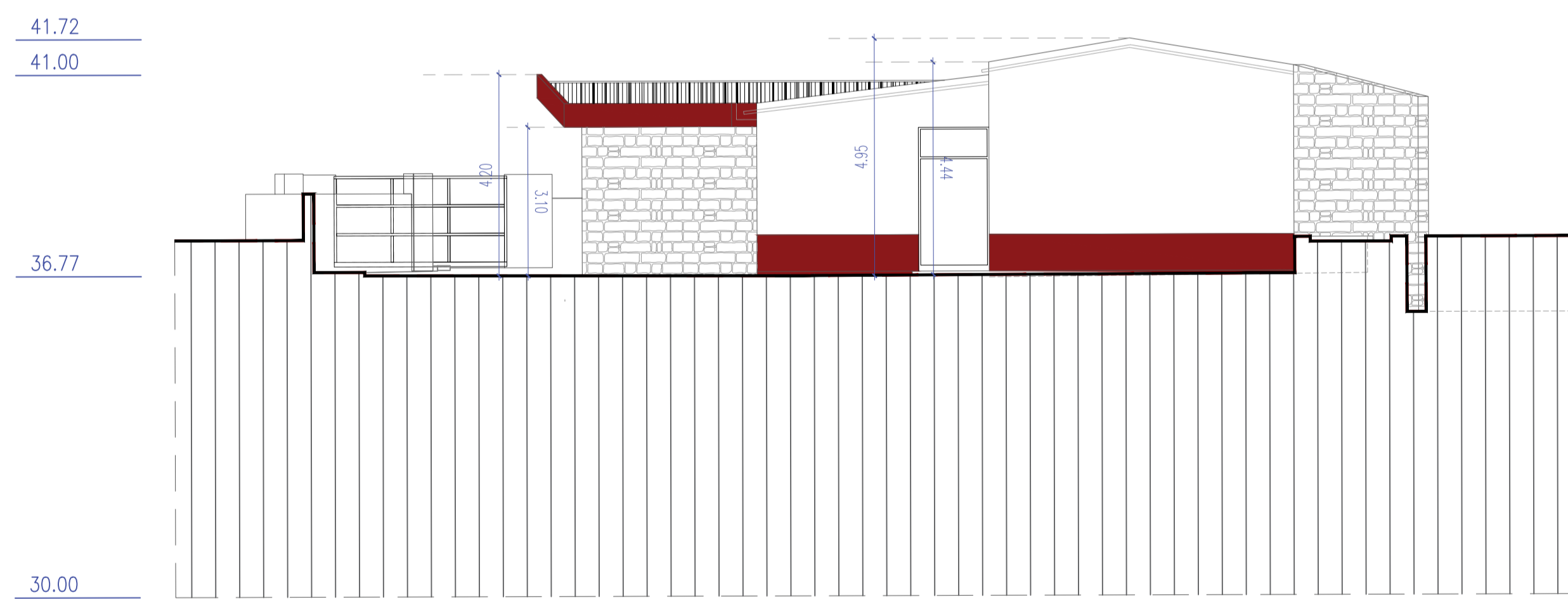
TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:100
CONTEM	CORTES PROPOSTO	TELA	13



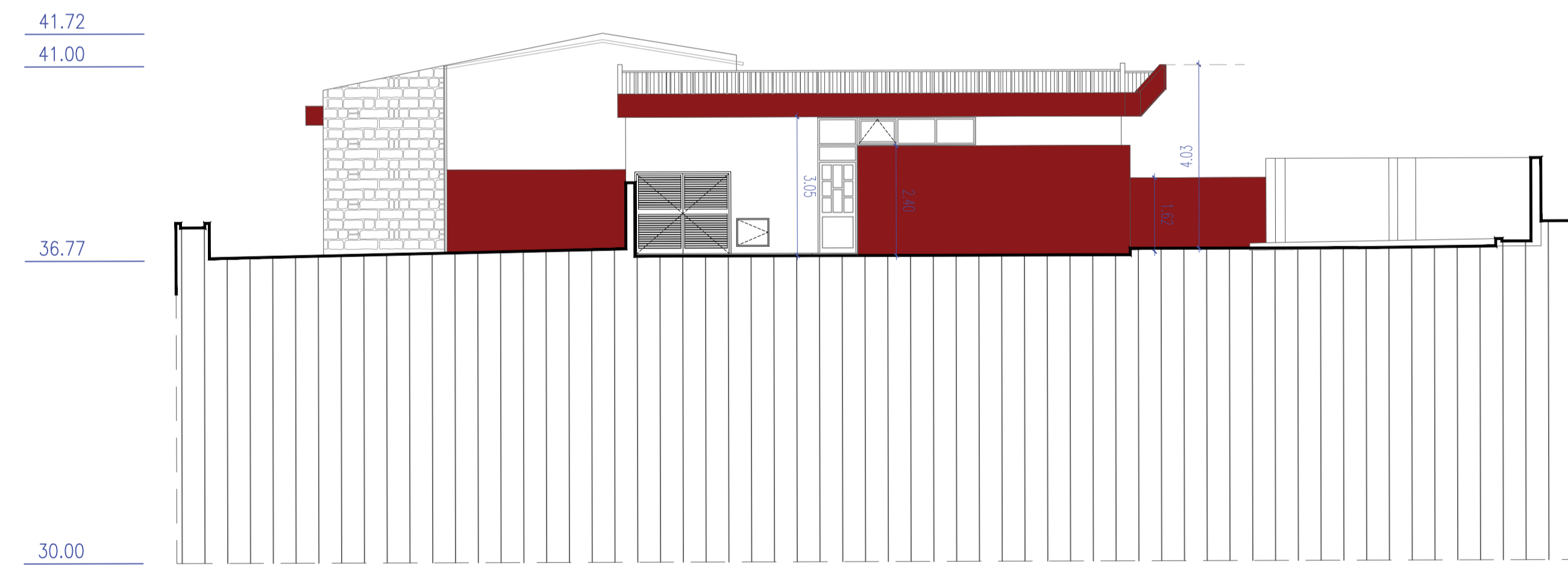
ALÇADO OESTE



ALÇADO ESTE

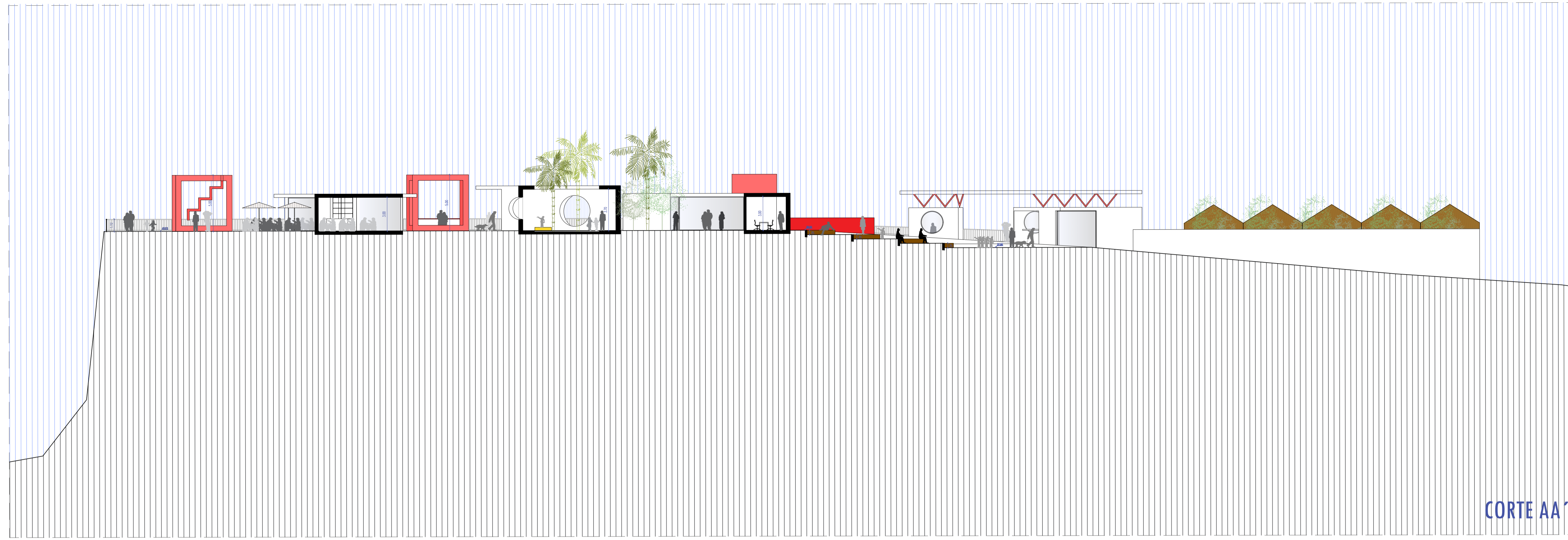


ALÇADO SUL

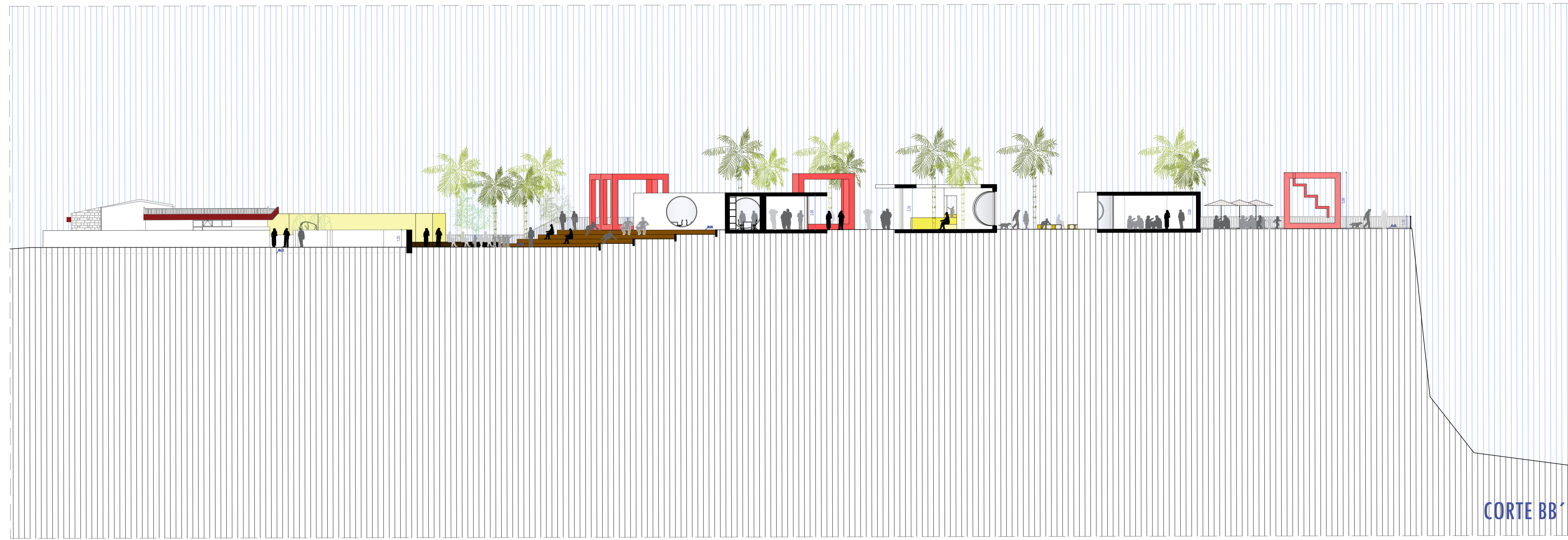


ALÇADO NORTE

TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1.100
CONTEÚ	CORTES PROPOSTO	TELA	14



CORTE AA'

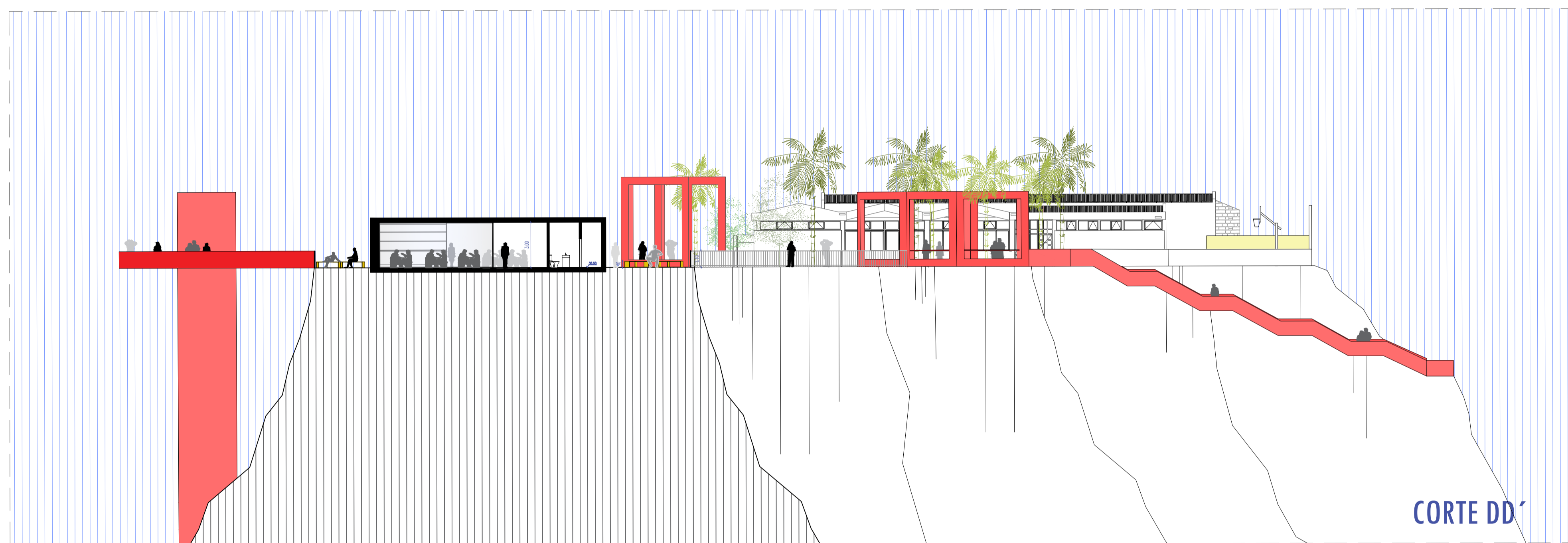


CORTE BB'

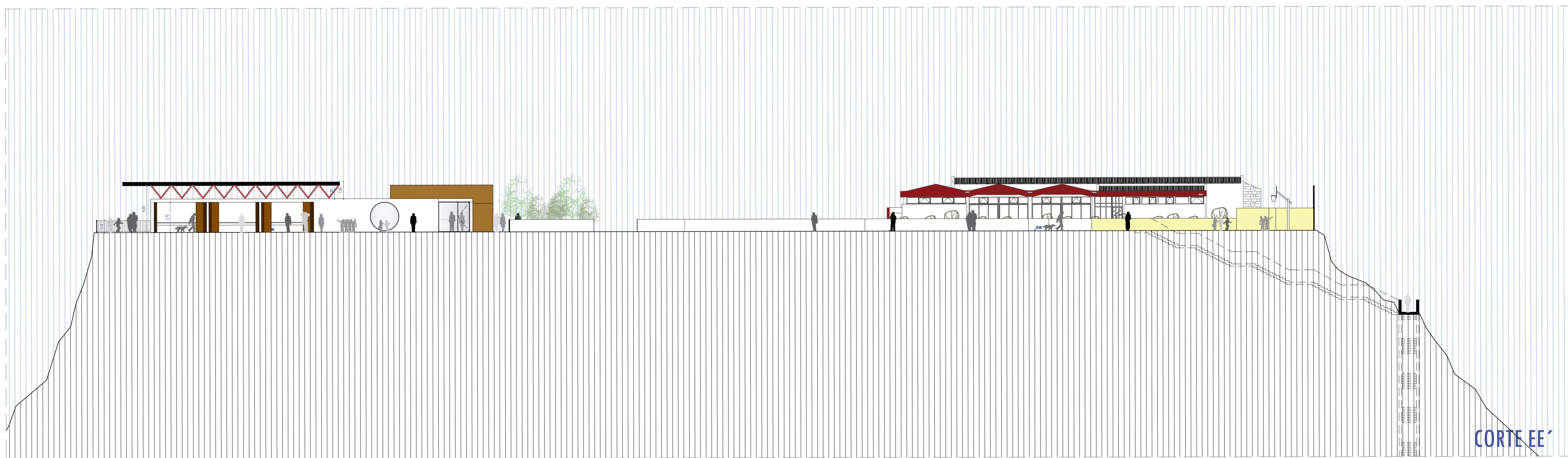
TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:200
CONTEÚTO	CORTES PROPOSTO	TELA	15



CORTE CC'

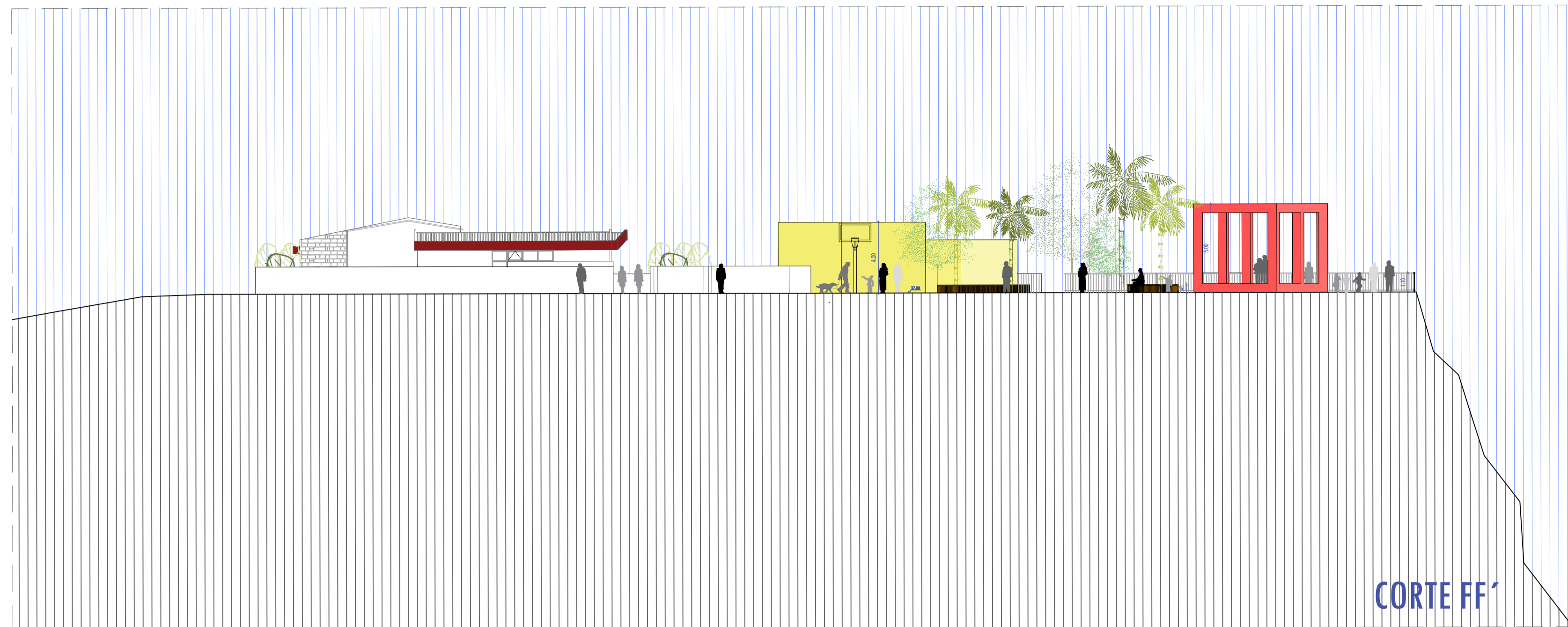


CORTE DD'

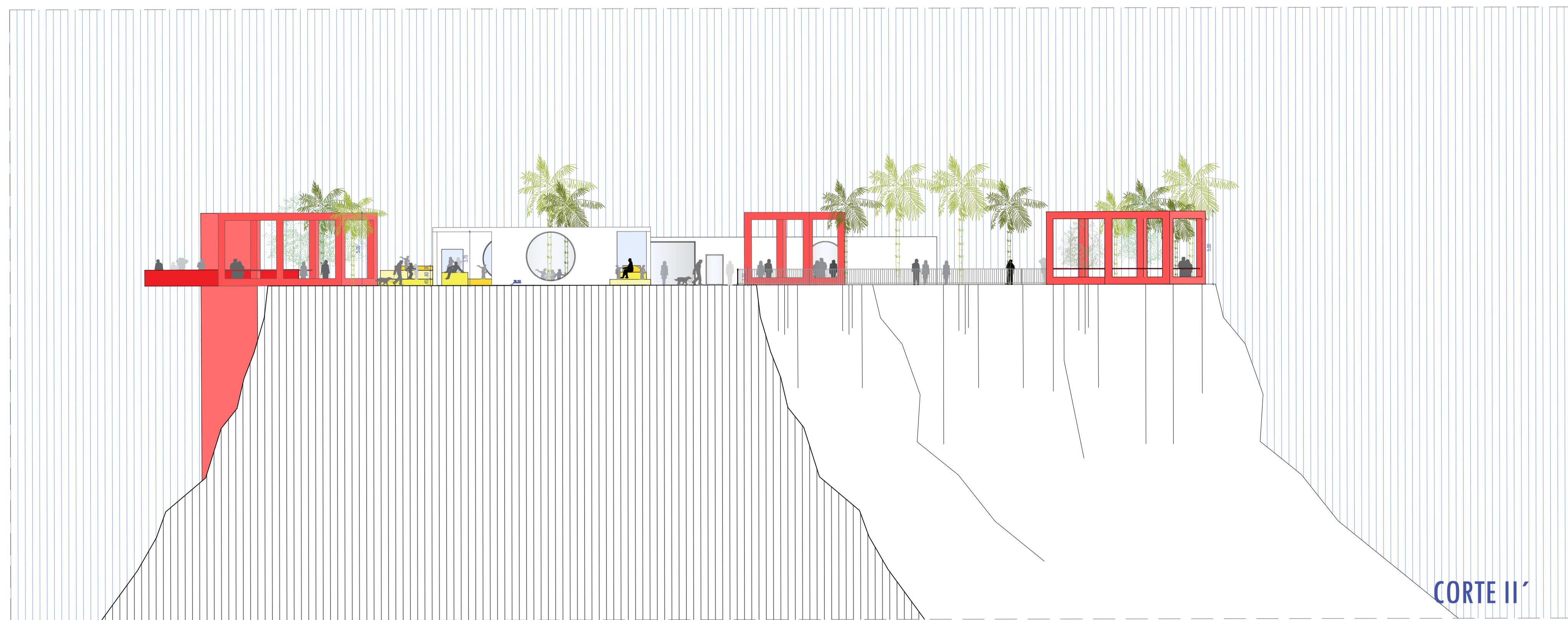
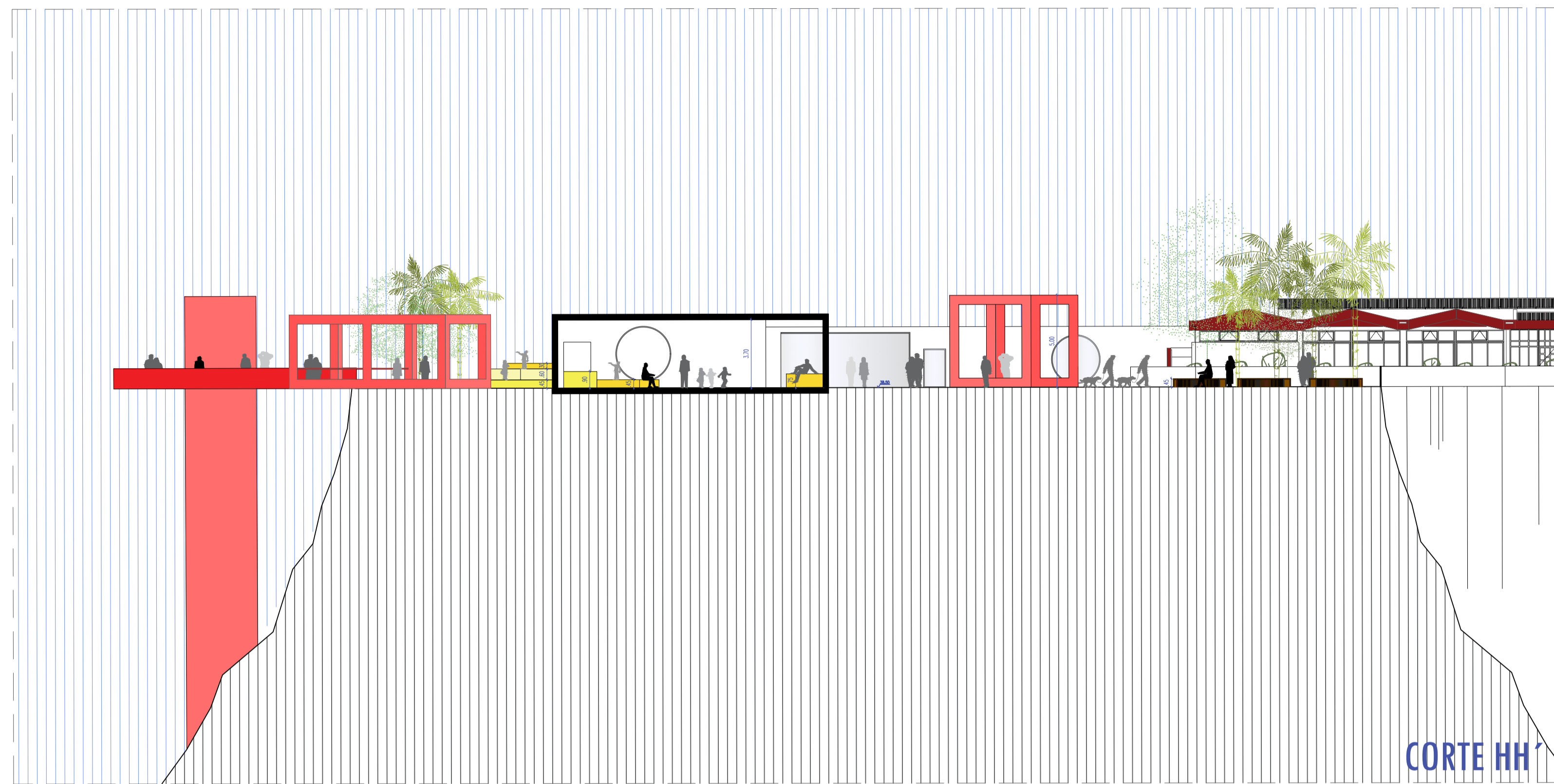


CORTE EE'

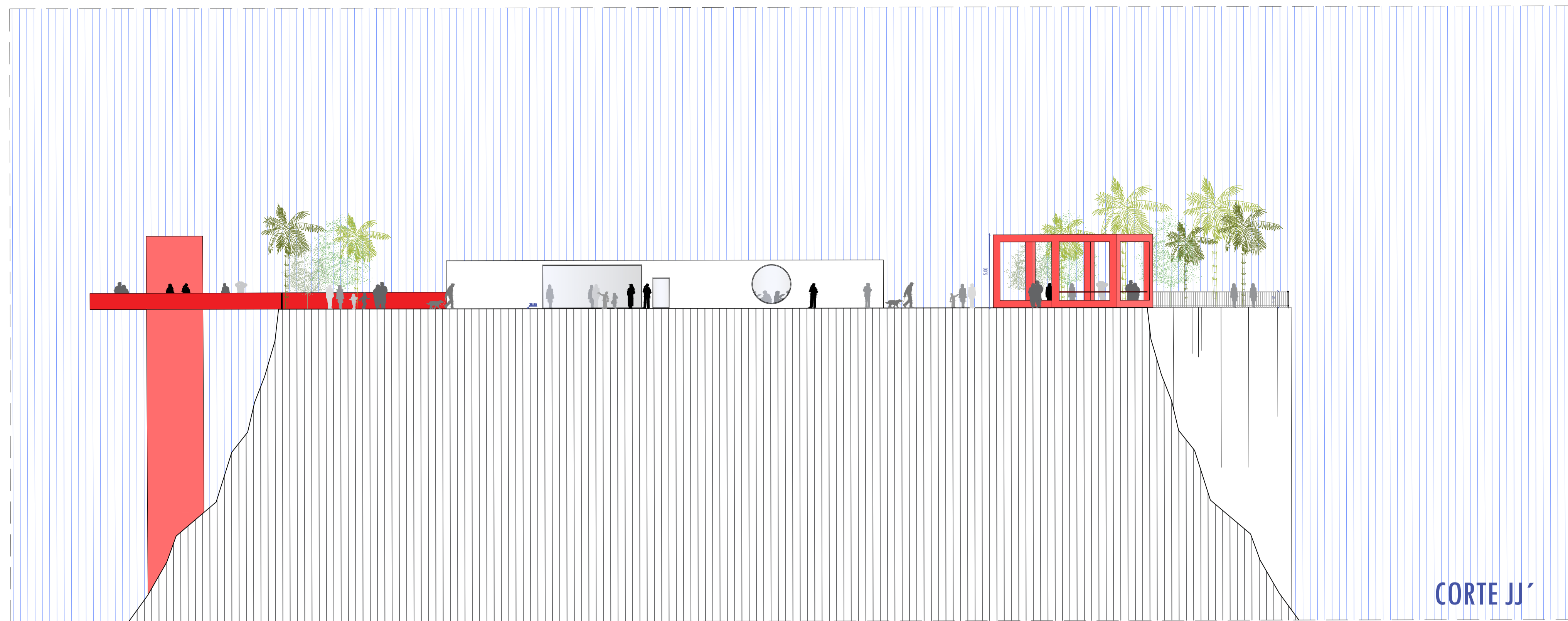
TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL		DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos		ESCALA	ABRIL 2025
AUTORIA	CONTEM	CORTES PROPOSTO	TELA	1.200
Carlota Maria Santos Freitas				16



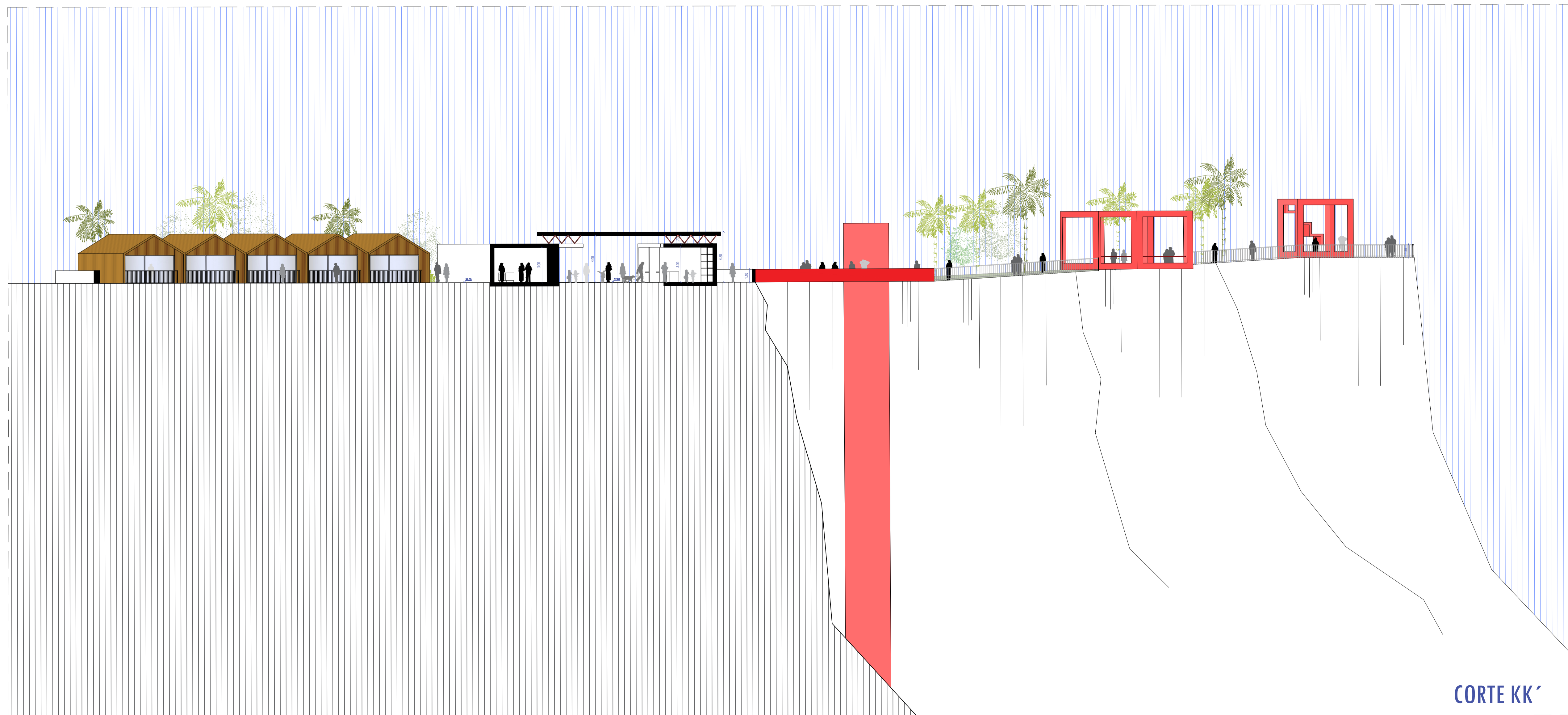
TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:200
CONTEÚ	CORTES PROPOSTO	TELA	17



TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	ESCALA	1:200
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	CONTEÚ	CORTES PROPOSTO
		TELA	18

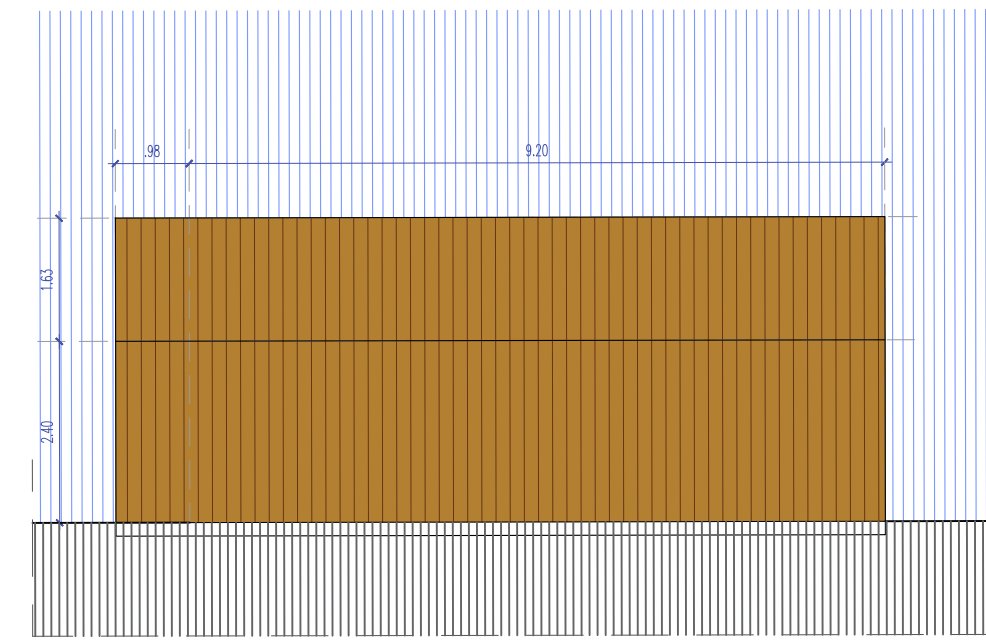


CORTE JJ'

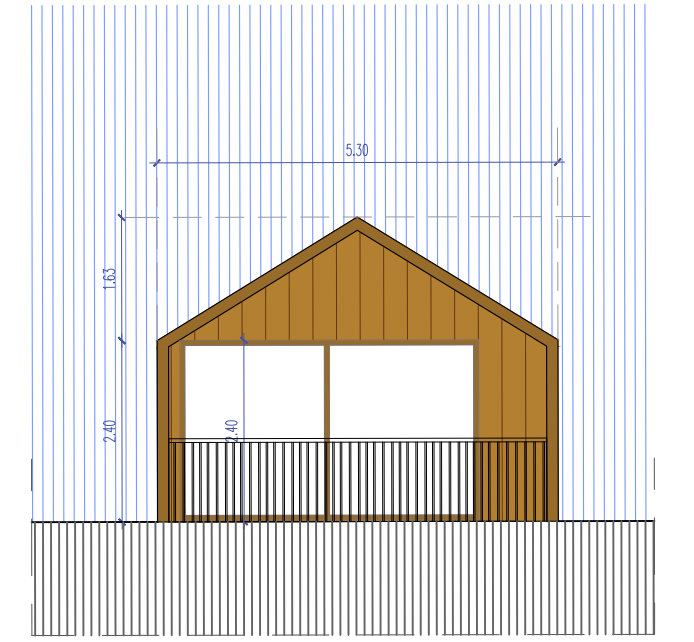


CORTE KK'

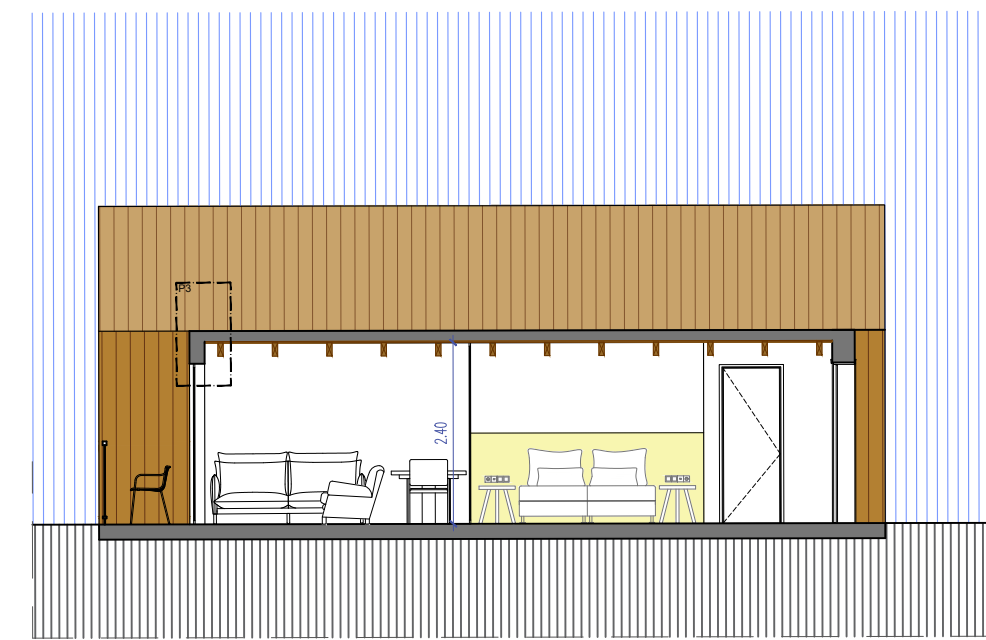
TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	DATA	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1:200
CONTEÚ	CORTES PROPOSTO	TELA	19



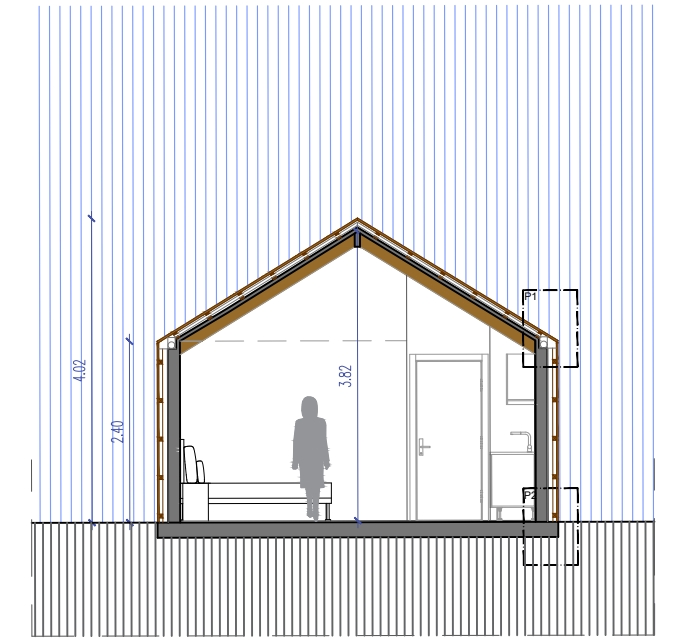
ALÇADO LATERAL



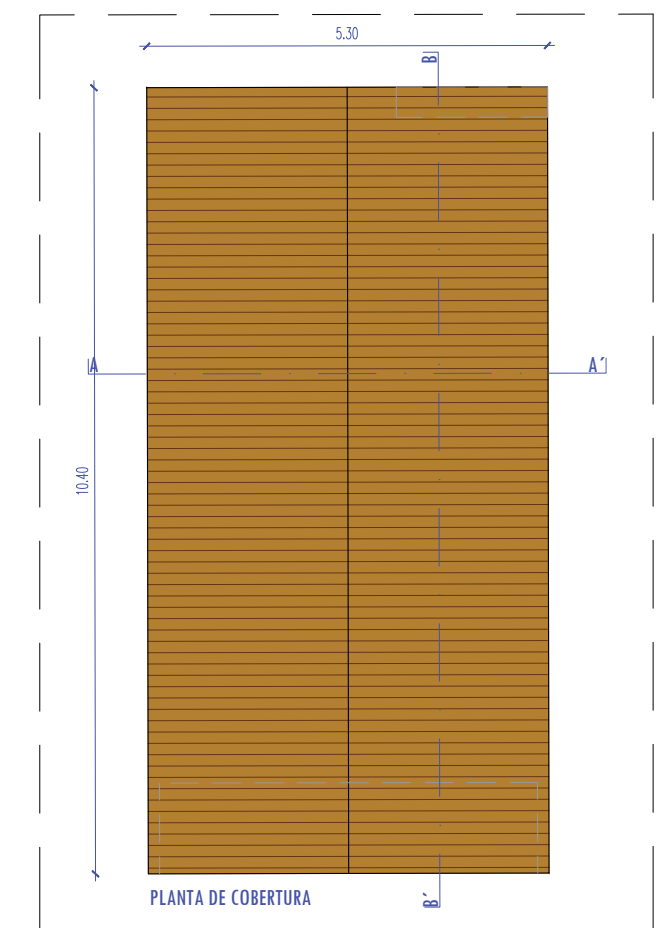
ALÇADO TARDOS



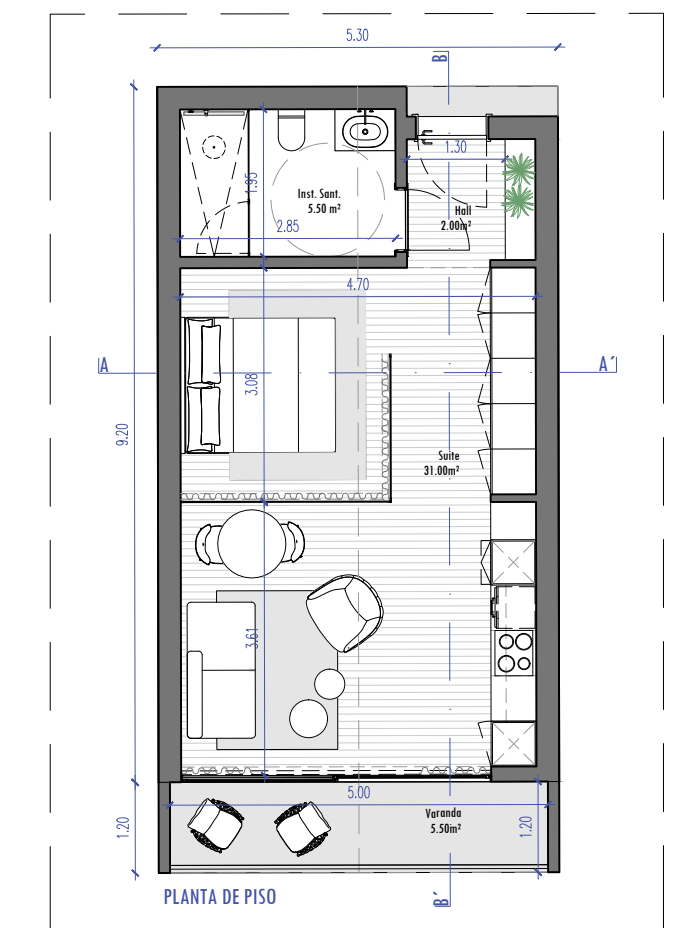
CORTE BB'



CORTE AA'

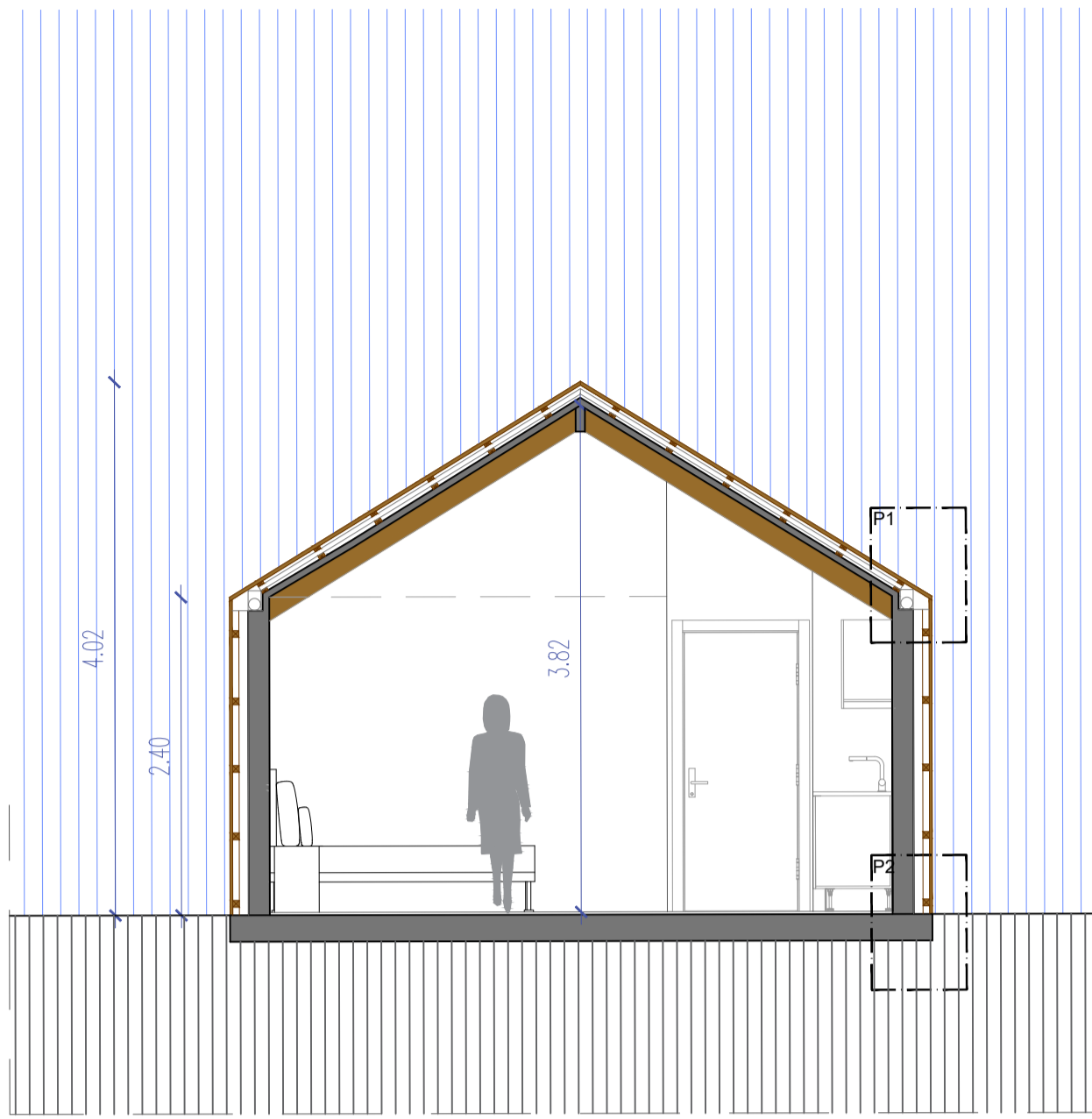


PLANTA DE COBERTURA

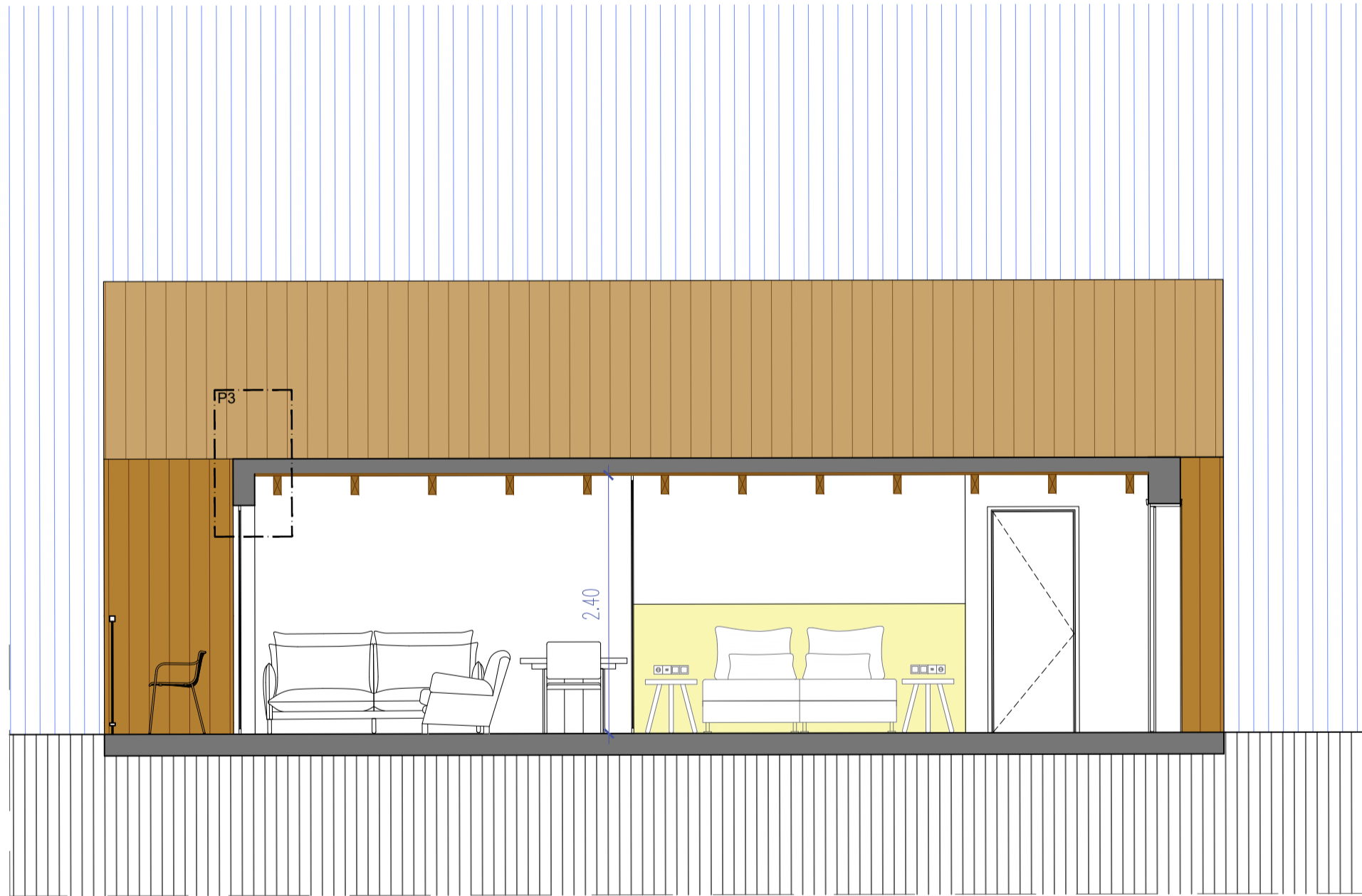
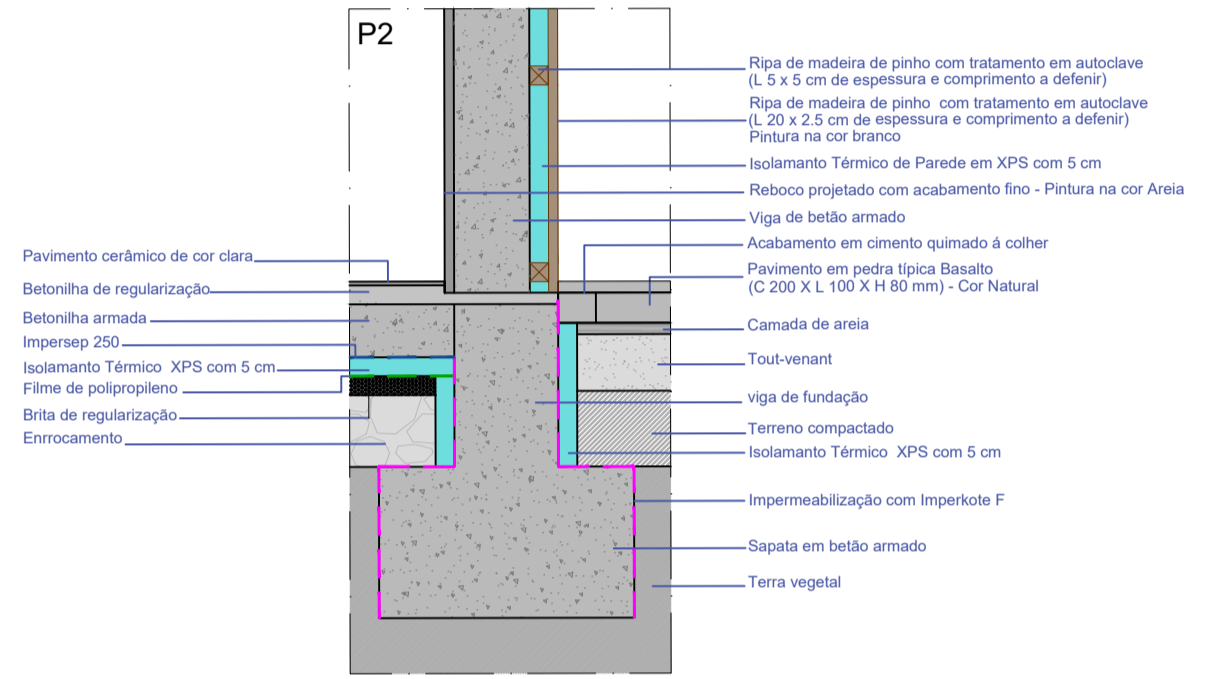
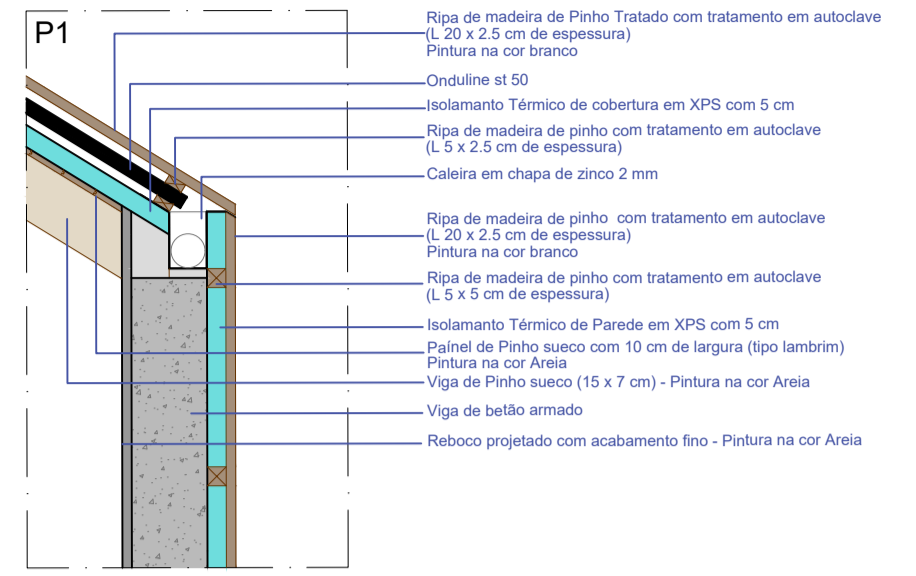


PLANTA DE PISO

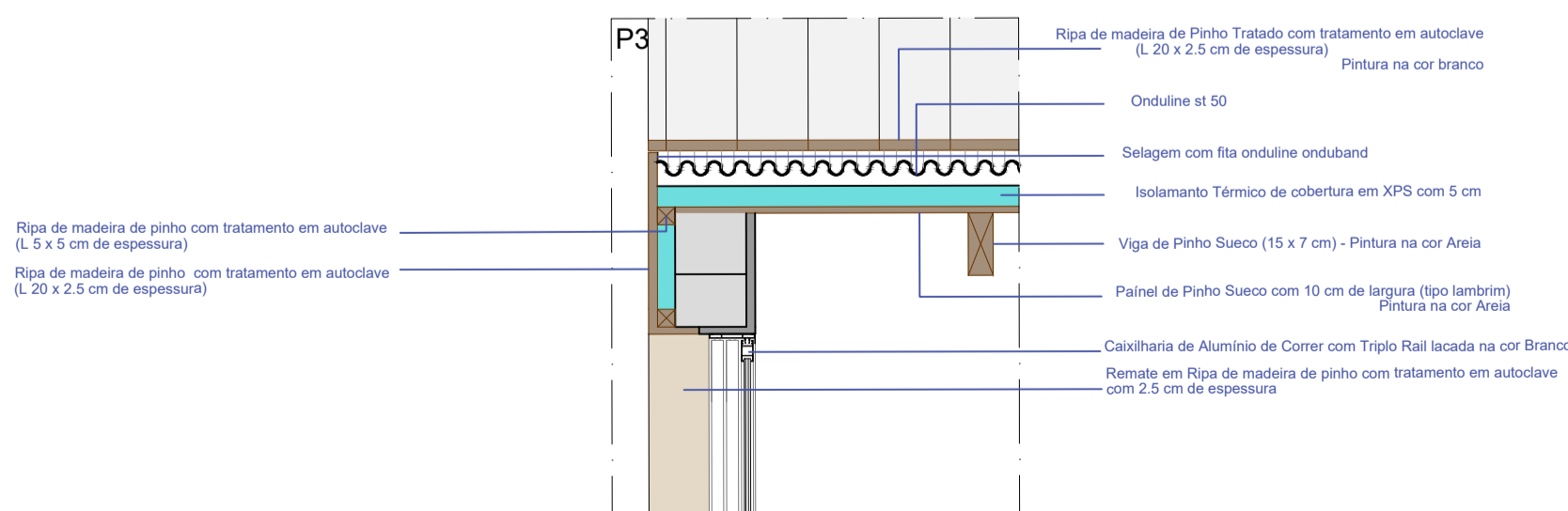
TÍTULO		ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	
LOCAL DA OBRA		CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	
AUTORA		CONTEM	
Carlota Maria Santos Freitas		HABITAÇÃO PROPOSTO	
DATA		ABRIL 2025	
ESCALA		1.100	
TELA		20	



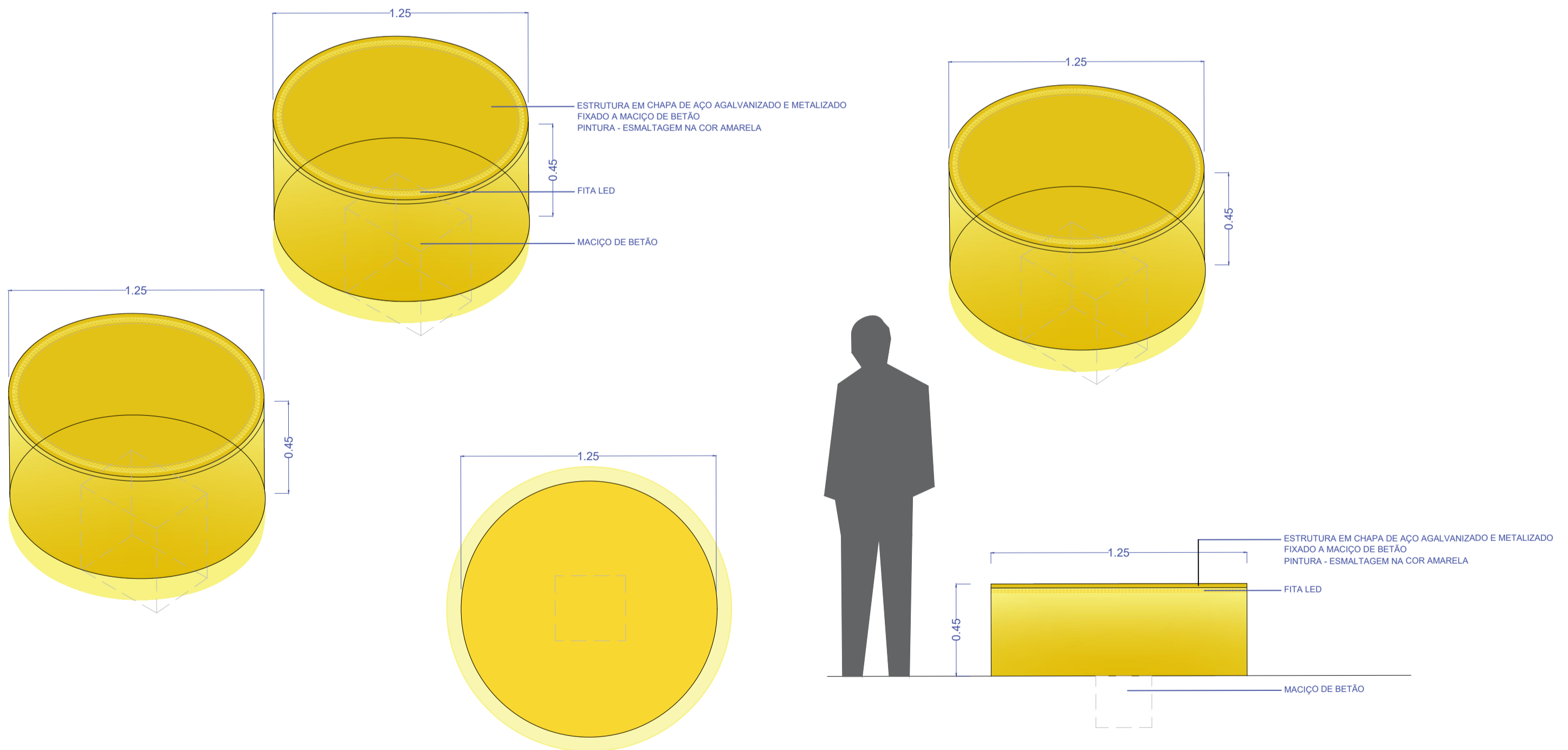
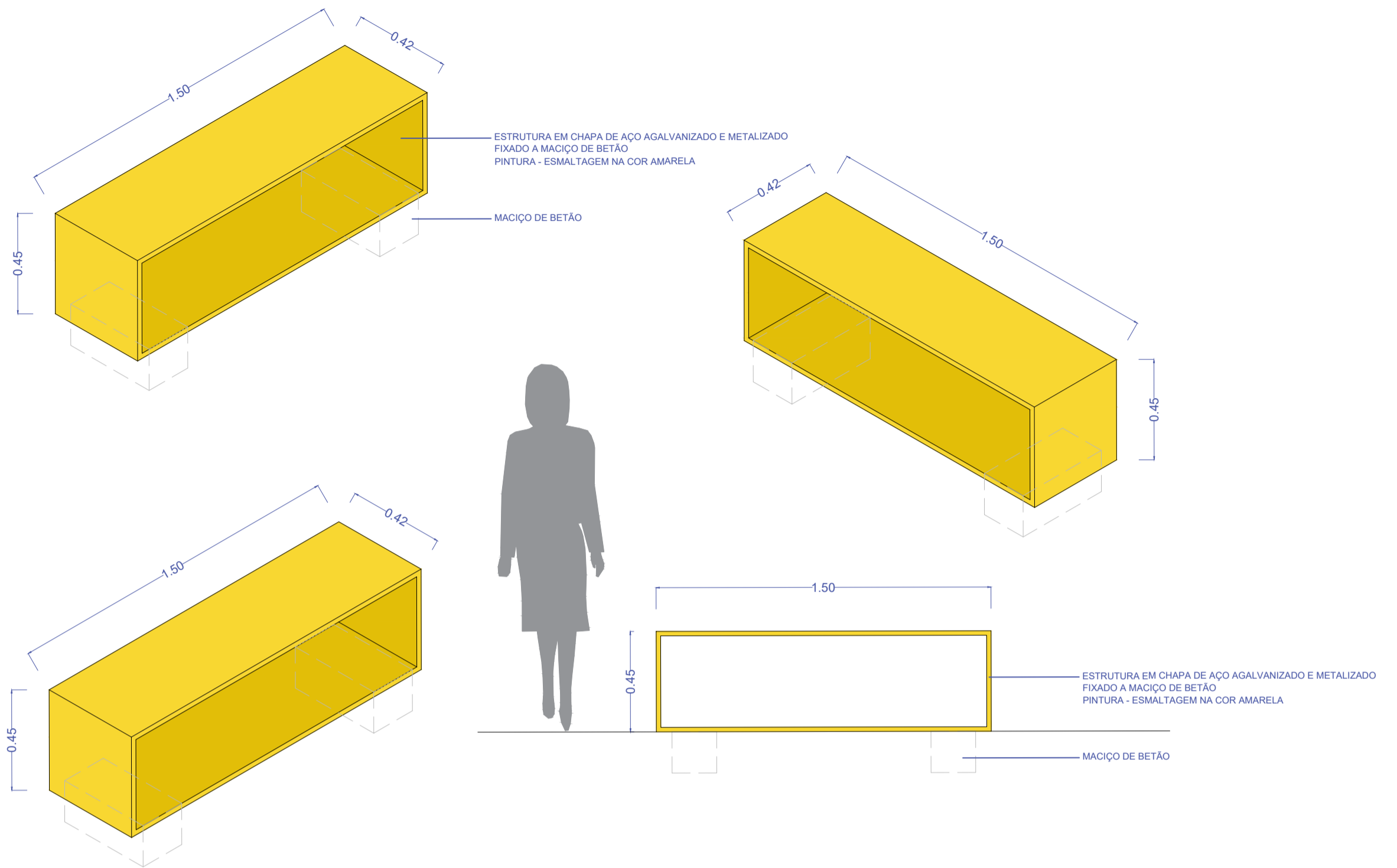
**CORTE AA'**



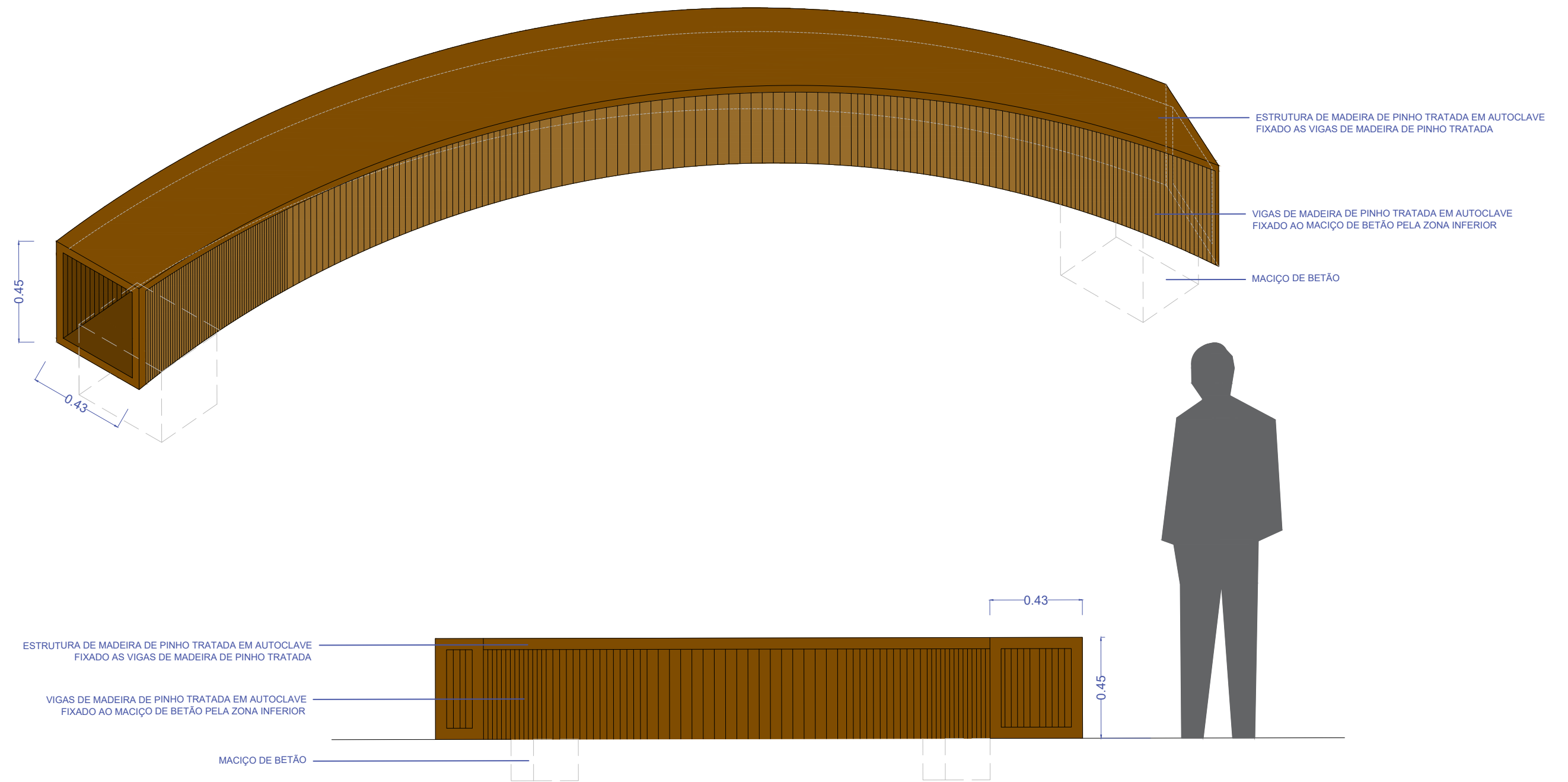
**CORTE BB'**



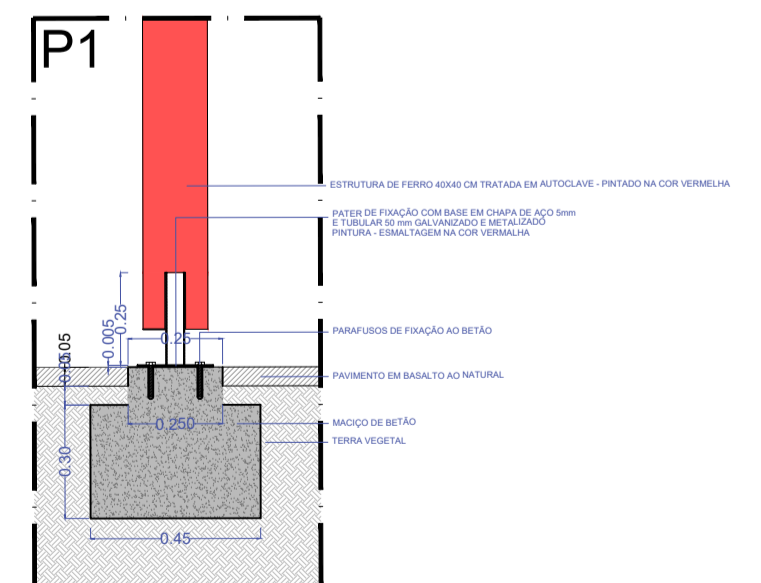
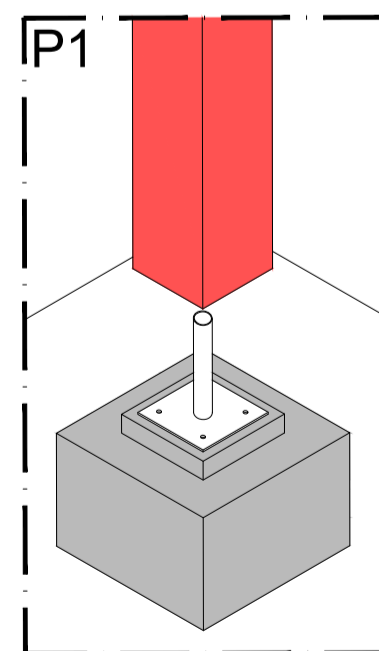
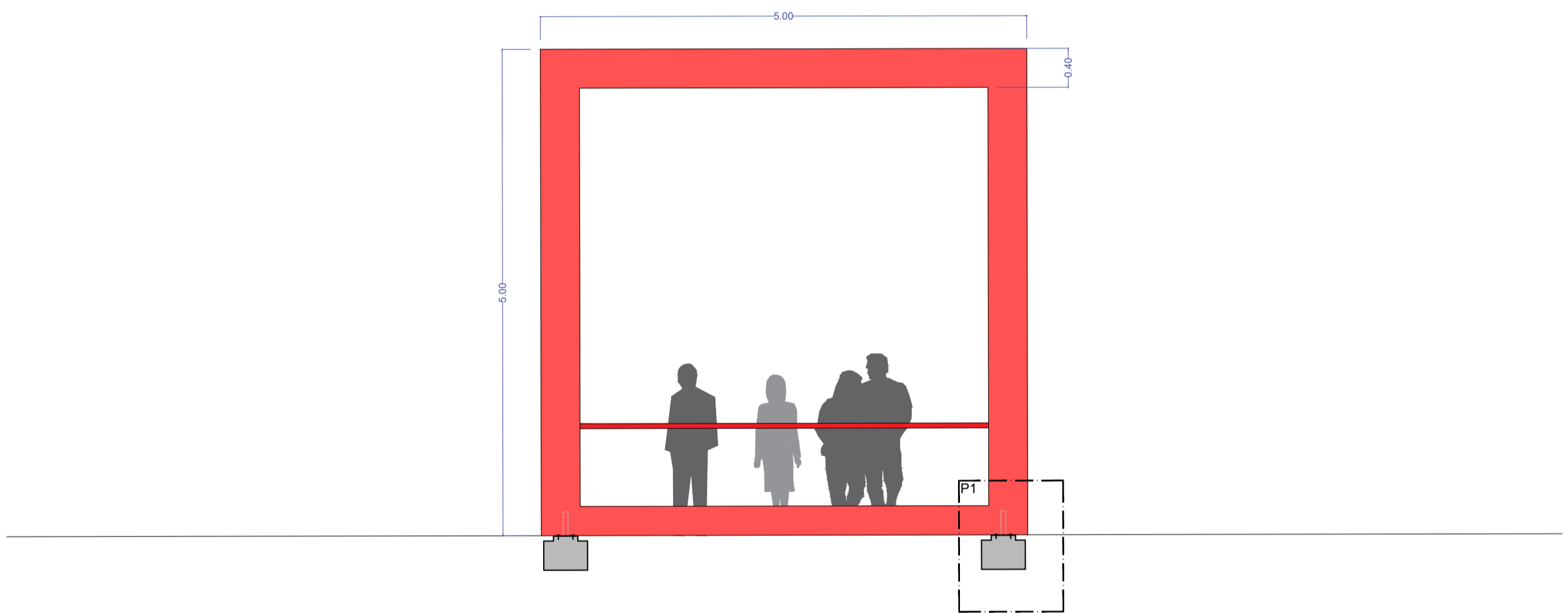
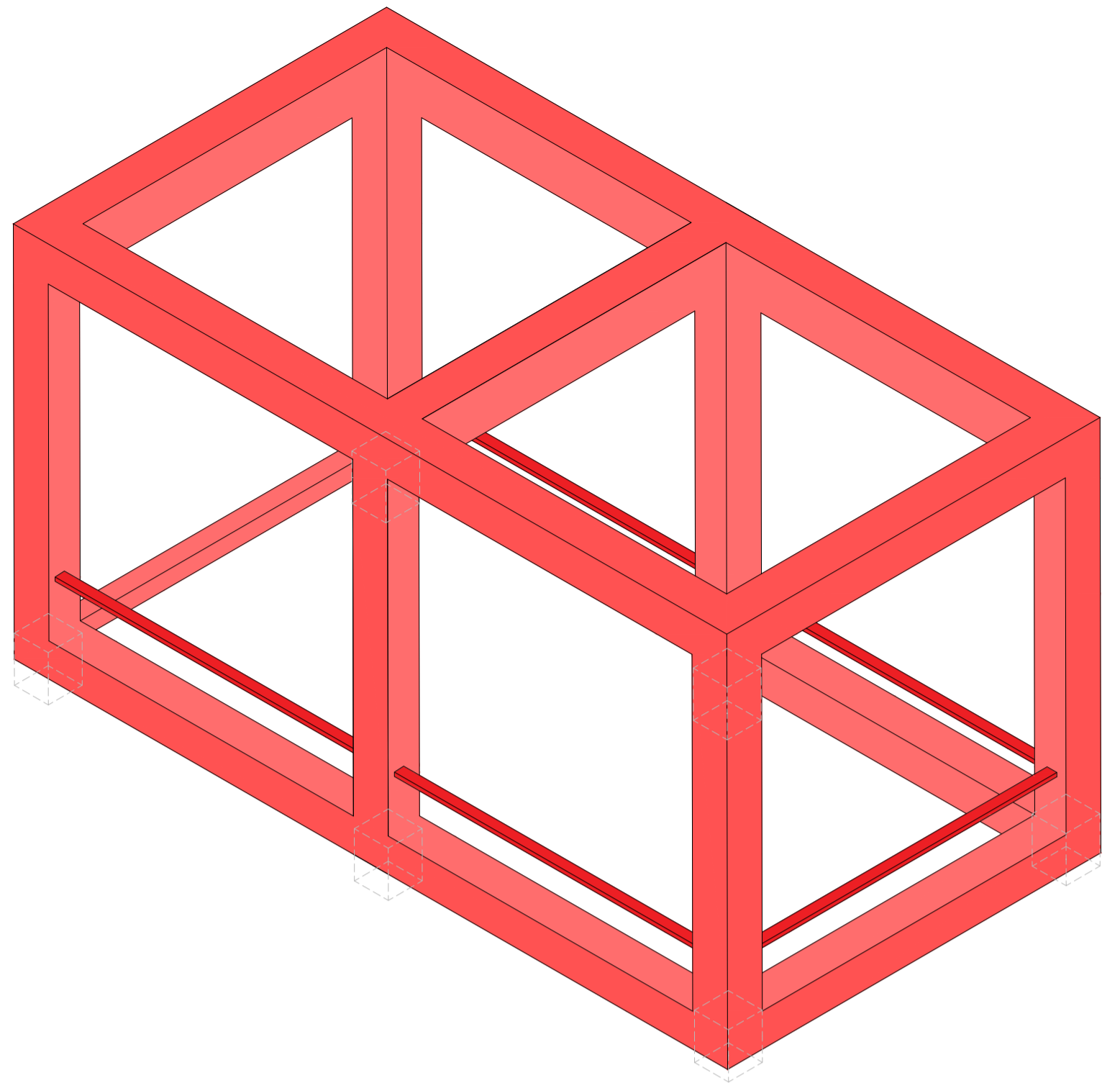
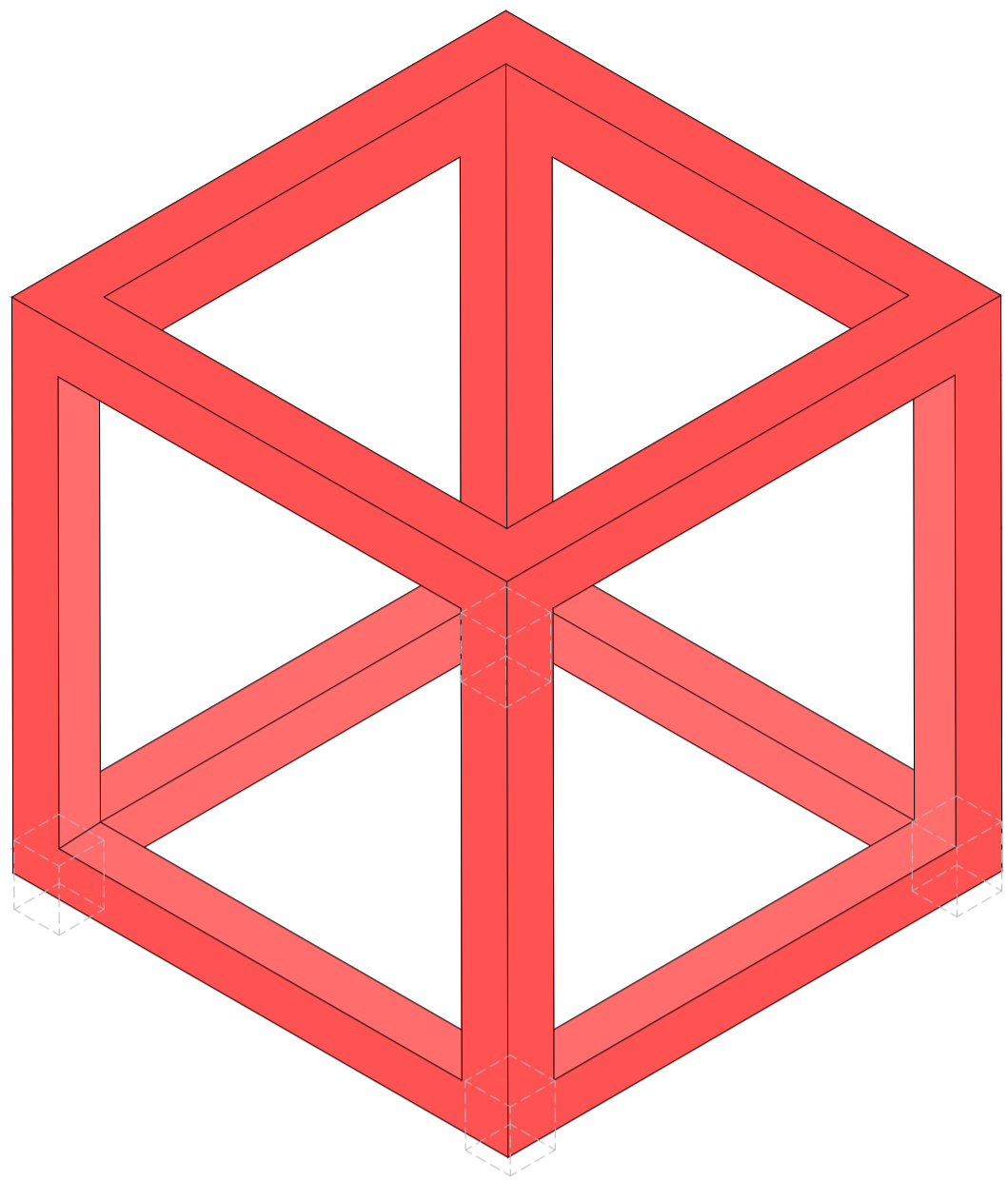
TÍTULO		ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos		DATA
			ABRIL 2025
			ESCALA
			1.20
AUTORIA	CONTEM	TELA	
Carlota Maria Santos Freitas	PORMENOR CONSTRUTIVO - HABITAÇÃO PROPOSTO		<b>21</b>



TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1.20
CONTEM	PORMENOR CONSTRUTIVO - BANCO PROPOSTO	TELA	22



TÍTULO		ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE
LOCAL DA OBRA		CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA
			ABRIL 2025
			ESCALA
			1.50
AUTORIA	CONTÉM	TELA	
Carlota Maria Santos Freitas	PORMENOR CONSTRUTIVO - BANCO PROPOSTO		23



TÍTULO	ARQUITETURA E INTEGRAÇÃO SOCIAL	NORTE	
LOCAL DA OBRA	CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO Ilhéu de Câmara de Lobos - Câmara de Lobos	DATA	ABRIL 2025
AUTORIA	Carlota Maria Santos Freitas	ESCALA	1.50
CONTEM	PORMENOR CONSTRUTIVO - ESCULTURA PROPOSTO	TELA	24